



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 102

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 5 de Julho de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado José Lima) e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos

Feita a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, com a apresentação dos votos.

- **Voto de Congratulação pelo “Título Nacional de Basquetebol para o Clube União Sportiva em Sub-16 Femininos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Deputado Ricardo Cabral, usou da palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelas “Bodas de Prata do Orfeão Edmundo Machado Oliveira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Pedro Costa, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pelo facto da equipa de futebol sénior do Sport Clube Marítimo ter conquistado a Taça Região Autónoma dos Açores na época 2010/2011”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação, feita pelo Sr. Deputado José Ávila.

- **Voto de Saudação pela “Conquista da taça por parte do Sport Clube Marítimo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto feita pelo Sr. Deputado João Costa, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pelo facto da equipa de seniores masculinos do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos ter conquistado o Campeonato Nacional de Ténis de Mesa, na época desportiva de 2010/2011”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, usou da palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento da ALRAA, proferiam declarações políticas:

O Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), sobre a qual usaram da palavras os Srs. Deputados Zuraida Soares (*BE*), Berto Messias (*PS*), António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*);

E o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), onde participaram posteriormente no debate os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

Para uma interpelação à Mesa usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), seguindo-se também uma intervenção por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*) para defesa da honra, posteriormente à qual usou da palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

Na Agenda da Reunião foram apresentadas, debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

1- Projecto de Resolução n.º 30/2011 – “Reforço dos Meios de Segurança Pública nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD; Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Abel Moreira (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), José San-Bento (*PS*), Rui Ramos (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação o Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

2 - Petição n.º 4/2011 – “Exigir às entidade competentes (e destinatárias desta petição) que de forma célere seja restituído o aspecto anterior (e normal) à Cantaria do Convento de São Boaventura”, apresentada por César João Costa Sousa e Nelson Fraga Silveira Mateus, na qualidade de primeiros subscritores;

Após a leitura do relatório pela Sra. Deputada Nélia Amaral, Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, proferiram intervenções os Srs. Deputados José Francisco Fernandes (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e Paulo Rosa (*CDS/PP*).

3 - Projecto de Resolução n.º 3/2011 – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que opte por uma solução técnica incolor para a preservação das Cantarias do Convento de São Boaventura em Santa Cruz das Flores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP;

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Paulo Rosa, contando o debate com a participação dos Srs. Deputados Zuraída Soares (*BE*), Francisco Álvares (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Berto Messias (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Catarina Furtado (*PS*).

Para defesa da honra usou da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), seguindo-se uma intervenção por parte do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

O Projecto de Resolução foi aprovado por maioria.

4 - Proposta de Resolução n.º 2/2011 – “Primeiro Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, apresentada pela Mesa da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade.

5 - Projecto de Resolução n.º 35/2011 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Financeira a Portugal”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Sobre o mesmo usaram da palavra dos Srs. Deputado Aníbal Pires, para apresentação do projecto, e Berto Messias (*PS*), seguindo-se uma intervenção por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*) sobre uma notícia publicada num jornal relativamente à Agência Moody’s ter baixado “o *rating* do país em 4 degraus”.

À solicitação de um intervalo, por parte do Grupo Parlamentar do BE, os trabalhos foram suspensos ficando agendados para o dia seguinte.

Eram 19 horas e 19 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia, vamos iniciar o nosso período legislativo de Julho de 2011 e vamos iniciá-lo com a chamada.

Faça favor. Sr. Secretário:

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Hernâni Hélio **Jorge**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 47 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com os votos que entretanto chegaram à Mesa.

Começamos com um Voto de Congratulação do PS, relativo ao “**Título**

Nacional de Basquetebol para o Clube União Sportiva em Sub-16 Femininos”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A equipa feminina de Basquetebol do Clube União Sportiva conquistou pela primeira vez um título nacional em escalões de formação, a XIV Taça Nacional de Sub 16 Femininos, disputada em Ermesinde.

Trouxeram para a Região Autónoma dos Açores mais um importante troféu, valorizado pelas dificuldades acrescidas de realizar dois jogos em dois dias, com menos de vinte horas de descanso e uma viagem de trezentos (300) quilómetros, entre os jogos da meia final, no Algarve e a final na zona do Grande Porto.

Todavia, com galhardia e muito mérito derrotaram o seu adversário, o Clube Propaganda de Natação, sempre sobre pressão mas, muito coesas e unidas atingiram o objectivo pretendido e muito desejado, serem campeãs.

Este marco histórico do Basquetebol dos Açores deve-se em grande parte ao seu dedicado e competente treinador Ricardo Botelho, técnico principal e grande dinamizador da modalidade em S. Miguel e ao seu treinador adjunto Hugo Teles.

Estão de parabéns as atletas Clara Rodrigues, Ana Oliveira, Isabel Silva, Inês Moniz, Rita Santos, Sofia Meireles, Juliana Melo, Joana Vieira, Sofia Borges, Diana Santos, Mariana Pinto, Daniela Canha, Isabel Raposo e Rita Afonso porque elevaram o nome dos Açores ao mais alto patamar da sua modalidade e do seu escalão.

A presença de duas atletas, Inês Moniz e Rita Santos nos trabalhos da Selecção Sub15 é consequência natural da boa prática da modalidade e do bom trabalho que o CUS tem vindo a realizar, o que muito honra o Desporto dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove este voto de congratulação pela conquista do título Nacional de Basquetebol, em Sub-16 Femininos, pelo Clube União Sportiva, dando conhecimento, além do clube, à Associação de Basquetebol de S. Miguel.

Disse.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores

Horta, 05 de Julho de 2011.

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, José San-Bento, Ricardo Cabral, Lúcio Rodrigues e Carlos Mendonça.*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, congratulando o Clube União Sportiva de Ponta Delgada.

Os escalões de formação são uma aposta do União Sportiva, um clube que tem um invejável historial no âmbito desportivo.

No passado foi um dos grandes clubes de Ponta Delgada e a conquista deste título nacional é fruto do trabalho das suas atletas, mas sobretudo da dedicação do seu empenhado treinador Ricardo Botelho, que é a alma e o grande dinamizador desta equipa.

Por isso está de parabéns a equipa feminina do Clube União Sportiva pelo triunfo nesta XIV Taça Nacional de Sub-16.

O Grupo Parlamentar do PDS vai votar a favor deste voto apresentado pelo PS.

Presidente: Creio que podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativo às “**Bodas de Prata do Orfeão Edmundo Machado Oliveira**”.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Bodas de Prata do Orfeão Edmundo Machado Oliveira

O Orfeão Edmundo Machado de Oliveira comemorou no passado dia 17 de Junho, os 25 anos da sua fundação, com uma gala musical que se realizou com grande sucesso no Coliseu Micaelense, tendo-lhe sido atribuída a Medalha de Mérito Municipal pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

A Associação Musical Edmundo Machado de Oliveira, uma referência no panorama musical açoriano, foi formada em 17 de Junho de 1986, cujo patrono é um ribeiragrandense ilustre que foi professor de muitas gerações que incentivou de forma entusiástica nos Açores o gosto pela cultura musical.

Edmundo Oliveira foi também um notável pedagogo, cujo dom e talento transmitiu de forma admirável a muitos alunos com sentimentos artísticos que envolviam toda a sua alma mística, fazendo da música uma arte prodigiosa, sobretudo aquela destinada à liturgia da Igreja Católica.

Formado nas escolas de Roma, foi contemporâneo de grandes mestres da Capela Sistina, como o famoso músico Lourenço Perosi e Domenico Bartolucci, marcando-o indelevelmente com o que de melhor se produzia na arte musical.

Foram fundadores do Orfeão o Padre José Gomes e o Dr. José Rodrigues, sendo este o seu primeiro maestro e a quem se deve a qualidade e notoriedade que esta Associação Musical conseguiu atingir, levando o nome dos Açores a várias partidas do mundo, sendo de realçar as deslocações a França com uma actuação

no Parlamento Europeu, a sua participação no Brasil nas Comemorações dos 500 Anos dos descobrimentos, actuando ainda no Canadá, Estados Unidos da América e Portugal Continental.

De entre as muitas actuações nos Açores, destaca-se a participação na celebração do Dia de Portugal, que teve lugar em Ponta Delgada, em 1989, bem como a inauguração da nova Gare do Aeroporto João Paulo II, além das variadíssimas e tradicionais Cantatas de Natal.

Há ainda que referir a participação deste Orfeão na Gala contra a SIDA, no Coliseu dos Recreios e na inauguração do Centro Cultural de Belém, tendo editado dois discos, o primeiro gravado para a UNICEF, que em 1990 foi disco de prata e o “E da Lava se fez Música”.

Nestes 25 anos de existência, o Orfeão Edmundo Machado Oliveira foi pioneiro no nosso panorama artístico polifónico, ombreando com os melhores coros do país, prestigiando sobremaneira Ponta Delgada e afirmando culturalmente a Região Autónoma dos Açores.

Por isso, os Deputados subscritores do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais apresentam à Assembleia Legislativa um voto de congratulação pela passagem dos 25 anos do Orfeão Edmundo Machado Oliveira, saudando todos os seus elementos. Mais propõe que desta iniciativa seja dado conhecimento à sua Presidente, Aida Medeiros e à sua competente mestrina, Cristiana Spadaro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Horta, 5 de Julho de 2011

Os Deputados, *António Marinho, António Pedro Costa, Luís Garcia e Cláudio Lopes.*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

(*) **Deputado Alexandre Pascoal (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Orfeão Edmundo Machado Oliveira invoca a tradição coral presente no arquipélago ao longo destes 25 anos, desempenhando um lugar de destaque no panorama cultural da Região.

O Grupo Parlamentar do PS associa-se, naturalmente, a este voto.

Presidente: Passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um Voto de Congratulação, apresentado pelo PS, **“pelo facto da equipa de futebol sénior do Sport Clube Marítimo ter conquistado a Taça Região Autónoma dos Açores na época 2010/2011”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(O Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Lima)

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Fundado em 24 de Fevereiro de 1957 por gente ligada ao mar, o Sport Clube Marítimo desde cedo desenvolveu actividades desportivas, numa ilha em que embora faltasse quase tudo, restava tempo, daí a importância que se revestiam as instituições desportivas, recreativas e culturais que, nessa altura, proliferavam um pouco por todas as freguesias.

A 26 de Abril de 1978 filiou-se na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e a partir daí participou nas provas locais tendo vencido a Taça Ilha Graciosa em 1986/1987, o Torneio de Preparação na época 1987/1988 a Taça de Honra em 1999/2000 e os Campeonatos da Ilha Graciosa nas épocas desportivas 1987/1988, 1990/1991, 1998/1999 e 2004/2005. Nesta última época alcança também o título de campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, feito inédito nesta ilha e que lhe conferiu o direito de participar na III Divisão Nacional – Série Açores, onde se manteve ao longo de três épocas: 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008.

Depois de passar por uma crise que obrigou ao encerramento da secção de futebol por duas épocas, o clube reiniciou a sua actividade desportiva nesta época e logo da melhor maneira. Depois de vencer a Taça da ilha, apurou-se para a Taça Região Autónoma dos Açores, prova que acabou por vencer, ao eliminar os representantes da Terceira e de S. Miguel. Esta também foi a primeira vez que uma equipa Graciosense venceu este título.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 5 de Julho de 2011, emita o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da equipa de futebol sénior do Sport Clube Marítimo ter conquistado a Taça Região Autónoma dos Açores na época 2010/2011.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos, dirigentes, sócios e simpatizantes, que, apesar das adversidades, sempre acreditaram no seu real valor.”

Do presente voto será dado conhecimento, além do referido clube, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Horta, Sala das Sessões, 5 de Julho de 2011.

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Hernâni Jorge e José Ávila.

Presidente: Creio não haver intervenções.

Passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um voto com objecto semelhante apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(O Deputado José Ávila voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Conquista da taça por parte do Sport Clube Marítimo

O Sport Clube Marítimo conta já com mais de meio século de existência.

Fundado em 1957, com o nome de Clube Recreativo Marítimo, teve como fundadores um grupo de pescadores da Vila de Santa Cruz da Graciosa.

Em 1978, torna-se filiado da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, participando, a partir dessa data, em provas federadas. O seu palmarés conta com diversas vitórias na modalidade de futebol, nomeadamente a Taça Ilha Graciosa em 1986/87, o Torneio de Preparação na época 87/88, a Taça de Honra em 1999/2000 e foi vencedor de três Campeonatos nas épocas 87/88, 90/91 e 98/99.

Na época 2004/05 o Sport Clube Marítimo destacou-se no panorama desportivo regional, tendo-se sagrado Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, conquistando assim a possibilidade de participar na Série Açores, na III Divisão do Campeonato Nacional de Futebol, obtendo um honroso 5º lugar.

Após três épocas naquele escalão nacional, o Sport Club Marítimo teve um período de interregno na sua actividade desportiva.

Porém, levantado do chão pela tenacidade e dedicação dos seus sócios e dirigentes, o Sport Clube Marítimo regressou à competição na época desportiva que agora finda.

E não podia esta rejuvenescida colectividade dar melhor nota da sua reactivação do que com a conquista de um título regional.

Com efeito, no passado dia 11 de Junho, o Sport Clube Marítimo conquistou a Taça da Região Autónoma dos Açores de futebol sénior, para satisfação de todos os seus adeptos, sócios, atletas, dirigentes, equipa técnica e graciosenses em geral.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **voto de saudação pela conquista, por parte do Sport Clube Marítimo, da Taça da Região Autónoma dos Açores, saudando todos os seus atletas, equipa técnica, dirigentes, massa associativa e simpatizantes.**

Deste voto será dado conhecimento ao Sport Club Marítimo, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Horta, sala de sessões, 5 de Julho de 2011

Os Deputados, Duarte Freitas, João Costa e Mark Marques

Presidente: Creio não haver intervenções.

Passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro Voto de Congratulação, o último que deu entrada hoje, apresentado pelo PS, **“pelo facto da equipa de seniores masculinos do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos ter conquistado o Campeonato Nacional de Ténis de Mesa, na época desportiva de 2010/2011”**

Dou a palavra ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O Salão Recreativo dos Toledos nasceu há vinte e oito anos, num sábado de Santo Cristo, concretamente em 20 de Maio de 1983, e revelou-se uma dinâmica associação que tem sabido concretizar, com brilhantismo, o seu objecto social de promoção do desenvolvimento e de prática de actividades culturais, desportivas e recreativas. Para além destas, desenvolve importantes

valências na área social que, pela sua qualidade e manifesto interesse público, lhe conferem o estatuto de Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS).

A respectiva secção de ténis de mesa, criada em 1999, foi a génese do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos, fundado em 26 de Novembro de 2001, e que tem levado o nome daquele lugar do concelho da Madalena pelos Açores e pelo país, sobretudo na modalidade de ténis de mesa. O Salão dos Toledos tem dado ao Pico e aos Açores vários títulos e classificações honrosas em diversas competições nacionais, como foram a conquista do Campeonato Nacional da II Divisão de Ténis de Mesa, em seniores masculinos, na época desportiva de 2007/2008, em seniores femininos, na época desportiva de 2008/2009, com as consequentes ascensões das respectivas equipas ao máximo escalão nacional, onde se mantêm desde então.

Na época de 2009/2010, concretamente no dia 9 de Maio de 2010, a equipa de seniores masculinos do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos venceu a Taça de Portugal de Ténis de Mesa e – já na presente época, no passado dia 29 de Setembro – conquistou a Super Taça.

A par do árduo e incessante trabalho que está na base do sucesso desportivo e da reconhecida actividade de cariz social, o Salão dos Toledos arregaçou as mangas e tem vindo a executar, esforçadamente, as obras de construção das respectivas instalações sociais e do pavilhão desportivo. Em todo este processo de desenvolvimento desportivo e social têm merecido, com toda a justiça, o apoio de diversos departamentos do Governo Regional.

Coroando com ouro o brilhante trajecto desportivo dos últimos anos, a equipa de seniores masculinos do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos venceu, no passado dia 18 de Junho, a sua congénere da Associação Recreativa Novelense, no jogo da segunda eliminatória da final do Campeonato Nacional de Ténis de Mesa, sagrando-se, assim, Campeã Nacional, o que constitui um feito assinalável e inédito para o desporto açoriano.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores, propõe que esta, reunida em Plenário, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da equipa de seniores masculinos do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos ter conquistado o Campeonato Nacional de Ténis de Mesa, na época desportiva de 2010/2011, feito notável e inédito para o desporto açoriano.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos e dirigentes que viram, assim, coroado de êxito todo o seu esforço no campo desportivo, tornando mais um sonho em realidade.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Clube, à Associação de Ténis de Mesa do Pico e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Horta, 5 de Julho de 2011

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Hernâni Jorge e Lizuarte Machado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que o PSD irá associar-se a este voto, até porque tem um do mesmo teor preparado para apresentar amanhã.

Presidente: Passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos a outro ponto do nosso PTAP. Vamos dar início às declarações políticas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na semana passada, caiu com estrondo a máscara de um dos maiores embustes políticos da nossa história recente.

O debate do Programa do XIX Governo Constitucional foi revelador em múltiplos sentidos.

De concreto, o programa de Governo trazia apenas as já conhecidas medidas da troika porque, de resto, são apenas 129 páginas de banalidades e de aprofundamento das políticas de austeridade com que o povo português tem sido brindado pelos alternantes governos do PS, PSD aqui, ali e agora com o CDS/PP.

É revelador também nesse aspecto da falta de ideias, rumos e perspectivas do Governo PSD/CDS e da sua posição de simples serventuários do FMI!

Foi revelador de que apesar de termos um governo novo – supostamente o mais jovem de sempre, aliás –, temos, afinal também, uma política muito velha, ao continuar, apenas de forma ainda mais agravada, a colocar todo o peso dos sacrifícios sobre os portugueses e as suas famílias enquanto prossegue a desastrosa atribuição de benesses para os grandes grupos económicos e a vergonhosa submissão aos interesses estrangeiros, que conduziram à ruína do país!

Apesar do discurso impregnado de supostas preocupações sociais, as vítimas serão as mesmas. O PSD e o CDS que expliquem:

Em que é que pôr os trabalhadores a trabalharem mais e a receber menos ajuda as famílias?

Em que é que o ataque aos direitos sindicais ou à contratação colectiva ajuda as famílias ou contribui para a consolidação orçamental?

Em que é que a descida da Taxa Social única para as empresas, pondo em risco o sistema de Segurança Social, sem ajudar num cêntimo que seja a situação orçamental do país, em que medida é que esta opção vai ajudar as famílias?

E o tornar mais rápidos e baratos para o empregador os despedimentos? Vai esta medida ajudar as famílias portuguesas? Vai esta opção acabar com o défice?

O discurso vago e de circunstância do PSD e CDS/PP e o eventual murmurar incomodado do PS – que em boa medida subscreve tudo isto e se assim não for que o afirme aqui e agora de uma forma clara e inequívoca – são a dimensão,

agora claramente revelada, do embuste político em que enredaram os portugueses!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas o mais grave e profundo logro que foi feito aos portugueses, PSD e CDS/PP não tiveram a coragem de o escrever, preto no branco, no seu programa de Governo. O mais profundo embuste, como dizia, foi ver o Primeiro-Ministro cabisbaixo, bisonho e pesaroso quando veio anunciar o roubo de metade do subsídio de natal dos portugueses ou, para ser mais rigoroso a criação de um imposto extraordinário equivalente a 50 por cento do 13.º mês. O que, convenhamos, para os cidadãos é uma e a mesma coisa.

Uma vergonha que PSD e CDS/PP, numa escandalosa demonstração de falta de coluna vertebral política, não colocaram no programa eleitoral que apresentaram aos eleitores. Tivessem-no feito e veríamos se o resultado eleitoral teria sido o mesmo...

Apresentada como uma dolorosa inevitabilidade, esta medida pretende render aos cofres do Estado 800 milhões de Euros. Mas era mesmo necessário ir tirá-lo aos bolsos dos portugueses?

Apenas alguns exemplos:

Bastaria aplicar uma taxa de 0,2% sobre as transacções em bolsa para obter 250 milhões de euros, ou aplicar uma taxa efectiva de IRC à banca para obter mais de 300 milhões ou, ainda mais claramente, taxar as empresas sedeadas no offshore da Madeira para o Estado embolsar mais de 1100 milhões de Euros em impostos que actualmente não cobra.

Era inevitável ir roubar o natal dos portugueses ou, afinal, o que há é vontade de continuar a sacrificar os mesmos de sempre para beneficiar os do costume?

Vai ser desta forma que PSD e CDS/PP planeiam ajudar as famílias de quem tanto falam? Este roubo, terá ele o famoso “visto familiar” que as medidas do Governo precisam para serem aprovadas?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importam-nos de maneira especial, os impactos desta medida aqui, na Região Autónoma dos Açores.

E a verdade é que o Presidente do Governo Regional já veio apressadamente concordar com o roubo do subsídio de natal dos açorianos, certamente animado pela receita extraordinária para ajudar a endireitar as contas regionais.

Isto apesar de ter declarado solenemente que tudo faria para proteger os açorianos dos piores impactos das medidas de austeridade, como no caso recente dos cortes salariais criando para isso uma remuneração compensatória à qual sem nenhuma margem de dúvidas demos o nosso aval político.

Em relação a este caso concreto, o roubo do 13.º mês, impõe-se uma clarificação urgente por parte do PS Açores e do governo regional:

Colocamos por isso um desafio a esta Câmara e em particular ao PS Açores e ao Governo Regional, desafio que é, afinal, o principal fundamento desta declaração política:

- Está ou não o Governo Regional disponível para dispensar as açorianas e os açorianos do pagamento deste imposto? Ou para os compensar desse pagamento?

- Vai o Governo silenciosamente embolsar a receita do banditismo do Governo da República ou vai devolvê-la aos seus legítimos e precisados donos, as famílias dos Açores?

As açorianas e açorianos esperam e têm direito a uma resposta clara.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados aguardo inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente que esta declaração política do PCP não pode cair em saco roto. Já que os seus destinatários fundamentais brindaram com um imenso e ruidoso silêncio – diz-se que “quem cala consente”, se é legítimo tirar esta conclusão – não ficarão provavelmente muito bem nesse silêncio.

Da parte do BE queremos associar-nos ao fundamental do conteúdo desta declaração política.

Gostaríamos a este propósito, aproveitando esta oportunidade, de colocar mais duas questões ao silêncio ruidoso das bancadas que ora constituem a coligação governativa da República.

Falou-se durante bastante tempo, e o actual Primeiro-Ministro fê-lo de uma forma muito clara, sobre um contrato de confiança que havia que estabelecer com o povo português. Este contrato de confiança seria o resultado daquilo a que o PSD e o CDS chamaram uma política de verdade.

Eu gostava de levantar a seguinte questão, porque não acredito na política de verdade e tenho dúvidas de que este contrato de confiança venha a ser assinado pelo povo português, pelas razões que vou passar a expor.

Este “roubo”, foi assim que lhe chamou o PCP e é a palavra correcta, de retirar 50% ao subsídio de Natal dos trabalhadores que auferem um ordenado mensal, e é bom lembrá-lo, acima do ordenado mínimo nacional, ou seja 475€, o que quer dizer que quem ganha 500, 600, 700, 800, é rico ...

Deputado João Costa (PSD): Quem ganha 600 euros vai pagar 125 euros!

A Oradora: ... e tem que pagar um imposto extraordinário, este imposto foi apresentado como inevitável dado o resultado do relatório do INE, que detectava um rombo, um buraco de mil e oitocentos milhões de euros nas contas públicas.

Oitocentos milhões já sabemos que vão a caminho dos cofres do Governo através deste imposto.

Primeira pergunta: onde é que o Governo da República vai buscar os mil milhões que faltam?

Nós respondemos: seguramente aos apoios sociais. Esperemos pelo resto da factura porque ela virá a caminho.

Não há outro sítio onde ir buscar. Por que é que não há? Porque o Governo da República decidiu exactamente penalizar os mesmos de sempre, sem ter um único imposto extraordinário em IRC, nas mais-valias, nos dividendos, nas transferências para o offshore. Nada! É sempre quem ganha mais do que 475€ por mês que tem que levar com as medidas de austeridade e com os tais sacrifícios simétricos, em cima.

Voltemos à política de verdade e ao contrato de confiança.

Esta medida, este imposto extraordinário, é o resultado do relatório do INE, uma situação desconhecida. Aliás é curioso, porque os nossos Primeiros-Ministros, recentemente empossados, acabam sempre por dizer que não sabiam de nada.

Durão Barroso quando chegou disse que não fazia a mínima ideia da situação das contas públicas; José Sócrates quando chegou também não fazia a mínima ideia; agora chega Passos Coelho, que negociou com a Troika, que acordou com a Troika, que conhecia toda a situação do País e de repente foi surpreendido com o relatório do INE, porque afinal não conhecia a situação do País.

É bom que os açorianos e açorianas comecem a registar pacientemente as contradições que vêm umas em cima das outras.

Deputado João Costa (PSD): Que demagogia! Por que não diz a verdade?

A Oradora: Contrato de confiança: uma semana antes deste imposto extraordinário ter sido anunciado, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou em Bruxelas e a Bruxelas, e não ao povo português, que medidas extraordinárias vinham a caminho.

Uma semana depois apresentou o seu Programa de Governo e nem uma palavra, nem sobre este imposto extraordinário, nem sobre as medidas extraordinárias que já estão prometidas e até hoje desconhecidas. Dois dias depois, lá vão os 50% do subsídio de Natal.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não são 50%!

Deputado João Costa (PSD): Diga a verdade! Está preocupada é com quem ganha 3000 euros!

A Oradora: Então o povo português, os açorianos e açorianas, neste momento concreto, têm toda a legitimidade de perguntar: contrato de confiança? Mas quem é que neste caso concreto merece confiança?

Não certamente o Governo da República, não certamente o Primeiro-Ministro que mentiu descaradamente aos portugueses e às portuguesas, quando escondeu aquilo que ia fazer quando chegasse de Bruxelas ao nosso País.

E se isto é a política de verdade que os senhores andaram durante um mês e tal, na pré-campanha e na campanha eleitoral, a anunciar, eu não sei o que é que o povo chamará à maior mentira do momento.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que, quer o PSD, quer o CDS/PP foram alvo de perguntas directas e concretas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, eu esperava que esses partidos naturalmente viessem ao debate, responder às perguntas que lhes foram colocadas, perguntas aliás muito directas e concretas. Fica registada a falta de resposta por parte do PSD e do CDS/PP sobre estas matérias.

Depois dessas respostas, aí sim, teríamos o início, digamos assim, deste debate. Não sendo assim, tendo em conta que estamos a abordar o Programa do Governo aprovado a semana passada, não posso deixar de referir algumas questões que me parecem fundamentais, neste momento.

Em primeiro lugar, é justo e importante dizer que o Governo está em funções, ganhou as eleições legislativas nacionais, aprovou na Assembleia da República o seu Programa de Governo e tem agora toda a legitimidade para começar a trabalhar.

Não é justo, também é preciso dizê-lo, que não deixemos que o Governo desenvolva a sua actuação nestes primeiros meses, até porque o Programa do Governo tem ainda muitas questões vagas, ideias e medidas em que não está verdadeiramente definida a forma como serão implementadas. Portanto teremos que esperar para ver.

Deputado João Costa (PSD): Ah! Afinal o senhor sabe!

O Orador: No entanto, parece-me importante referir que estão dados sinais muito concretos naquelas que são as linhas orientadoras da política deste Governo, que não deixam de nos causar algumas preocupações.

Em primeiro lugar, uma questão de princípio. Para o PS o Memorando de Entendimento da Troika era o limite máximo de sacrifícios pedidos aos portugueses.

Tendo em conta aquilo que já sabemos do Programa do Governo, tendo em conta aquilo que já disse o Dr. Pedro Passos Coelho, para o PSD o Memorando de Entendimento da Troika afinal era o limite mínimo dos sacrifícios pedidos aos portugueses e às portuguesas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Foi o programa que foi aprovado pelos portugueses no dia 5 de Junho!

O Orador: Isso é um dado político de enorme relevância,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... até porque todos se recordam das afirmações constantes do Dr. Pedro Passos Coelho e dos dirigentes do PSD, que faziam manchetes de jornais e eram esses os *sound bites* principais das intervenções do PSD, que não se podiam pedir mais sacrifícios aos portugueses...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): Para pagar as contas do vosso governo!

O Orador: ... sendo esse, aliás, o principal argumento para derrubar o Governo na Assembleia da República, através do PEC IV.

Estes são sinais muito importantes, dados concretos e factuais de enorme relevância política, que temos naturalmente que referir nesta questão.

O Programa do Governo do nosso País, aprovado muito recentemente, julgo que podemos defini-lo desta forma: é o primeiro Programa do Governo verdadeiramente de direita em Portugal.

Depois do choque fiscal do Dr. Durão Barroso, ou do choque tecnológico do Eng^o. José Sócrates, temos agora o choque ultraliberal do Dr. Pedro Passos Coelho, com uma agenda privatizadora muito forte e muito intensa, que abala questões e princípios de serviço público que, naturalmente, nos devem preocupar.

Deputado João Costa (PSD): Sócrates quebrou os chips todos do país!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD e do PS).

Presidente: Sras e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Berto Messias faça favor de continuar.

O Orador: Nesse âmbito, dentro dessa agenda privatizadora, é importante esclarecer algumas questões concretas referentes aos Açores, que se prendem por exemplo com a privatização dos aeroportos e dos aeródromos afectos à ANA,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não foi essa a pergunta que o Sr. Deputado fez!

O Orador: ... com a questão da RTP Açores, que são fundamentais serem esclarecidas no âmbito deste debate.

Outra questão que me parece relevante é o facto das referências aos Açores, nesse Programa do Governo, por um lado, serem vagas, não existirem e, por outro lado ainda, referirem-se única e exclusivamente à austeridade e aos cortes que têm que ser feitos,...

Deputado João Costa (PSD): Já tem 3 lados! Podia só ter 2!

O Orador: ... nalguns casos até, com grandes confusões constitucionais e estatutárias, porque o PSD parece desconhecer as competências que decorrem do nosso Estatuto Político-Administrativo e dos nossos órgãos de governo próprio.

Devo dizer-vos também que quanto ao imposto que foi referido pela intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, ele continua ainda muito indefinido. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou que nas próximas duas semanas iria concretizar e consubstanciar, de forma mais substantiva, digamos assim, aquilo que pretende fazer. Nessa altura estaremos em condições de nos pronunciarmos com mais propriedade sobre esta questão.

Quanto ao PS dos Açores, ...

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termina já Sr. Presidente.

... e a este Grupo Parlamentar, independentemente do Programa de Governo, estaremos naturalmente disponíveis para trabalhar com este Governo da República naquilo que for referente à Região Autónoma dos Açores, mas estaremos sobretudo preocupados em trabalhar ...

Deputado João Costa (PSD): Trabalhar, mas contra o programa!

O Orador: ... e em defender os Açores e os açorianos, implementando, se assim for necessário, uma agenda compensatória que permita compensar e defender os Açores e os açorianos das dificuldades em que vivemos hoje.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O exercício que o Sr. Deputado Aníbal Pires veio fazer era demasiado previsível. Eram previsíveis todas as palavras que o senhor utilizou.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E?

O Orador: Infelizmente o PCP é demasiado previsível.

Sabemos sempre aquilo que o PCP tem a dizer.

É espantoso como é que os senhores ainda não perceberam a situação em que se encontra o País, para tecerem as considerações que normalmente tecem.

Ainda não perceberam que primeiro é preciso arrumar a casa para depois poder ir um pouco mais à frente. Os senhores ainda não perceberam isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós? E V. Exas.?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Há 1 mês atrás o senhor não dizia isso!

O Orador: O que é que os senhores preferem? Preferem não fazer sacrifícios e aumentar ainda mais uma variável como o desemprego? É isso que os senhores preferem?

Os senhores preferem, em vez de eventualmente conduzir algumas situações de perda de rendimento, eliminar completamente o rendimento das pessoas e fazer com que as pessoas não possam sequer satisfazer as necessidades básicas? É isso que os senhores preferem? Preferem aumentar o desemprego?

Infelizmente, Sr. Deputado Aníbal Pires, os senhores, o PCP e não só, porque nalguns casos estão acompanhados, cristalizaram em 1975. Mantêm-se iguais a 1975.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Cristalizaram e aí continuam há 36 anos. Continuam a dizer a mesma coisa, repetitivos, repetindo chavões, repetindo no fundo aquilo que vulgarmente é conhecido como uma cassette que os senhores utilizam.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, a única coisa que digo é que para se começar a receber as vossas ideias de modo diferente é preciso que os senhores se modernizem. Modernizem-se!

Comecem efectivamente a chegar aos nossos dias, porque em eleições os portugueses têm vindo sucessivamente a fazer o julgamento, esse julgamento é demasiado conhecido e é também ele demasiado previsível.

Os senhores vivem de demagogia, de frases feitas que tentam colocar junto das pessoas, mas efectivamente a única coisa em que navegam é numa irresponsabilidade tremenda que pura e simplesmente vos afasta dos reais problemas sentidos na sociedade portuguesa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E os sacrifícios dos Açores, Sr. Deputado?

O Orador: Por isso termino em relação ao Sr. Deputado Aníbal Pires como comecei:

Os senhores são demasiado previsíveis. Os portugueses conhecem-vos bem e habitualmente dão a nota que dão, eleições após eleições.

Quanto ao Partido Socialista: a Troika ou o que resultou do Memorando da Troika que o Sr. Deputado Berto Messias aqui invocou, foram os senhores que assinaram.

Deputada Cecília Pavão (PS): E os senhores também!

Deputado Aníbal Pires (PCP): V. Exas. foram os avalistas!

O Orador: Não. Quem assinou foram os senhores. Nós demos depois o acordo e naturalmente dissemos que íamos aplicar aquilo que consta do Memorando.

Agora, a falta de transparência que os senhores evidenciaram enquanto estiveram no Governo e que levou a que não se conhecesse na sua globalidade a situação do país, levou à necessidade de, a esse limite máximo que o senhor falou, obviamente tivessem que ser acrescentadas algumas medidas, que permitam resolver o problema numa economia e numa sociedade completamente degradadas como estas.

Portanto é preciso ir mais além e é preciso coragem para ir mais além.

Deputado Berto Messias (PS): Fuga para a frente!

O Orador: Este Governo, aquilo que está a demonstrar, é que tem coragem para ir mais além, para resolver os problemas do País.

Os senhores infelizmente deixaram-nos numa situação destas.

Quanto às considerações que o senhor fez relativamente às opções do Governo, Sr. Deputado Berto Messias, eu tenho que lhe responder de uma forma: as opções deste Governo correspondem, no fundo, a dois programas eleitorais que foram sujeitos ao juízo dos portugueses, que foram o programa do PSD e o programa do CDS/PP. Esses foram sujeitos a um julgamento em eleições e esse julgamento deu uma vitória clara às opções que nós defendemos.

Deputados Rui Ramos e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que vamos aplicar são as opções que defendemos.

Deputado Berto Messias (PS): Aí é que está!

O Orador: Deixe-me recordar-lhe mais uma coisa: as nossas opções venceram a nível da República, no caso do PSD, com uma diferença de dez pontos.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor toca numa questão fundamental!

O Orador: Curioso é que nos Açores as nossas opções tenham sido sufragadas com uma diferença de 21 pontos, nos resultados eleitorais obtidos pelo PSD em relação ao PS.

Deputado Berto Messias (PS): Tem que salvar a honra do PSD!

O Orador: O senhor deve pensar muito bem antes de dizer aquilo que diz, porque o vosso projecto, aquilo que os senhores defendem, foi perfeitamente derrotado aqui na RAA. É o povo quem decide e as opções que estamos a adoptar são as opções que saíram vencedoras no dia 5 de Junho.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Até um imposto extraordinário!

O Orador: O que é que o senhor quer? Quer ir contra os resultados da democracia? Se é isso que o Partido Socialista quer, assuma!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo obviamente pela extrema-esquerda para dizer à Sra. Deputada Zuraída Soares que a notícia já deve ter cá chegado, mas vai no caminho do seu líder.

Deputada Zuraída Soares (BE): Gosta o CDS da extrema-direita, é um prazer!

O Orador: Vai ter de se arrepender e repensar algumas das atitudes do BE Açores, como o seu líder nacional se arrependeu por não ter ido conversar com a troika.

Confessa-se profundamente arrependido. É talvez um ponto de reflexão para V. Exa..

Deputada Zuraída Soares (BE): Esperemos que quem foi conversar com a Troika não se arrependa também!

O Orador: Quanto ao Sr. Deputado Aníbal Pires e ao PC...

Deputado Aníbal Pires (PCP): PCP, Sr. Deputado!

O Orador: ... sinceramente, não vale a pena. Esteja o PS no Governo a cassete é a mesma...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como sabe já não utilizamos cassete! É blu-ray! Avançámos tecnologicamente!

O Orador: ... esteja o BE no Governo a cassete é a mesma,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Esteja o CDS no Governo, a cassette é a mesma!

O Orador: ... esteja o CDS no Governo a cassette é a mesma. Portanto, não vale a pena. O seu discurso, é repetitivo, é gasto, é de alguma maneira bruto.

Deus nos livre, Sr. Deputado, que V. Exa. e os seus camaradas algum dia cheguem ao poder, porque a pequena amostra que tivemos em 1975, foi que os senhores roubaram, espancaram, perseguiram, prenderam.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me parece que tenha sido assim!

O Orador: Quando estiveram no Governo roubaram, espancaram, perseguiram, prenderam. Roubaram! Roubaram!

Algum do património que os senhores têm hoje em dia, património do PC, como é que o adquiriram? Era do pecúlio que tinham na clandestinidade. Tomaram propriedades a quem as tinha, roubaram a quem tinha. Portanto, os senhores não têm moral para falar de ninguém.

Mais, Sr. Deputado: aplicando a ideologia comunista, para não ir aos velhos tempos da União Soviética, basta ir a Cuba. Basta ir a Cuba Sr. Deputado, que era o que o senhor fazia, se lá fosse.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Devia ter trazido um mapa, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso é que o senhor só tem 2%.

As pessoas já não acreditam nem no seu partido, nem em si, nem no *bluff* e na cassette que os senhores dão de mera propaganda.

Aliás, se pusessem aí um gravadorzinho e, em todas as sessões, carregassem no botãozinho, era perfeitamente dispensável o Deputado do PCP aqui, mas a democracia...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem destas coisas, permite a liberdade, é uma chatice!

O Orador: ... permite isto e sobretudo a democracia de quem reviu uma lei eleitoral.

Sr. Deputado Berto Messias, permita-me que usurpe o seu artigo no Diário Insular desta semana, onde diz “aprender com a Grécia”.

Sr. Deputado, os senhores estiveram lá esse tempo todo e não aprenderam nada?

(Risos do Deputado Rui Ramos)

Não executaram nada?

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado não leu o artigo!

O Orador: Li-o todo, Sr. Deputado!

Vou citá-lo, se me permite: “nunca se poderá esquecer que não poderá haver portugueses de primeira e de segunda em sectores como a saúde e a educação”.

Sr. Deputado, as taxas moderadoras estavam no Programa do Governo do PS?

E na saúde e educação, estava no Programa do Governo aplicar?

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a chamada fuga para a frente! É manobra de diversão para não responder às perguntas!

O Orador: Não é. É usar os mesmos argumentos.

Estava no Programa do Governo do PS aplicar taxas moderadoras aos açorianos? Estava, Sr. Deputado?

Mais uma perguntinha (uma observação) se me permite.

Deputado Berto Messias (PS): Faça lá as que quiser!

O Orador: O Sr. Deputado fala no vosso cavalo de batalha que é a ANA e a RTP, mas quem é que assinou aquele compromisso com a Troika? Quem é que aceitou a privatização da ANA naquelas condições?

Deputado Aníbal Pires (PCP): E quem é que deu o aval?

O Orador: Foram os senhores, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor com a sua experiência parlamentar está a criar manobras de diversão para não responder às perguntas!

O Orador: Os senhores deviam estar num espírito construtivo de ajudar a reconstruir aquilo que os senhores destruíram, desavergonhadamente, Sr. Deputado. Deixando, tapando, varrendo o lixo para debaixo do tapete. Foi isso que os senhores fizeram.

Deputado José Lima (PS): Não é verdade!

O Orador: Vamos ver agora no segundo semestre o que é que se vai fazer.

Vou terminar com uma frase sua.

Deputado Berto Messias (PS): Dê-me essa honra!

O Orador: “A principal lição que Passos Coelho deve tirar do que se passa na Grécia é que um Governo, mesmo com maioria parlamentar, não consegue ter sucesso nas suas políticas sem o apoio do povo.”

Sr. Deputado, um espelho para essa bancada.

Deputado Berto Messias (PS): Não percebi!

O Orador: Um espelho para essa bancada.

Mesmo sem o apoio do povo, os senhores... É só pensar no que aqui está dito!

Foi o senhor que escreveu. Não fui eu.

Deputado Berto Messias (PS): Não percebi como é que emprega esse termo nesse discurso!

O Orador: Os açorianos são vítimas do maior e mais brutal aumento de impostos da História.

Foram os senhores que permitiram que a taxa de redução do IVA passasse de 30 para 20%. Foram os senhores que assinaram. Foram os senhores que autorizaram.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Os senhores agora estão preocupados com a Lei das Finanças Regionais, mas deveriam ter manifestado essa preocupação (onde?) no local próprio e não deviam ter permitido que os impostos aumentassem brutalmente nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): E os submarinos que o Dr. Paulo Portas adquiriu?

O Orador: Manifestei isso ao Sr. Presidente do Partido, ao Sr. Presidente do Governo e ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): E ao Dr. Paulo Porta que também subscreveu!

O Orador: Foi a quem eu manifestei. A pedido do Governo, fui dizer isso, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não podem reescrever a história! O Dr. Paulo Portas também assinou! O senhor bem que se esforça!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, tenho-o como um homem sério e acredito que V. Exa. não acredita no que está a dizer, porque quem assinou o Memorando foi José Sócrates, em nome do Governo de Portugal.

Deputado Berto Messias (PS): O seu Vice-Presidente disse no último plenário que o CDS também tinha assinado o Memorando!

O Orador: Os outros partidos, responsabilmente, ...

Deputado Berto Messias (PS): O seu Vice-Presidente disse no último plenário que o CDS também tinha assinado o Memorando!

O Orador: ... aliás como o PS agora pela voz da Maria de Belém Roseira, comprometeram-se a cumprir e tomar todas as medidas necessárias para tirar Portugal do caos e da fossa em que os senhores deixaram os portugueses.

Presidente: Vamos continuar o debate com vivacidade e elevação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para referenciar o seguinte.

Considero que em relação àqueles que são os compromissos assumidos pelo Governo português, pelo Governo anterior chefiado pelo anterior Primeiro-Ministro, José Sócrates, em relação ao Memorando de Entendimento, o PS obviamente tem todas as responsabilidades. Não pode aqui, como fez o Sr. Líder Parlamentar do PS, tentar escamotear. Tem responsabilidades totais em relação a esse tema.

Também tem responsabilidades totais a nível da região.

Eu lembro-me que, por proposta de muitos partidos da oposição, se quis aqui discutir alguns aspectos negativos do Memorando de Entendimento e foi o PS ...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, o PS não recusa as suas responsabilidades. Nem eu recusei, nem o Partido Socialista recusou as suas responsabilidades!

O Orador: Sr. Deputado, ouvi-o e nunca o interrompi. Deixe-me terminar o que estava a dizer.

Deputado Berto Messias (PS): Os apartes são regimentais!

O Orador: O que lhe estava a dizer é que o Partido Socialista também na região impediu o debate do Memorando de Entendimento. Todos os que aqui estão, nesta sala, sabem que isso é verdade.

Antes das eleições quis-se discutir aqui o Memorando de Entendimento e a projecção, do ponto de vista económico e social, que significaria a adopção das medidas do Memorando de Entendimento para a RAA.

Os senhores não o quiseram fazer. Não tiveram a coragem política de discutir antes de ir a votos.

A vossa atitude de agora quererem discutir questões que não quiseram discutir antes das eleições e de atirar as responsabilidades para os outros, acho-a condenável.

Lembro-vos que os senhores perderam as eleições, exactamente porque deixaram o País uma situação catastrófica. Não tinham programa alternativo e as vossas medidas, as medidas do Governo da República, não conseguiram inverter a situação.

Quando chegou o momento da verdade, quando chegou o momento de discutir as propostas do Memorando de Entendimento, nomeadamente em relação à diminuição da diferenciação fiscal nos Açores, quando se quis discutir esta questão, os senhores fugiram desse debate. A verdade é essa!

Deputado Berto Messias (PS): Nós não fugimos de debate nenhum!

O Orador: Não tiveram a frontalidade, a coragem política de dizer: aqui estamos nós, em defesa dos interesses dos Açores! Aqui estamos nós em defesa dos interesses dos Açores, antes das eleições!

Agora aparecem, não assumindo as vossas responsabilidades, quer a nível nacional, quer a nível regional. Por isso eu tenho que deixar aqui uma palavra de condenação política em relação a esse género de atitudes, a esse tipo de incongruências, de falta de coragem de no discurso público dizer uma coisa antes e outra depois, ao contrário do que por exemplo fez o Partido Socialista, e

muito bem, na Assembleia da República, em que assumiu as suas responsabilidades e ouvimos um discurso coerente em que diziam: “o estado do País é este, é necessário adoptar uma série de políticas e vamos ver caso a caso”.

Os senhores têm um discurso completamente diferente.

Deputado Berto Messias (PS): Eu disse exactamente isso!

O Orador: Neste momento, o vosso discurso é de atirar as responsabilidades para cima dos outros, como nada se tivesse passado nos últimos 6 anos. Isso é que é bastante condenável!

Desde já quero dizer-vos que se é essa a vossa atitude, essa atitude não pega.

Os açorianos são inteligentes e com certeza farão uma condenação política a um partido político que diz uma coisa antes e uma coisa completamente diferente depois.

O que é que mudou?

O que mudou é que os senhores já não estão no poder na República e têm um discurso diferente, não devido ao conteúdo programático que foi alterado devido às crenças ideológicas, mas pura e simplesmente por tacticismo político.

Deputado José San-Bento (PS): E o PPM o que é que acha disso?

O Orador: Isso é que é profundamente condenável na vida política portuguesa. Estou absolutamente convencido que é isso que vos irá afectar em termos de credibilidade e de defesa dos interesses dos Açores.

Termino dizendo: não venham agora com a bandeira dos Açores! Não venham hasteá-la agora porque a batalha está perdida!

Quando foi o momento em que tinham que travar a batalha, abandonaram-na, deram-se como derrotados, desertaram!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para, no âmbito deste debate, notar aqui como tudo muda em apenas 15 dias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, pois! Tem toda a razão!

O Orador: Como é diferente a postura hoje do PSD em relação àquela que era há um mês atrás.

Deputado João Costa (PSD): A declaração política é do PCP, Sr. Deputado!

O Orador: Vou lembrar apenas três citações.

Há um mês atrás, dizia o PSD que “para sacrifícios adicionais não poderão contar com o apoio do PSD”, ou seja, antes das eleições não havia mais sacrifícios. Agora é preciso mais sacrifícios.

Deputado João Costa (PSD): Devido ao estado caótico em que os senhores deixaram o país!

O Orador: Antes das eleições o PSD dizia que o aumento de impostos seria uma insensibilidade social, era injustificado e era uma injustiça. Aliás, foi por essa causa que puseram o Governo abaixo.

Agora dizem que o aumento de impostos é (registem apenas isso) um acto de coragem.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Há um mês atrás apoiavam as intervenções aqui nesta bancada com o mesmo conteúdo do PCP.

Hoje, chamam demagogia àquilo que apoiavam há um mês.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Nem mais!

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Em quinze dias, efectivamente, tudo mudou.

O que se disse ontem é exactamente o contrário do que se diz hoje.

Agora, nesse processo rápido de mudança de opinião não contem com o Governo dos Açores.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Governo dos Açores disse ontem aquilo que diz hoje; o Governo dos Açores assumiu ontem as mesmas posições que assume hoje.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: O Governo dos Açores irá manter a colaboração, o espírito construtivo e realista em todas as matérias que dizem respeito ao País; irá manter de forma intransigente a defesa dos interesses dos Açores, como fez no passado, como faz no presente e como irá fazer no futuro.

Não vamos ter qualquer alteração em relação àquela que tem sido a nossa postura.

Tudo aquilo que dissemos ontem, podemos subscrever hoje e defender amanhã.

Por isso não iremos cair, como dissemos no passado, no populismo fácil do PCP, mas também não contem connosco para subscrever de forma incondicional todas as propostas que no passado não apoiámos.

Neste contexto, como foi referido, importa dizer claramente sobre este enquadramento que, como defendemos no passado, hoje também no presente temos a consciência plena de que a defesa dos interesses dos Açores é o nosso limite, a nossa bandeira e o nosso objectivo.

Sobre isso nunca abdicaremos, como nunca abdicámos.

Por fim, Sr. Deputado Aníbal Pires, para que não fique sem resposta, não pode pedir que o Governo Regional se pronuncie sobre uma matéria que o próprio Primeiro-Ministro não anunciou. Apenas disse, numa forma profundamente genérica, e como na altura se referiu, que o Sr. Ministro das Finanças nos próximos 15 dias iria explicar essa medida.

Portanto, não peça ao Governo dos Açores que se pronuncie sobre algo que, desse ponto de vista, não tem ainda qualquer conteúdo prático.

Para concluir, gostaria também de dizer que o Governo dos Açores manterá sempre e sempre a mesma postura.

Orgulhamo-nos muito daquilo que defendemos nos Açores no passado. Orgulhamo-nos muito da nossa coerência nessa defesa. E com certeza os açorianos vão continuar a orgulhar-se do Governo dos Açores continuar a defender os açorianos, independentemente de qual seja a composição do Governo da República.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por registar algum sinal de abertura relativamente ao PS e ao Governo Regional para, quando for conhecido o detalhe, eventualmente tomar alguma decisão. Pelo menos foi assim que eu entendi e registo desta forma.

Relativamente ao Sr. Deputado Artur Lima e ao CDS/PP (o Sr. Deputado Artur Lima não está cá) eu queria tomar em consideração algumas questões que ele referiu.

De facto, o Deputado Artur Lima, ao objecto e às perguntas da declaração política, não respondeu nada. Respondeu com as atoardas anti-comunistas que lhe são habituais e às perguntas que foram claras e objectivas não respondeu nada.

Mas de qualquer forma gostaria ainda de dizer, relativamente ao CDS/PP, que no princípio do ano e antes da queda do Governo de José Sócrates, dizia: “Portas e Jerónimo contra aumento de impostos. Os líderes do CDS/PP, Paulo Portas, e do PCP, Jerónimo de Sousa, não vão apoiar na Assembleia da República o Plano de Austeridade aprovado pelo Governo, com o apoio do PSD, para combater o défice.

Portas rejeita o bombardeamento fiscal!”

E agora Sr. Deputado, onde é que está este Portas?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao PSD, Sr. Deputado António Marinho, deixe-me dizer-lhe o seguinte:

O PCP pode ser previsível e esta previsibilidade do PCP tem a ver com uma coisa que se chama coerência, que é uma atitude de que Vs. Exas. desconhecem o significado.

Aliás, foi dado aqui um exemplo pela Deputada Zuraida Soares, relativamente a uma mentira do Primeiro-Ministro, que não é a primeira mentira dele.

Este tipo de comportamento faz-nos lembrar um comportamento que criticávamos ao anterior Primeiro-Ministro.

Se Passos Coelho esteve em Bruxelas a anunciar o imposto extraordinário e o escondeu dos portugueses, a verdade é que em 1 de Abril dizia que não haveria aumento de impostos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas isso foi no dia 1 de Abril!

O Orador: Relativamente à vossa coerência ou falta dela, eu diria que Vs. Exas. não são coerentes, são mentirosos.

Dizia o vosso líder no princípio do ano: “a austeridade não pode cair sobre os ombros dos mais fracos e vulneráveis.”

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está a “queimar as mãos”!

O Orador: Pois bem, nós concordamos com isto. Aliás, o PCP, na Declaração Política, disse como é que se poderia obter um milhão, seiscentos e cinquenta mil euros sem fazer recair a austeridade sobre os ombros dos mais fracos e vulneráveis.

Deputado João Costa (PSD): Por isso é que é acima do salário mínimo!

O Orador: Mas também a vossa líder regional dizia (agora já não diz): “medidas de austeridade são um atentado à autonomia regional”.

A vossa líder dizia também: “acordo com a Troika é muito penalizador.”

E as medidas que agora foram tomadas, são o quê? Não são penalizadoras?

Sr. Deputado António Marinho, eu é que sou o previsível. O PCP é que é previsível. E Vs. Exas. são o quê?

Sr. Deputado António Marinho, V. Exa. acha que alguma família portuguesa que vai ser afectada pelo roubo que Vs. Exas. e o CDS/PP vão fazer às famílias que obtêm o tal visto familiar, que o vosso líder, que o vosso Governo na República, colocou como condição para aprovação das medidas (colocou isto, “um visto familiar”), vai dar aval a esta medida de roubo, sabendo-se que há alternativas e sabendo-se que o caminho pode ser outro?

Deputado João Costa (PSD): Está a falar das famílias que ganham mais de 3000 euros!

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar.

Sr. Deputado António Marinho, o mundo que eu analiso e o mundo em que eu vivo é o mundo real. O mundo em que vivem Vs. Exas. é que é um mundo irreal.

É evidente, Sr. Deputado António Marinho, que temos conhecimento real do País. Nós temos uma opção de classe, porque de facto trata-se aqui de opções de classe e a nossa opção de classe é em defesa do povo e dos trabalhadores.

Vs. Exas. defendem o capital e até agora têm estado a ganhar.

Deputado António Marinho (PSD): O país!

O Orador: O capital tem estado a ganhar...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande capital!!!

O Orador: ... mas isso não faz, nem por parte do Deputado Aníbal Pires, nem do PCP, o abandono da sua natureza de classe e da sua opção que classe, que é a defesa dos trabalhadores e deste povo, ao qual me orgulho de pertencer.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo habitual.

Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 23 minutos.

Presidente. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 56 minutos.

Para uma Declaração Política tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A política faz-se com a razão, mas também com o coração.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: A razão deve impor-se na análise estratégica, na ponderação das escolhas e no discernimento dialéctico, que se tem ou não se tem.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Bons exemplos!

O Orador: Contudo, esta razão não deve condicionar totalmente a verve ou elaborar em demasia, sob pena dum discurso político excessivamente higienizado ou de uma reflexão fora do alcance do cidadão comum.

O coração, por seu turno, deve impor-se no gosto com que se faz política, nos impulsos que provoca e na sensibilidade epidérmica, que se tem ou não se tem.

Contudo, este coração não nos deve levar a um excesso de voluntarismo ou a uma conduta demasiado impulsiva, sob pena duma acção política sanguínea ou de uma atitude com défice de urbanidade.

Todos nós nos enredamos mais ou menos nestas teias idiossincráticas em que razão e coração fazem um político.

Mas, se um homem é um homem e as suas circunstâncias, um político é um político e os seus momentos.

Deputada Zuraída Soares (BE): E uma mulher?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No momento da cerimónia da tomada de posse do Governo de Passos Coelho, no seu momento inicial portanto, o Sr. Presidente do Governo Regional não se conteve e disse ao que ia.

Criticou o Primeiro-ministro por não se ter referido às autonomias.

Fê-lo com toda a pose de quem se tinha, justamente, indignado com o facto.

Essa indignação autonómica tem porém os seus momentos. Tem os seus dias.

O dia 12 de Março de 2005 não era dia de indignação autonómica.

O dia 26 de Outubro de 2009 também não foi dia de indignação autonómica.

Mas o dia 21 de Junho de 2011, esse sim, era dia de falar de autonomia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A diferença não esteve nos discursos, já que nem Sócrates nem Passos Coelho falaram de Autonomia nos seus actos de posse.

A diferença esteve na mudança de cor do Governo da Republica e na consequente mudança de humor do Presidente do Governo Regional.

Deputados João Costa e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: A diferença esteve portanto na posição de partida do Sr. Presidente do Governo, que não resistiu a iniciar a guerrilha no primeiro momento do novo Primeiro-ministro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para quem diz que tem a mesma atitude com qualquer Governo da Republica foi um momento revelador.

É que não havia ainda sequer Programa de Governo, nem uma única medida ou decisão tomada. Nada.

E a atitude do Presidente do Governo dos Açores para com o Primeiro-ministro já era diferente do que havia sido com governos do seu Partido.

Foi o momento revelador.

A guerrilha, a desculpabilização e a tentativa de construir um inimigo externo começou.

Como havíamos previsto e denunciado há meses.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As proclamações inflamadas de igualdade de tratamento, de benefício da dúvida perante governos de outras cores políticas e de defesa pura dos Açores ficam assim prejudicadas quando o ADN suplanta a tática.

Mais a frio, o Sr. Presidente do Governo Regional veio já tecer algumas considerações relativamente menos antipáticas para com o Governo da Republica. Estas diferentes atitudes têm deixado contudo os seus seguidores um pouco baralhados, como se viu hoje, pois a maioria continua no registo menos tático e mais genético, em que a boca foge sempre para a versão do inimigo externo.

Deputado Berto Messias (PS): Concretize!

O Orador: Para os Açores, a autonomia não pode ser um instrumento para fazer política partidária. Deve ser, isso sim, um meio superior de construir o bem dos açorianos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: A versão proclamativa da autonomia socialista não deve servir para o combate político externo e para a desculpabilização interna.

A autonomia não é arma de arremesso político-partidário.

É a arma de todos os açorianos para o seu sucesso.

A autonomia não é instrumento de oportunismo político.

É a oportunidade de todos os açorianos para fazerem a sua história.

Construamos nós próprios, com as nossas armas e com a nossa autonomia, o nosso sucesso e a nossa história.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É altura de fazer um balanço.

No tempo de mudança de Governo da Republica, é também tempo de contabilizar o que está pendente.

Às autarquias açorianas, a dívida ascende a mais de 8 milhões de euros.

Para com a Empresa de Electricidade dos Açores faltam acertar 40 milhões.

Os compromissos para a fibra óptica correspondem a 20 milhões de euros.

O Protocolo assumido relativo ao tratamento de resíduos implica 100 milhões de euros.

A dívida à Sata-Internacional totaliza 16 milhões de euros.

Os atrasos da ADSE a várias unidades do Serviço Regional de Saúde suplantam os 10 milhões de euros.

E as retenções e devoluções herdadas do anterior Governo no âmbito das transferências da Lei de Finanças Regionais e da controvérsia do IRS das autarquias, ultrapassam os 5 milhões de euros.

Ou seja, na relação com os Açores, o Governo de Sócrates deixou pendentes mais de 200 milhões de euros.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Repito, em relação aos Açores, o Governo de Sócrates deixou pendentes mais de 200 milhões de euros.

Estranhamos que quem se vangloriou publicamente ainda há poucos dias de ter conseguido desbloquear verbas do anterior Governo para a Universidade dos Açores, tenha estado tão silencioso em relação a tudo o resto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais do que denunciar estes valores e compromissos não consumados e mais do que questionar os silêncios cúmplices do PS/Açores, o PSD quer aqui dizer que exige o seu cumprimento por parte do actual Governo de Passos Coelho, dentro da legalidade e no quadro financeiros a que estamos sujeitos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Os silêncios socialistas podem não ter passado de um conivente e conveniente respirar fundo para agora gritar.

Para nós, impõe-se, porém, a constância da defesa dos interesses dos açorianos e a consciência de que os Açores têm de estar sempre, mas sempre, em primeiro lugar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Aceitam-se inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, dizer uma mentira muitas vezes, não faz com que essa mentira passe a ser verdade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Olha o especialista a falar!

O Orador: Há longas semanas que o PSD fala, afirma e refere, por variadíssimas vezes, a questão da guerrilha. Diz que fazemos guerrilha e que o PS/Açores fará guerrilha...

Deputado João Costa (PSD): Não é fará! Já está a fazer!

O Orador: ... perante o Governo da República e perante o PSD do Dr. Pedro Passos Coelho.

É o que lhe digo Sr. Deputado Duarte Freitas: uma mentira dita muitas vezes não passa a ser verdade.

O Partido Socialista dos Açores está, como sempre esteve, disponível para trabalhar com o Governo da República, independentemente do partido desse Governo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não está, não!

Deputado João Costa (PSD): Isso resulta da Constituição!

O Orador: Foi assim com António Guterres, foi assim com Durão Barroso, foi assim no Governo de má memória de Santana Lopes, foi assim com José Sócrates e será assim, naturalmente, com o Dr. Pedro Passos Coelho.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: Mas deixe-me dizer-lhe Dr. Duarte Freitas, para que fiquemos esclarecidos: eu não sei a que é que se refere quando fala em guerrilha, porque aquelas que são as tomadas de posição públicas do PS/Açores, do Presidente do Partido Socialista e dos dirigentes do PS/Açores, são muito claras. Dizem o mesmo antes das eleições, durante as eleições e depois das eleições.

Deputado João Costa (PSD): Sempre contra o PSD!

O Orador: Convido V. Exa. a dar-nos exemplos concretos, desta suposta guerrilha a que se refere.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Acabou de dar!

O Orador: Uma coisa é certa, apesar do senhor querer entranhar essa ideia da guerrilha na sociedade açoriana, cá estaremos, como sempre estivemos, na linha da frente da defesa dos Açores e dos açorianos, independentemente de quem governa o nosso País.

Deputado Rui Ramos (PSD): Então por que não reclamaram os 200 milhões?

O Orador: Foram variadíssimos os exemplos de matérias concretas em que discordámos claramente do Governo de José Sócrates e não tivemos problema nenhum em assumi-lo publicamente.

Deputados Luís Garcia e João Costa (PSD): E os 200 milhões?

O Orador: Quanto à defesa dos Açores, o Dr. Duarte Freitas não pode vir agora tentar reescrever a História.

O PSD não é o partido da defesa dos Açores. Está muito longe disso.

Aliás, e deixe-me dizer-lhe, qualquer partido nesta casa tem, nos últimos anos, defendido mais os Açores do que a bancada do PSD e do que o PSD/Açores.

Deputado João Costa (PSD): O senhor deputado é muito novo para defender isso!

O Orador: Qualquer um dos partidos que estão aqui sentados tem tido mais empenho e mais determinação na defesa dos Açores do que o Grupo Parlamentar do PSD e o PSD de Berta Cabral.

Deputado João Costa (PSD): Olhe a guerrilha, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Dr. Duarte Freitas, apesar do senhor tentar vir aqui reescrever a História, ninguém se esquece dos episódios em torno da remuneração compensatória em que os senhores se vergaram perante o Sr. Presidente da República; ninguém se esquece dos atropelos no âmbito do Estatuto Político-Administrativo em que o vosso partido na Assembleia da República se vergou perante o Dr. Cavaco Silva e não quis saber da opinião de Berta Cabral e do PSD Açores; ...

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): E os 200 milhões?

O Orador: ... ninguém se esquece dos atropelos relativamente à nova Lei Eleitoral que permite mais pluralidade nesta Assembleia e contra os quais os senhores estiveram.

Deputado João Costa (PSD): E os 200 milhões?

O Orador: Apesar do vosso empenho, apesar da vossa determinação, apesar da vossa vontade de quererem vir agora rescrever a história, os açorianos sabem muito bem que não é possível confiar no PSD para defender os interesses dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Acabaram de confiar!

Deputado Luís Garcia (PSD): São 200 ou mais?

O Orador: Sabem também com o que é que podem contar do PS/Açores: a defesa intransigente dos Açores, dos açorianos e da nossa Região, independentemente de quem governa o nosso País.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): E os 200 milhões?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que esta intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas conseguiu surpreender-me por ter ultrapassado todos os limites em termos de respeito mínimo pela verdade dos factos.

O que se passou aqui nesta tribuna foi extremamente grave, do ponto de vista de respeito por esta casa, pela Autonomia e pelos açorianos.

Passo a citar as duas situações concretas.

Sr. Deputado, o senhor considera minimamente antipático quando o Sr. Presidente do Governo Regional refere e constata que o Sr. Primeiro-Ministro omitiu a referência às regiões autónomas na sua intervenção?

Deputado João Costa (PSD): Que fraqueza de argumentação!

O Orador: Considera isso criticável?

Deputado Duarte Freitas (PSD): E em 2005 e 2009 como é que foi?

O Orador: Considera criticável o Sr. Presidente do Governo apenas ter dito uma coisa que é um facto concreto e objectivo, que o Sr. Primeiro-Ministro omitiu a referência às regiões autónomas no seu discurso. É algo de antipático? Para si, simpático é o Primeiro-Ministro não falar nas regiões autónomas. É esse o vosso conceito de simpatia? É esse o vosso conceito de respeito pelas regiões autónomas?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Nesta matéria o senhor teve que recorrer à mentira.

Deputado João Costa (PSD): Que fraqueza de argumentação!

O Orador O senhor mentiu nesta tribuna quando disse que o Presidente do Governo Regional teve um tratamento diferente em relação aos discursos do anterior Primeiro-Ministro em relação a este. Teve efectivamente uma constatação diferente, porque os discursos eram diferentes.

O senhor mentiu aqui aos açorianos quando disse que os discursos tinham o mesmo conteúdo. Isso é falso!

O senhor mentiu e passo a citar o discurso do Primeiro-Ministro José Sócrates, aquando do mesmo momento: “o Governo irá prosseguir também a sua estratégia de desenvolvimento e modernização do País sem nunca esquecer as regiões autónomas e o respeito pelo valor constitucional da autonomia regional.”

Deputado João Costa (PSD): Isso é provinciano!

O Orador: “Tudo faremos para assegurar uma boa cooperação com os órgãos próprios dos governos das regiões, em benefício da coesão nacional e territorial”.

Foi isto que Sócrates disse. Foi isto que o Sr. Presidente do Governo Regional referiu na altura.

Foi isto que o Primeiro-Ministro Passos Coelho omitiu e foi isto que o Sr. Presidente do Governo Regional referiu na devida altura, apenas isso.

Para nós, a conclusão a que chegamos hoje em relação a este caso é que o senhor líder da bancada do PSD e o PSD/Açores acham que é simpático omitir as regiões autónomas nos discursos de tomada de posse ou do Programa do Governo do actual Primeiro-Ministro.

O segundo aspecto mais importante, é que já estamos habituados, nesta casa, a que o Sr. Deputado Duarte Freitas lance números redondos, com a vã tentativa de que uma mentira mil vezes repetida se torne numa verdade.

O senhor voltou aqui a esta tribuna para lançar um número: 200 milhões que ficaram pendentes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: É mais!

Deputado João Costa (PSD): Desminta!

O Orador: Digo-lhe olhos nos olhos: isso é completamente falso!

O que o senhor veio aqui dizer é uma profunda mentira!

Passo a explicar-lhe, cêntimo a cêntimo, essa mentira e essa tentativa de enganar os açorianos que o senhor trouxe aqui a esta casa.

O senhor para atingir os 200 milhões somou 100 milhões do financiamento dos resíduos sólidos. Onde é que isso está pendente?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah! Não está pendente?

O Orador: Não senhor. Como sabe, ou devia saber, na reprogramação dos fundos comunitários aprovados no final de Junho, pela Comissão Nacional de Acompanhamento, foi aprovado o reforço da dotação no âmbito do plano POVT, ou seja, do Fundo de Coesão para os Açores, de 100 milhões de euros. Está escrito, está aprovado pela Comissão Nacional de Acompanhamento. Foi cumprido.

Espero que o Governo da República cumpra os compromissos que já estão assinados.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, 100 milhões estão cumpridos. Já temos menos 100.

Segundo aspecto: cabo de fibra óptica?

Sr. Deputado, foi assinado o contrato e já está em execução a empreitada de ligação às Flores e ao Corvo em cabo de fibra óptica. O contrato está aí assinado com a empresa VIATEL e está já em execução. Portanto, menos 20 milhões na sua conta.

40 milhões da EDA em incumprimento.

Sr. Deputado, o valor a que se está a referir foi um contrato assinado em 2003 com o Ministro da Economia, do Governo PSD/PP, Carlos Tavares (sabem quem é!), que assumiu um compromisso do pagamento dessa dotação em 10 anos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto é?

O Orador: O Governo do PS, até à data, cumpriu integralmente esse valor.

O valor que falta pagar corresponde aos cumprimentos dos anos seguintes, a partir de 2011, compromisso assinado em 2003 com o Governo PSD/PP e que o PS sempre cumpriu. O que temos exigido a este Governo é que cumpra aquilo que o Governo do PSD, há 8 anos, se comprometeu fazer. Portanto não tem aqui nenhuma situação pendente por parte do Governo da República.

Deputado João Costa (PSD): Mentira!

O Orador: Aqui já retirámos 160 milhões de euros.

Em relação ao montante da ADSE não está esse valor em dívida em relação ao Governo da República. Temos 176.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que ele está?

O Orador: Retirando aquilo que é conhecido em relação às autarquias, de 8 milhões de euros, e em relação à aplicação do IRS, em relação ao Governo Regional, de 5 milhões de euros, demonstra-se uma mentira que foi aqui dita de 200 milhões de euros, o que representa efectivamente só 13 milhões de euros, desde que o Governo da República não volte atrás naquilo que é a execução plena dos compromissos assumidos e em concretização.

Portanto, Sr. Deputado, o senhor mentiu descaradamente aos açorianos. O senhor tentou criar aqui uma situação que não existe. O senhor tentou potenciar uma relação de conflitualidade que não existe.

Chego apenas a uma conclusão: o que os senhores querem é criar nos Açores um conceito de conflitualidade entre o Governo Regional e o Governo da República.

Deputado Berto Messias (PSD): Muito bem!

O Orador: O que os senhores querem chega ao ponto de falsear os números, de criar montantes de responsabilidade que não correspondem em nada à realidade. O que os senhores estão aqui a fazer não é a servir os Açores, nem os açorianos. O que estão aqui a fazer, de uma forma lamentável, é abdicar dos Açores e dos açorianos e criar situações de potencialidade de conflito.

O Governo Regional não irá por esse caminho, porque, como disse, no passado defendemos uma posição que manteremos no presente e iremos manter no futuro.

No passado defendemos os açorianos, no presente defendemos os açorianos e no futuro continuaremos a defender os açorianos.

Para nós o que será sempre determinante são as referências e a defesa da RAA.

O que para nós será sempre antipático é a omissão da RAA, quando a defesa dos seus interesses for posta em causa.

Aí estaremos sempre, como estivemos, em defesa dos açorianos.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Os açorianos não precisam deste triste e lamentável episódio a que aqui assistimos de deturpação de números, de mentira e de falsidade da realidade ...

Deputado Berto Messias (PS): Já é costume!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não é mentira!

O Orador: ... para preparar uma situação de conflitualidade na qual nós não vamos embarcar.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que nestes assuntos é necessário discutir com alguma serenidade e com muita frontalidade.

A primeira questão com que concordo plenamente é que também como açoriano não achei bem que não houvesse uma referência no discurso do Sr. Primeiro-Ministro aos Açores e às autonomias.

Pelo facto do CDS estar no Governo da República, isto não nos inibe de manifestarmos a nossa discordância e a defesa intransigente daqueles que são os interesses dos Açores.

Portanto, parece-me que quem faz um reparo desses, fá-lo bem feito. Acho que deveriam ter feito alguma referência.

Todos devemos ter a consciência que, independentemente do partido, do BE ao CDS, passando por todos os outros partidos, todos têm (até quase que diria, do povo continental) uma desconfiança em relação às autonomias, por vezes fundamentada nalgumas acções, nalguns exemplos que se dão e que são transmitidos para o Continente. Infelizmente muitas vezes não são os melhores e sofremos com isso.

O que temos que fazer, Sr. Vice-Presidente e Sras. e Srs. Deputados, é sermos mais capazes que os outros, é sermos mais audazes que os outros, é sermos mais competitivos que os outros. Em suma é sermos melhores que os outros para provarmos a validade da Autonomia.

Nessa matéria eu também não entro no diálogo de quem é o pai ou de quem é a mãe da Autonomia, de quem é mais ou menos autonomista.

Todos nós, da maneira que podemos e sabemos, defendemos a Autonomia. Todos nós que aqui estamos. Não há aqui exclusivos de ninguém e quem se vier arrogar em defensor da Autonomia, de ser o único, ou quase em exclusividade, defensor da Autonomia está a ser profundamente demagógico e anti-democrático.

Portanto, essas paternidades é bom que se vão dissipando e é bom que nos respeitemos todos. O mais simples dos açorianos é defensor da Autonomia dos Açores. É isso que devemos ter presente.

Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi aqui afirmado, quer pelo Governo, quer pela bancada do PS, que estão disponíveis para colaborar com o Governo da República, que farão hoje o que fizeram ontem e é esse o espírito e o clima que os senhores querem manter.

Só não percebo é, com um Governo que tomou posse há uns dias, como é que esse espírito se materializa em afirmações deste género: - “Vasco Cordeiro distinto membro do Governo Regional dos Açores”;

- “Socialistas açorianos em vigilância e a cerrar fileiras face ao PSD e ao CDS, ao Governo da República”.

Então é este o espírito de colaboração? É este o espírito construtivo? Já é o cerrar fileiras, já é o estar vigilante. Não é estar em colaboração, construtivo, com propostas, com a defesa da Autonomia? Não. É cerrar fileiras e estar vigilante.

Algum dia ouviu dizer isso de José Sócrates, quando impôs medidas draconianas aos Açores? De cerrar fileiras e estar vigilante?

Há aqui uma afirmação, essa é que entronca na Autonomia, que é a seguinte: “A Autonomia...”, diz o Sr. Secretário da Economia, “...está a receber sinais que a podem enfraquecer”.

Mas esses sinais não são só do exterior. A Autonomia recebe sinais que a estão a enfraquecer vindos dos próprios Açores e do Governo Regional dos Açores, com algumas medidas que toma.

A mais recente é a centralização, por exemplo (mais uma medida centralista deste Governo) da segurança social numa única ilha, em que para um requerimento tem que se ir a outra ilha buscá-lo. Isso é mais um exemplo de centralização e contra a Autonomia, como foi a frota da SATA.

Esta frase é plasmada no falhanço dos vossos programas da coesão. Para isso basta ver o resultado dos últimos censos. Olhem para os últimos censos e vejam onde é que está o falhanço da Autonomia.

Depois há aqui outra frase, outra pérola, de um outro interveniente no Congresso da JS, Sr. Deputado José San-Bento, que dizia: “com um Governo destes, infelizmente, o futuro de muitos jovens pode passar pela emigração”.

Sr. Deputado, onde é que o senhor andou estes anos todos? Quantos milhares de jovens licenciados, qualificados, portugueses, emigraram para o estrangeiro, no consulado de José Sócrates, entre 2006 e 2011? Quantos milhares?

Foi isso que o senhor se esqueceu de referir e é isso que está a presumir que irá acontecer.

Deputado José San-Bento (PS): Veja bem a frase. Veja como a frase está aí!

O Orador: Eu vou ler a frase, Sr. Deputado: “com um Governo destes, infelizmente, o futuro de muitos jovens pode passar pela emigração”. É textual, está aqui.

Mas quantos milhares de jovens, qualificados, emigraram com o Governo de José Sócrates?

Deputado José San-Bento (PS): Alguns!

O Orador: Não foram alguns, foram milhares, das mais diversas profissões. Quantos milhares!...

Deputado Berto Messias (PS): Esse discurso é público!

O Orador: Portanto, os senhores não podem passar uma esponja no passado e reescrever a História, como aqui foi dito.

Deputado José San-Bento (PS): Não passamos uma esponja. Não vá por aí, porque não posso responder!

O Orador: Não é em 15 dias, nem num mês, nem em 3 meses, nem em 4 anos que se vai resolver a situação caótica que este Governo herdou do PS.

O ponto de partida dos senhores deveria ser 2005-2009. O que é que herdaram de 2005 e o que é que deixaram em 2011.

Essa é que deve ser a verdade.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Vou terminar Sr. Presidente, presumo que o Sr. Secretário tenha feito os descontos das interrupções.

Quanto aos 200 milhões, Sr. Vice-Presidente, permita-me que lhe diga uma coisa.

Obviamente presumo que o Sr. Deputado Duarte Freitas, sob pena de ter sido acusado de mentir, por V. Exa., tenha as provas do que diz. Agora há uma coisa

que me parece evidente e essa tem que ser dita: desses 100 milhões dos resíduos sólidos, foi uma (vou usar uma expressão que às vezes aqui usava) desonestidade intelectual, em campanha eleitoral, dizer que esse dinheiro vinha para os Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se vinha, tivessem-no transferido enquanto lá estiveram, mas sabiam que não o podiam fazer.

Foram transferidas verbas para o POVT, mas os senhores porque é que prescindiram do POVT? Porque é que quiseram um QRESA específico para os Açores?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não tem nada ver! Isso é a maior asneira!

O Orador: Não é asneira, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não há fundo específico para os Açores! O senhor não sabe que o POVT tem de ser regionalizado?

O Orador: Os senhores preferiram ter um quadro de fundos próprios e abdicaram de algumas coisas. As consequências são estas, nestas e noutras matérias.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Isso é falso! O fundo do POVT é regional! Não há fundo de coesão regional para os Açores! Isso é ignorância!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem de terminar.

O Orador: Sr. Presidente, eu termino.

Portanto, isso foi uma manobrazinha eleitoral que não teve consequência, porque os senhores não transferiram efectivamente essa verba. Transferiram fundos, para fundos, mais nada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito a esta relação do novo Governo da República com as Autonomias regionais, nomeadamente com a Autonomia dos Açores, a posição do PPM é a que sempre foi, continuar a trilhar o caminho de defesa dos interesses da Autonomia Açoriana.

Tivemos ocasião de o fazer em relação ao Memorando de Entendimento, naquelas matérias que de forma específica visavam a Região e visavam até aquelas que eram as competências dos órgãos de governo próprio da Região.

Eu considero que algumas das matérias que estão no Memorando de Entendimento constituem um dos maiores atropelos à autonomia da RAA, na medida em que o Governo da República se responsabiliza pela aplicação do Memorando de Entendimento, sobre matérias que não são da competência do Governo da República.

Quem as deveria ter assinado nunca deveria ter sido o Governo da República, mas sim o Governo da Região e teria que ser sufragado pelo Parlamento da Região.

Portanto este é o maior atropelo, o maior ataque à autonomia açoriana que sucedeu em relação ao Memorando de Entendimento e é preciso dizer aqui com coragem que, em relação àquelas matérias, o Governo da República não tem competência nenhuma para comprometer a Região. Esta é a primeira área que penso que tem que ficar referenciada e tenho à-vontade de dizê-lo agora, porque o disse antes das eleições. Vou dizê-lo agora e direi sempre, em relação a esta matéria.

Reparem bem, Srs. Deputados, a questão não é estarmos num contexto económico muito difícil, numa situação de crise e tudo ser permitido. Não!

Há regras! Em democracia há regras e não podemos deixar que a Autonomia e as competências dos nossos órgãos de governo próprio da Região, sejam desta forma minimizadas.

O que deveria ter sido dito por cada uma destas bancadas, por cada um dos titulares dos órgãos de autonomia era: Não! Não assumem em nosso nome compromissos para os quais os senhores não estão mandatados, do ponto de vista da Constituição Portuguesa, do ponto de vista do Estatuto da Região

Autónoma dos Açores. Os senhores não estão mandatados para assinar estas matérias!

Esta é a primeira questão e assim é que se defende a autonomia dos Açores, sendo firme na defesa das nossas competências.

Eu estou convencido que os órgãos de governo próprio da Região saberão, em cada caso, acautelar o interesse nacional, como sempre o fizeram, com o patriotismo que sempre demonstraram nos Açores, com o patriotismo que sempre demonstraram em relação aos interesses nacionais.

Estamos aqui para o fazer, mas não o vamos fazer sob tutela, vamos fazê-lo de acordo com aquelas que são as nossas competências, por vontade própria, por decisão própria, por aquela que é a nossa apreciação desta questão. Não temos que ser minorizados.

Também defendemos o interesse nacional, o interesse da Região e não temos que ser mandatados por ninguém, fundamentalmente, não tendo a competência para fazê-lo. Isto é que é uma enorme minorização da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, nesta matéria eu considero que é fundamental deixar esta posição de princípio: somos nós que temos de o fazer.

Não foram as regiões autónomas as principais responsáveis pela situação económica a que o País chegou e não podemos deixar que as coisas se compliquem e que a nossa Autonomia seja atacada aproveitando o contexto económico e a desorientação que existe por muito boa gente em relação à gestão do País.

Em segundo lugar, gostava de dizer uma coisa em relação às despesas que ficaram da relação entre o Governo da República e a Região Autónoma dos Açores.

Não é honesto, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, dizer que essa questão das verbas e dos compromissos financeiros está resolvida porque está assinado um contrato.

Contratos foram assinados muitos, despesas foram assumidas muitas e já verificámos que essas despesas que foram assumidas muitas vezes foram assumidas de forma errada, sem que o Estado tivesse o dinheiro para o fazer.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

A questão não está em ter assinado os contratos, a questão está em ter pago efectivamente o contrato.

O que perguntei, numa questão essencial que achei que foi dum populismo terrível, foi relativamente à questão dos cabos de fibra óptica, em que os senhores, a semanas do acto eleitoral, fizeram aquilo que estava no vosso programa eleitoral. Nas últimas 3 legislaturas os senhores não fizeram e de repente aparecem com esta jogada de última da hora, que é assinar um contrato que não pagaram.

Acham que isto é honesto?

Acham que isto é fazer política de uma forma séria?

Depois vêm dizer: não há dívida nenhuma porque está assinado o contrato.

Não! Está assinado, mas não está pago. A questão é esta.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Como é que pode pagar uma coisa se a despesa não está feita?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar neste debate deixando algumas notas sobre a declaração política do PSD.

A primeira nota é registar e subscrever uma afirmação feita da tribuna pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, em que dizia que a Autonomia não pode ser instrumento nem arma de arremesso político-partidário.

Subscrevo e o BE subscreve integralmente esta afirmação. Mas em abono da verdade e para sermos rigorosos com a nossa memória, quer passada, quer presente, ela não tem sido outra coisa. Esta é que é a verdade.

A este propósito traria para este debate um ditado popular que diz: “diz o roto ao nu: por que não te vestes tu?”

Na realidade, quando chega a instrumentalizar a autonomia em termos de arma de arremesso político-partidário, tanto o faz o PS, quanto o PSD.

Registando e subscrevendo a afirmação do Sr. Deputado Duarte Freitas, estendê-la-ia quer à sua própria bancada, quer à bancada do Partido Socialista.

Uma outra nota, relativamente às dívidas pendentes da República para com a Região Autónoma dos Açores.

Também sabemos (cá está mais uma vez, “diz o roto ao nu...”) que as contas do PS e as contas do PSD nunca se conciliam nem são conciliáveis porque ou sobram milhões ou faltam muitos milhões.

Mas vamos partir do princípio que estes 200 milhões, tal como estão identificados pelo PSD, estão em dívida para com a Região Autónoma. Estão em dívida indevida! Há algumas que nós sabemos perfeitamente. Nomeadamente as das autarquias já é uma questão antiga, aqui debatida e aqui mil vezes repetida, mas haverão outras.

Vamos imaginar que mais coisa menos coisa a dívida está em 200 milhões de euros.

O actual Governo da República, dando cumprimento ao contrato de confiança e à política de verdade com que se apresentou aos eleitores portugueses, irá com certeza saldar esta dívida sem fazer mais referências ao passado, como aliás também foi um compromisso do actual Primeiro-Ministro: “nunca nos escudaremos com o passado nem com a situação anterior. Tomaremos as medidas que entendermos sem nunca nos escondermos, não por trás dos arbustos, mas por trás das más contas do Governo de José Sócrates”.

Portanto, é essa palavra de confiança e de garantia que eu gostaria de obter do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Finalmente, eu e penso que qualquer açoriano ou açoriana teríamos gostado de ouvir uma palavra deste Primeiro-Ministro, no seu primeiro discurso oficial, uma palavra de referência e até de apreço (deste Primeiro-Ministro como de outro qualquer, não é este só que está em questão) pelo contributo, pelo

enriquecimento que as autonomias, neste caso a açoriana, que é a que nos importa, dão ao todo nacional. É absolutamente humano, é o tal coração de que falava ainda agora o Sr. Deputado Duarte Freitas, é a parte do coração na política.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, a mim, pessoalmente, não é isso que me faz uma diferença extraordinária, que o Sr. Primeiro-Ministro tenha ou não tenha referido as autonomias, embora preferisse que tivesse referido.

A mim o que me interessa é que o Sr. Primeiro-Ministro seja o Primeiro-Ministro duma coligação partidária à qual se junta também o Partido Socialista, que estava na altura no Governo, que assinou e aceitou o Memorando da Troika, um acordo que transgride completamente em algumas das suas medidas a nossa Lei de Finanças Regionais e o nosso Estatuto Político-Administrativo, sem que ninguém se tenha indignado, nem na República, nem na Região Autónoma dos Açores, da parte destes 3 partidos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Vêm agora criar um *fait divers*, porque o Sr. Primeiro-Ministro se referiu ou não às autarquias.

Aquilo que está verdadeiramente em questão e que importa ao povo açoriano é os direitos que lhes são retirados e o desrespeito pelos pilares fundamentais da nossa autonomia, que é a Lei de Finanças Regionais e o nosso Estatuto. Isso é que deveria ser trazido à colação e era sobre isso que deveria haver uma manifestação de repúdio. Mas mais do que isso, aquilo que o Sr. Deputado do PPM há pouco referiu: não consentimos!

Vêm agora criar o *fait divers* que o Sr. Primeiro-Ministro não se referiu aos Açores, quando fez tantas outras coisas contra os Açores, nomeadamente aceitar aquele acordo e negociá-lo. Tanto, tanto que o PSD disse, que o CDS disse, que o PS disse, tanto que estes partidos negociaram com a Troika. Foi isto que os senhores andaram semanas a dizer. Então negociaram tanto com a Troika e aceitaram esta transgressão e esta falta de respeito para com a Autonomia?

Os senhores ainda não explicaram isto ao povo açoriano e faz-se tarde, já deviam ter explicado há mais tempo.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não quis pedir a defesa da honra em relação ao Sr. Vice-Presidente, porque tinha agora espaço para intervir e tentar contrapor alguns dos epítetos que ele me marcou.

Em primeiro lugar Sr. Deputado Berto Messias, se os açorianos podem ou não confiar no PSD, acho que isso foi bem evidente ainda há poucos dias.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos sabem que podem confiar no PSD e confiaram de uma forma expressiva.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Vice-Presidente, vou entregar-lhe os discursos de tomada de posse do senhor ex-Primeiro-Ministro, José Sócrates de 2005 e 2009. Vou fazer entregar às outras bancadas e à comunicação social, para que todos, mas todos, percebam que aquilo que o Sr. Vice-Presidente fez aqui (peço desculpa pelas palavras, não quero usar o tipo de adjectivos que o Sr. Vice-Presidente usou e que repetiu até à exaustão) foi uma aldrabice.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aquele discurso que o Sr. Vice-Presidente citou foi o discurso de apresentação do Programa do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): E então? Foi o que eu disse. Disse que era do Programa do Governo!

O Orador: Sr. Presidente, vou fazer-lhe entregar como defesa da honra, em texto, aquilo que temos aqui em fotocópia.

Eu disse e repito: nos discursos de tomada de posse de José Sócrates em 2005 e 2009 não houve uma palavra sobre as Autonomias. Em 2011 também não

houve, mas o Sr. Presidente do Governo só se indignou em 2011. Isto é a mais pura verdade.

Portanto, o Sr. Vice-Presidente do Governo fez uma “chicoespartice”, fez uma aldrabice e citou um discurso que não era aquele de que eu estava a falar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Peço desculpa à câmara, aos Srs. Deputados, aos açorianos e açorianas que nos ouvem por ter que pôr as coisas nestes termos, mas aquilo que o Sr. Vice-Presidente do Governo fez foi uma “chicoespartice”, uma aldrabice, com a agravante de usar o nome ou epíteto, mentiras, várias vezes aqui, quando ele próprio estava a fazer uma enorme aldrabice.

Peço desculpa, mas estas coisas têm que ser ditas desta forma.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aliás, não é a primeira vez e eu pergunto: como é que os açorianos, como é que o Presidente do Governo pode confiar num Vice-Presidente que toma conta das finanças, que assina um papel do Tribunal de Contas como se fosse seu e hoje faz uma coisa destas?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente do Governo, em relação à verdade, em relação ao rigor, estamos conversados.

Segundo ponto, em relação aos números que aqui falou.

O senhor não falou na dívida de 8 milhões às autarquias, portanto eu prescindo de explicar;

Não falou nos 16 milhões à SATA! – prescindo de explicar;

Nos 10 milhões à ADSE, (mais do que isso)! – prescindo de explicar;

Não falou também na devolução e nas retenções de 5 milhões. O senhor nunca quis falar nisso e hoje também não falou. Portanto, prescindo de explicar.

Vou explicar as 3 parcelas que pelos vistos mereceram alguma controvérsia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não prescinde de explicar?

O Orador: Mereceram alguma controvérsia. Não explico as outras que não mereceram.

Em relação à EDA, e relativamente à convergência tarifária de 1998 a 2012, inicialmente o valor era 35,6 milhões, foram pagos 20,6. Faltam pagar 15 milhões.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Até quando?

O Orador: A estes deve acrescer o montante de 25,8 milhões de euros que corresponde ao valor do equilíbrio financeiro dos centros electroprodutores hídricos no Continente, destinado a fazer face ao pagamento de parte da compensação tarifária da EDA.

Portanto, a soma dá 40,8 milhões de euros. Ponto um.

A seguir temos a questão das redes de nova geração.

O protocolo foi adjudicado em Junho de 2010 (foi assinado a poucos dias das eleições, como os senhores sabem) e ascende a 20 milhões de euros que terão que vir dos PO nacionais para os PO da Região.

Aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima referiu é verdade, os senhores fizeram uma negociação com o anterior Governo para garantir o discurso de que tinham mais verbas neste Quadro Comunitário para os Açores do que tinham no anterior. Para fazer esse discurso tiveram que assegurar que os Açores não poderiam ir mais aos PO nacionais.

A verdade é que no anterior Quadro Comunitário fomos em cerca de 200 milhões de euros aos PO nacionais.

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores, para justificarem um acordo e poderem jogar aqui com um número de 15 a 20% de aumento, prescindiram de ir aos PO nacionais. Esta é a verdade que os senhores todos sabem.

Portanto, o novo Governo da República vai ter que cumprir estes 20 milhões de euros dos PO nacionais e vai ter que cumprir também, em relação aos resíduos, os 100 milhões de euros dos PO nacionais.

Estas são as parcelas que foram controversas e que ficam aqui clarificadas. Em relação às que não foram controversas, penso que estamos todos entendidos.

Atenção Sr. Vice-Presidente: eu não o ofendi! Apenas me defendi.

O senhor fica agora com este registo. Eu procurei ser o mínimo palavroso e adjectivar o mínimo possível, mas há coisas que nos ultrapassam.

Fui factual em relação aos números; fui factual em relação aos discursos e também fui factual no Tribunal de Contas em relação àquela brincadeira do seu ofício que o senhor assinou no papel timbrado do Tribunal de Contas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

^(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para constatar que os termos utilizados pelo Sr. Deputado Duarte Freitas são absolutamente lamentáveis e inaceitáveis.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Homessa!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso não é uma interpelação! Uma interpelação é uma pergunta!

Presidente: Isso não é uma interpelação, Sr. Deputado.

O Orador: Utilizou termos inaceitáveis neste plenário.

Mas faço esta interpelação para informar a Mesa e a câmara que também o PS entregará aos Srs. Deputados e à comunicação social o discurso de apresentação do Programa do Governo de José Sócrates...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... e o discurso de apresentação do Programa do Governo de Pedro Passos Coelho. Entregará também os capítulos referentes às regiões autónomas do Programa do Governo do PS e do Programa do Governo do PSD, que foram também objecto da intervenção do Sr. Vice-Presidente.

O PSD tenta lançar a confusão, porque foi desmentido tecnicamente pelo Sr. Vice-Presidente e vamos clarificar essa questão.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, isto é alguma coisa?

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é uma intervenção!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente pede a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Para defesa da honra.

Presidente: Tem 3 minutos.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamento ter que fazê-lo, tendo em conta que a utilização de palavras não se ajusta ao respeito institucional deste debate, mas tenho que dizer ao Sr. Deputado Duarte Freitas que o percebo. Perante a desmontagem clara e objectiva de uma mentira que o Sr. Deputado pretendia colocar aqui, teve que encontrar um *fait divers* para nos esquecermos daquilo que tinha sido a sua afirmação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Fait divers* não! Foi apanhado na curva!

O Orador: Vou dizer, Sr. Deputado Duarte Freitas, que quando em referi e citei, inclusivamente, a intervenção do então Primeiro-Ministro, José Sócrates, referi claramente nesse momento...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Claramente? Ninguém percebeu!

O Orador: ... que tinha sido feito no âmbito da apresentação do Programa do Governo.

Factos são factos! José Sócrates quando apresentou o Programa do Governo na Assembleia da República referiu explicitamente as regiões autónomas e a sua defesa. O actual Primeiro-Ministro, Passos Coelho omitiu.

Quando o que nos devia juntar aqui era o apoio e a exigência à referência das regiões autónomas, vemos aqui um PSD que se limita pura e simplesmente a considerar simpático que o Primeiro-Ministro nunca se referia às regiões autónomas.

É apenas isto que nos interessa. É isso que é o cerne da questão e é isso que não justificava de maneira nenhuma a intervenção que fez.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O cerne da questão é que o senhor não falou verdade!

O Orador: Segundo aspecto essencial: ficou claríssimo perante todos que aqueles famosos 200 milhões que tinham sido anunciados não são nem mais nem menos ...

Deputado Berto Messias (PS): Essa é que é a questão essencial!

O Orador: ... que efectivamente 13 milhões. Aí, como vimos, tudo aquilo que estava o PSD preparado para montar, foi total e absolutamente desmontado, sem que o PSD tenha conseguido alterar minimamente a consistência da nossa argumentação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é “Alice no País das Maravilhas!”

O Orador: Permita-me, que lhe diga, para concluir, porque o referiu e é lamentável que o tenha feito Sr. Deputado, que quando não temos argumentos, ou quando os argumentos são retirados de qualquer objectividade, se entre de forma desesperada em outra argumentação que não é devida nesta casa.

Deputados Mark Marques e António Marinho (PSD): Isto é defesa da honra?

O Orador: Referiu em relação a um ofício enviado ao Tribunal de Contas. Vamos falar claramente disso:

Primeira questão: é falso, como sabe, que tenha sido algum ofício enviado ao Tribunal de Contas, mas já que me deu a honra de fazer uma Conferência de Imprensa sobre essa matéria, acho que não é conteúdo para o mesmo, vamos

dizer do que estamos a falar. Estamos a falar deste documento que é anexo à Resolução 2/2007 do Tribunal de Contas, ou seja, o Tribunal de Contas tem uma Resolução que é a 2/2007 onde tem um Anexo III, que aqui está...

Deputado António Marinho (PSD): Assinado por quem?

O Orador: ... que diz que quando for enviada para o Tribunal de Contas determinada documentação, deve ser acompanhada deste anexo, que é o modelo TC 1999.001, do Tribunal de Contas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Tribunal de Contas achou abusivo!

O Orador: O que nós fizemos foi pura e simplesmente preencher o modelo Anexo III do Tribunal de Contas e enviar para o próprio Tribunal de Contas. Pura e simplesmente isto.

Deputado João Costa (PSD): Por que será que o Tribunal de Contas acha isso um abuso?

O Orador: Como qualquer modelo de qualquer entidade é isto que estamos a falar, ou seja, preencher um anexo de uma resolução do Tribunal de Contas, para enviar ao próprio Tribunal, um documento produzido pelo Tribunal.

Se nesse anexo se deveria ter retirado este elemento que aqui está em cima, que está no site do Tribunal de Contas, é uma questão tão menor, tão insignificante.

Quando fazem uma conferência de imprensa para citar se se deve retirar o logótipo do modelo enviado ao próprio Tribunal, digo-vos uma coisa: não têm mesmo mais nada para fazer, nem mais nada para criticar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas dentro desta figura regimental tem também três minutos.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que o Sr. Vice-Presidente acabou de justificar uma velha tática segundo a qual quem está a enterrar-se num pântano não se deve mexer muito. O senhor mexeu-se, enterrou-se mais.

Fica para o seu registo pessoal e de experiência, acho que é preferível.

Por exemplo, em relação ao discurso que citou aqui, o senhor acabou por revelar que não foi distração, talvez terá sido mesmo má fé, porque o senhor sabia que estava a ler um discurso que não era nenhum dos que eu tinha referido. Isso é grave!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Eu disse que era o Programa do Governo!

Deputado Berto Messias (PS): Isso são *faits divers*! Os senhores assumam as suas responsabilidades!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A sua bancada também não quer que fale, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A verdade os senhores perceberam. Na minha intervenção eu disse que o Sr. Presidente do Governo tinha tido uma atitude diferente em relação aos discursos de tomada de posse, quanto às Autonomias. Não tinham dito nada, mas tinha tido uma atitude diferente em relação aos discursos de tomada de posse de José Sócrates e de Pedro Passos Coelho. Isso ficou demonstrado à exaustão.

Por mais que o Sr. Vice-Presidente do Governo tentasse aqui arranjar uma fuga, acabou por se enterrar cada vez mais.

Em relação ao ofício do Tribunal de Contas, é o próprio Tribunal de Contas que diz: “é utilizado, diríamos, abusivamente...”, isto são palavras textuais do Tribunal de Contas, “... papel timbrado do Tribunal de Contas como se fosse um documento elaborado pelo Tribunal de Contas, para discriminar no plano económico os encargos de parceria”.

É o próprio Tribunal de Contas que diz isso.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Ao ponto que isto chegou!

O Orador: Os senhores duvidam de toda a gente. Vão duvidar também dum Tribunal?

Sr. Vice-Presidente não se mexa mais nessas areias movediças, porque vai enterrar-se ainda mais.

Para terminar, em relação aos 200 milhões.

Ficou aqui provado à exaustão também, parcela por parcela (inclusivamente tive oportunidade, naquelas três ou quatro parcelas que o senhor citou, depreendendo que das outras não há dúvidas porque o senhor nunca quis afirmá-lo, mas pelos seus dois ou três silêncios fica aqui confirmado) que houve um pedido de retenção ou devolução de verbas da Lei de Finanças Regionais.

Já é a segunda ou terceira vez que o senhor chuta para o lado, o que só confirma e reconfirma aquilo que os senhores nunca quiseram assumir: que o Governo de José Sócrates pediu retenção ou devolução de verbas. Ficou hoje aqui de novo demonstrado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Isso é falso!

O Orador: Em relação às parcelas que o senhor hoje aqui referiu, eu expliquei claramente o que estava em causa e podemos, naturalmente, como todos perceberam, afirmar e reafirmar que estão pendentes mais de 200 milhões de euros de relacionamento do Governo da República com o Governo Regional...

Deputado Berto Messias (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Isso é mentira!

O Orador: ... sob o silêncio cúmplice e conivente do Partido Socialista no passado, que certamente agora se preparará para berrar no futuro.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Uma mentira mil vezes repetida não passa a verdade!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, que credibilidade o senhor quer que as contas públicas regionais tenham, que o relacionamento financeiro entre a Região Autónoma e o Continente tenham, que credibilidade o senhor quer apresentar

perante os açorianos, se faz coisas como fez aqui hoje? Fez em relação ao Tribunal de Contas, como fez em relação a tresler aqui um discurso que não era aquele que estava em cima da mesa.

Que credibilidade é que podemos ter? Que credibilidade podemos ter nas contas regionais?

Eu não sei como é que é possível o senhor ainda existir.

Dou-lhe um conselho sincero, de amigo: não se mexa muito mais, porque vai ser engolido pelo pântano.

Deputados António Marinho e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, era altura de passarmos a outra fase dos nossos trabalhos, mas atendendo à hora, creio que não dá para um Deputado sequer fazer a sua intervenção.

Ficamos por aqui.

Bom almoço.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas com a agenda.

Eram 12 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Muito boa tarde, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Aproveito para informar que nas galerias está presente um grupo de 10 alunos da turma C do 8.º ano, da Escola Básica e Secundária da Velas, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Vamos então prosseguir os nossos trabalhos, com a agenda.

Temos como primeiro ponto o **Projecto de Resolução n.º 30/2011 – “Reforço dos Meios de Segurança Pública nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Rege a grelha de tempos globais habitual que temos vindo a seguir.

Para apresentar o diploma tem a palavra ao Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A segurança é uma das funções do Estado e um bem público cada vez mais apreciado, valorizado e escrutinado na sociedade global em que vivemos.

A pequenez das ilhas e das nossas comunidades, em que todos nos conhecemos, acentua o público escrutínio da segurança comum, ao mesmo tempo que nos permite relativizar a insegurança, comparativamente com outras regiões do território nacional.

As novas dinâmicas sociais, os novos tipos de criminalidade – mais sofisticada, organizada e violenta, o aumento da criminalidade participada, a procura de segurança pelos cidadãos e instituições, bem como a crescente mediatização dos fenómenos criminais, exige uma nova resposta do Estado, já não assente nas soluções tradicionais, mas em métodos de intervenção inovadores.

A grande criminalidade coloca em causa os fundamentos do Estado democrático e a autoridade legítima, enquanto que a pequena e média criminalidade, associada a um crescente sentimento de insegurança, causa mal-estar e alarme social.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A segurança configura-se como uma questão de organização social e política na sociedade, tanto mais relevante quanto o acentuar da crise económica e das dificuldades das famílias e das pessoas tenderá a gerar um aumento da criminalidade, como estudos recentes confirmam, ainda que não seja possível estabelecer uma directa relação de causa-efeito entre estes dois fenómenos.

Ao Estado, em matéria de segurança, não compete apenas a manutenção ou o estabelecimento da ordem e da segurança pública, mas sim a definição duma estratégia que permita acção de proximidade, de prevenção dos problemas, de modo a evitar que os fenómenos de desordem se repitam, assegurando tranquilidade às pessoas e instituições e garantindo a integridade patrimonial.

Por tudo isto, ao contrário do que possa suceder com outras áreas de actuação do Estado, as soluções para assegurar uma maior eficiência aos dispositivos policiais não podem passar por uma reestruturação com base em argumentos de natureza meramente economicista.

No caso dos Açores, a geografia e a dispersão arquipelágica, impõem mesmo ao Estado – também no domínio da segurança – uma organização do dispositivo das forças de segurança que tenha em conta a insularidade e a ultraperiferia regional.

Em matéria de segurança, o Estado não pode ignorar que o facto dos Açores constituírem a fronteira externa mais ocidental da União Europeia exige uma especial consideração quanto à dimensão e natureza dos meios humanos e operacionais afectos às missões de segurança.

A realidade açoriana obriga o Estado a um diferente tratamento em matéria de segurança, traduzido num reforço de meios, que estão longe de ter a dimensão adequada às necessidades regionais.

Os novos paradigmas de actuação das forças de segurança, designadamente os paradigmas da prevenção, da mediação, da proximidade e das parcerias são postos em causa, nos Açores, pela insuficiência dos meios ao seu dispor.

Quero, contudo – por ser de justiça - realçar o esforço e empenho das forças de segurança nos Açores que, apesar, das limitações operacionais impostas, procuraram sempre assegurar o cumprimento da sua missão, com elevado sentido de dever.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo ao ano de 2009, revela um aumento de 6,21% na criminalidade participada ao longo dos últimos seis anos e um aumento constante ao longo dos últimos dez anos.

Deputado João Costa (PSD): Não foi falta de aviso!

O Orador: A criminalidade violenta e grave aumentou 12,9% no último ano. Os Açores têm um rácio superior a 40 crimes participados por cada 1.000 habitantes.

Os dados oficiais confirmam o aumento da criminalidade nos Açores e um crescente sentimento de insegurança, agravado pela insuficiência dos meios ao dispor das forças de segurança.

Os cerca de 900 agentes ao serviço das forças de segurança nos Açores colocam o número de efectivos num indesejável patamar mínimo que coloca em causa a sua operacionalidade.

Nos Açores, precisamos de mais agentes, para um melhor policiamento.

A difícil crise que o país atravessa impõe uma equitativa repartição dos sacrifícios por todas as parcelas do território nacional, para a qual os Açores devem contribuir.

Porém, a escassez de recursos financeiros não pode comprometer a missão das forças de segurança, pois tal significaria colocar em risco direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O projecto de Resolução que o PSD apresenta, pede ao Estado que assegure, de modo proporcional às necessidades regionais, os meios para que as forças de segurança nos Açores cumpram a sua missão quanto à ordem e segurança pública, protecção das pessoas e bens e prevenção da criminalidade, corrigindo o insuficiente investimento realizado nos últimos anos.

No plano dos recursos humanos, o Estado deve reforçar de imediato o contingente regional, afectando aos Açores novos agentes, em formação neste momento, corrigindo o défice de cerca de 200 agentes nas forças de segurança.

Ao pronunciar-se por iniciativa própria sobre uma competência da República, a Assembleia Legislativa exerce um direito inquestionável de participação política, em defesa do interesse dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Polícia de Segurança Pública fez no passado dia 2 de Julho, 144 anos de existência ao serviço de Portugal e dos portugueses.

A PSP é a força de segurança mais antiga em Portugal, tendo, com orgulho, já há 80 anos, senhoras fardadas nas suas corporações.

Passados 144 anos em defesa das pessoas a PSP tem desenvolvido a sua actividade com orgulho e dignidade, brio e profissionalismo.

A outra força de segurança é a Guarda Nacional Republicana. Esta é uma força de segurança com organização militar, mas de natureza e polivalência muito abrangentes, posicionando-se entre as forças militares e as forças e serviços de segurança.

A GNR é uma força de segurança com múltiplos ramos. Em situação de normalidade executa variadíssimas missões policiais.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP sempre esteve empenhado, através das várias pronúncias próprias, quer com requerimentos ou projectos de resolução, tentando dotar estas forças das melhores condições de trabalho nos Açores.

Felizmente que não estamos sós neste desiderato. Também as outras forças políticas, tem feito sempre tudo o que está ao seu alcance para que cada vez mais seja possível às nossas polícias tenham capacidade quer em homens quer em meios, para que possam cumprir com zelo a sua missão.

Prova disso é o projecto de resolução hoje em discussão que mereceu o apoio por unanimidade na comissão política geral.

Porque estas forças de segurança merecem sempre o nosso empenho e determinação, iremos votar favoravelmente este projecto de resolução, esperando que os Açores vejam reforçado o número de efectivos policiais, o mais rapidamente possível, pois com a crise que atravessamos, temos que assegurar segurança de todos.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda acompanha a preocupação do Partido Social Democrata quanto à necessidade de “reforço imediato (e sublinho imediato, porque é o termo do Projecto de Resolução em questão) dos meios operacionais e humanos, afectos às forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, no sentido das mesmas terem todas as condições de dignidade para cumprirem as suas funções, quanto à ordem e segurança públicas, protecção de pessoas e bens, e prevenção da criminalidade”, por isso votaremos favoravelmente este Projecto de Resolução.

Registamos também a clareza, e diria mesmo, a contundência com que, nos respectivos pareceres, tanto a Polícia de Segurança Pública, quanto a Guarda Nacional Republicana explicam de forma claríssima a escassez de meios humanos e operacionais com que se confrontam diariamente na nossa Região, e à qual acresce, no caso concreto da GNR, o desrespeito pela vida familiar e, diria até, pelo equilíbrio do orçamento familiar dos seus agentes.

Contudo, queremos deixar mais algumas reflexões que acentuam afinal o nosso acordo a esta proposta legislativa.

Sendo, como é, uma função do Estado, essencial num Estado de direito e democrático, a garantia de segurança aos seus cidadãos e cidadãs, não aceitaremos uma recusa do actual Governo da República do cumprimento desta obrigação por razões economicistas e orçamentais.

Pelo contrário, esperamos que a coligação governativa do PSD e do CDS seja coerente com o permanente discurso da insegurança, neste caso mais acentuado por via de intervenções sucessivas do CDS, utilizado vezes de mais numa forma acentuadamente demagógica.

Deputado João Costa (PSD): Nós esperamos! Por isso é que apresentámos a nossa Resolução!

A Oradora: Não havendo de facto uma relação directa e proporcional entre as más condições de vida e a existência de actividades criminosas, será pacífico

lembrar ao PSD, ao CDS e ao Governo da República, que é o resultado da coligação entre ambos, que a situação de profunda crise económica que as nossas comunidades vivem potencia factores e comportamentos desviantes.

Esta situação quanto ao BE Açores, não se resolve só e *per se*, com o aumento dos recursos humanos e materiais das forças de segurança pública, embora legítimas e absolutamente obrigatórias.

Resolve-se sobretudo com mais emprego, com mais apoios sociais e com mais justiça na redistribuição da riqueza. Fica à consideração de Vs. Exas., dignos representantes da coligação que agora nos governa.

Acresce que a actual situação, indigna a todos os títulos, vivida em muitos dos nossos estabelecimentos prisionais, mesmo na Região e muito concretamente no estabelecimento prisional de Ponta Delgada, nem aumenta a segurança, nem garante a desejável reinserção e recuperação social de quem lá está dentro.

Este é, aliás, um dossier, o dossier que se prende com a construção do novo estabelecimento prisional para Ponta Delgada, que vem do Governo de José Sócrates, com contradições gritantes, com ditos e desditos e que não honram a palavra de mais do que um ministro do anterior Governo, mas de resultados absolutamente nulos. Ou seja, presos, guardas e funcionários deste estabelecimento prisional são desrespeitados diariamente nos seus direitos mais elementares.

Mais uma vez fica à consideração de V. Exas., como dignos representantes da coligação que agora nos governa.

Assumindo o BE a defesa do estado de direito, em toda a sua plenitude, qualquer crime, tenha ele a envolvente social que tiver, tem de ser punido.

Repito: qualquer crime.

Desejamos que esta preocupação seja levada à prática, doa a quem doer, como tanto reivindicaram os actuais parceiros que nos governam, PS e PSD.

Ficamos à espera para ver.

Muito obrigada.

Presidente: Aguardo inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente uma pequena referência à proposta que está aqui em análise. Gostaria de começar por felicitar o PSD pela apresentação deste Projecto de Resolução.

Este projecto decorreu das audiências de uma outra Proposta de Resolução sobre segurança, que o PS apresentou e foi aqui aprovada em Abril, ...

Deputado João Costa (PSD): Delibere, Sr. Deputado, para que os agentes da PSP possam estar mais disponíveis!

O Orador: ... e que prevê um reforço efectivo de cerca de mais de um milhão de euros, por ano, para as forças de segurança, resultante da reafecção de verbas das coimas resultantes de infracções ao Código de Estrada, que são receita do Fundo Regional de Transportes.

Nessas audições os responsáveis quer da PSP, quer da GNR, abordaram um tema que não é novo: a falta de efectivos no quadro das forças de segurança, que é uma questão, tanto quanto apurámos, que já tem dezenas de anos e teve um agravamento por altura do Euro 2004.

Daí para cá a situação não tem evoluído ao ritmo que todos desejavam e isso tem tido outros impactos, por via da aposentação de vários agentes dessas forças. De facto este é um problema real que deve ser encarado.

Todavia, quando analisamos o mérito duma proposta temos que, em nosso entender, considerar vários aspectos.

No que diz respeito ao enquadramento, ou se preferirem aos considerandos desta proposta, há aqui algumas referências que eu gostaria de precisar.

Em primeiro lugar referir que, quando se fala num aumento de 12,9% na criminalidade violenta de 2009 para 2010 nos Açores, é bom que se perceba que, mesmo assim, estamos a falar de uma incidência inferior a dois crimes por mil habitantes. Isto só para deixar claro que os Açores continuam a ser, apesar destes dados, um paraíso na terra, em termos de segurança.

Há um outro aspecto que tem que ser clarificado.

Em nosso entender, há aqui uma ênfase enorme no aumento da insegurança. Isso não é correcto, é uma postura alarmista, sobretudo quando se tem em conta que em 2010 houve mesmo uma redução, embora só de 0,2, mas houve objectivamente uma redução, da criminalidade participada nos Açores.

Daí dizer-se que é um grande aumento de insegurança que está a haver aqui, quase que uma situação de pré ruptura social, parece-nos um pouco abusivo, Sr. Deputado. Aqui, quer no texto da resolução, quer na sua apresentação, parece-me que o Sr. Deputado foi um pouco exagerado na ênfase que deu a estas questões.

Outros aspectos que devem merecer a nossa análise:

Esta proposta tem todavia uma evolução importante e, em nosso entender, positiva, da parte do PSD.

Não nos podemos esquecer que o PSD, em certas alturas, já defendeu a criação de corpos de polícias municipais como uma medida muito importante na redução da insegurança. Como todos sabem, uma polícia municipal é uma polícia administrativa, não tem competências sobre segurança.

Já chegaram a defender polícias regionais e já começaram a evoluir de forma a chegar agora a uma solução que, apesar de tudo, nos parece mais oportuna e mais consensual, que corresponde àquela que foi, ao longo destes últimos anos, a posição do PS: o essencial é darmos condições, que não são só através do reforço de agentes, mas condições em geral, às forças de segurança nos Açores. Isso é essencial e, em nosso entender, é o caminho a seguir.

Porém, há também uma questão que não podemos deixar de abordar e tem a ver com o momento em que esta proposta surge.

Queria aqui dizer de uma forma muito clara que o PS tem plena consciência da delicadeza do momento actual, marcado por diversos constrangimentos financeiros da parte do Estado, a necessidade de proceder a cortes e a necessidade de racionalizar despesa.

Estamos cientes dessas dificuldades. Temos consciência de que esses constrangimentos poderão não permitir uma eficaz execução desta recomendação, mas o PS, como já foi aqui referido (aliás ao contrário do que

foi uma acusação feita hoje de manhã), não está envolvido em nenhuma guerrilha contra o Governo da República. O PS diz agora aquilo que disse antes das eleições. É bom que isso fique muito claro nesta casa.

Gostava também de referir que esta proposta, fruto do momento em que surge, terá de ser confrontada com o Programa do Governo da República.

No Programa do Governo da República, Sras. e Srs. Deputados, à semelhança de muitas áreas que o Programa do Governo trata, esta é, infelizmente, também uma área onde não há uma grande clareza de objectivos.

O texto é um pouco vago, é um texto que não permite, da sua leitura, inferir grandes soluções para este problema. Diria mesmo que, neste caso particular, é bem possível e visível que o Programa do Governo teve que acomodar duas visões diferentes: uma visão do PP e uma visão do PSD, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Do CDS!

O Orador: Do CDS, peço desculpa pela referência.

... o que aqui terá criado, de certa forma, quase um camelo com três bossas, mas, enfim, foi aquilo que foi possível fazer.

O que é essencial para nós é que reconhecemos as dificuldades, temos um discurso realista e um discurso que, em nosso entender, se adequa ao momento que o País atravessa.

Também sabemos, e nesse aspecto damos de barato algumas das referências que fez o Deputado Pedro Gomes, que neste momento estão em curso reestruturações, quer da PSP, quer da GNR, e também estão em curso (tanto quanto consegui apurar, há dois cursos que já terminaram) cursos, quer de praças, quer de oficiais, tanto no caso da PSP como no caso da GNR.

Esses cursos estão, como referi, praticamente a terminar. Creio que um deles inclusivamente já terminou, como disse. Isso permite considerar como possível o cumprimento desta Proposta de Resolução do PSD.

É neste sentido que gostaríamos de fazer essa referência, porque é neste contexto, em nossa opinião, que fará algum sentido esta referência de dizer que o Estado deve reforçar de imediato os meios operacionais e humanos. O “de

imediatos” é um pouco forte, mas, pelas razões que procurei aqui referir, esses objectivos parecem-nos alcançáveis, difíceis mas alcançáveis.

Uma referência também para aquilo que foi o grande alarido mediático que o PSD criou em torno desta proposta.

Não resisto aqui a uma referência a esse aspecto. O PSD foi generoso nos seus propósitos e soube, de facto, “passar o lustro” por essa proposta, vendendo-a como quase uma solução para todos os problemas da segurança nos Açores.

A proposta é, diria mesmo, modesta, é simples, que não simplória, e é uma proposta que tem algumas possibilidades de concretização.

Para terminar, não me vou repetir muito em relação àquilo que disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, mas penso que é importante salientar um aspecto.

Deputado João Costa (PSD): Isso é como ter um prato cheio e dizer que não gosta da comida!

O Orador: Eu sei que o Sr. Deputado é particularmente sensível a essas questões de segurança e até gosta de armas. Sente-se inseguro, certamente.

Sra. Deputada, ao contrário de outros que abandonaram a sua matriz social democrata, nós achamos, e não temos qualquer dúvida, que a melhor forma de termos coesão social e não termos alguns fenómenos de risco e de exclusão social é, de facto, através dum desenvolvimento equilibrado, através da própria promoção do papel do Estado, em termos de proporção de oportunidades e redistribuição de riqueza. Esses são princípios muito importantes que enquadram a visão de justiça social que o PS tem.

É bom que se diga que não há Programa de Governo da República nem acordo de Troika que suspenda esta visão, esta propositura e este sentido crítico democrático do PS. É bom que isso fique claro.

Termino com uma referência, Sras. e Srs. Deputados, que me pareceu duma coragem notável, do responsável da PSP dos Açores.

O Sr. Intendente Barros Correia disse, e isso é público, a uma entrevista do Açoriano Oriental, há cerca de um ano, passe a publicidade: “o verdadeiro desafio da PSP era fazer mais com o mesmo”.

Isto parece-me ser o espírito certo para conseguirmos ter da parte das próprias forças de segurança, que fazem realmente um papel muito importante, que tem que ser aqui sublinhado, como já foi, melhores condições de sucesso e mais e melhores contributos para a resolução e para a diminuição dos problemas de insegurança nos Açores.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que um combate sério à insegurança obviamente que implica todo um conjunto de questões que já foram aqui mencionadas.

Todavia, sendo o direito à segurança um direito constitucional que deve ser efectivado, custa-me um bocado ver aqui determinadas posições, no sentido de que ainda assim há outras regiões do País piores. Com o mal dos outros, nós podemos muito bem.

Vou contar-vos um episódio, muito simples, que se passou e que mostra um bocado aquilo que se passa na Região.

Há uns meses, aquilo que me parecia ser um assalto, levou-me a uma das esquadras da nossa Região, de que não vou mencionar o nome. O engraçado é que, ao chegar lá, em vez de ter a esquadra aberta para qualquer cidadão fazer uma participação ou pedir auxílio, que era exactamente o caso, vi um papel na porta a dizer que, pelo facto dos agentes estarem fora numa diligência, a esquadra estava fechada e pedia-se para contactar outra esquadra. Isso mostra a falta de meios humanos e materiais para se pôr cobro a esta questão da insegurança.

Ainda há bem pouco tempo (há dias atrás) cerca de 200 carros foram vandalizados no concelho da Lagoa.

Nessa questão do vandalismo, as questões do emprego, ou outras, não sei se respondem exactamente a essa questão. O que responde a essa questão é efectivamente termos os meios mínimos e suficientes para garantir a segurança. É disso que se trata e é o que este Projecto de Resolução pretende fazer.

O “de imediato” tem a ver simplesmente com o facto de que se verifica já uma situação de insegurança.

É isso que propomos, nada mais do que isso.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Antes de mais quero começar por um reconhecimento ao profissionalismo e ao empenho, quer dos agentes da PSP, quer dos militares da GNR, bem como dos seus comandos, no cumprimento da sua missão, feito muitas vezes sem condições e sem recursos para o seu cabal cumprimento.

Quanto ao Projecto de Resolução que nos trouxe o PSD, para dizer o seguinte:

Se a parte resolutiva – e estamos plenamente de acordo, quem não estará, nesta câmara, plenamente de acordo com a parte resolutiva? – é afinal de contas a constatação de um facto (há falta de efectivos, há falta de meios, portanto, urge reforçá-los e quem tem que os reforçar é o Estado Português)...

Deputado Rui Ramos (PSD): Tão simples quanto isso!

O Orador: ... eu não posso deixar, dizendo já e claramente que o PCP votará a favor deste Projecto de Resolução, de tecer aqui algumas considerações sobre a forma como o Projecto de Resolução é apresentado, através dos seus considerandos. É de alguma maneira inócuo, neutro, uma vez que constata factos, mas também tende a apresentar esta questão como se a criminalidade nos Açores fosse um problema de segurança anómalo. Penso que não é.

Deputado Rui Ramos (PSD): Diga isso às vítimas!

O Orador: Há que ter o devido cuidado quando apresentamos iniciativas deste tipo, porque sendo o problema da segurança um problema que nos preocupa a todos, a verdade é que a situação que se vive nos Açores não é efectivamente comparável a uma situação de crise de segurança pública que possa colocar na opinião pública regional, e não só, também fora da Região, a ideia de que nos

Açores se vive um clima de insegurança insustentável. Este é um aspecto, enfim, que me permite ter esta opinião.

Há uma outra questão, que tem a ver com a neutralidade dos considerandos (e já aqui foi dito pela Deputada Zuraida Soares e o Deputado José San-Bento também aflorou), e tem a ver com o seguinte:

É evidente que não podemos estabelecer uma relação directa entre a degradação das condições sociais e económicas, o emprego e outras, mas a verdade é que todos temos consciência de que, na medida em que as condições sociais e económicas se degradam, a tendência é de haver um aumento da criminalidade.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu já disse isso, Sr. Deputado!

O Orador: Já disse isso. Então vamos procurar resolver e espero que Vs. Exas., em outras situações, acompanhem outras posições que tendam a resolver este problema da segurança e do aumento da criminalidade, quando se tratar não apenas de reforçar a segurança pública, que se adoptem políticas que possam de alguma forma minimizar os efeitos das políticas que têm vindo a ser seguidas e que têm conduzido à actual situação de crise e à perspectiva de aprofundamento dessa situação de crise económica e social que o País vive, da qual Vs. Exas. são protagonistas.

Aliás, já hoje tivemos oportunidade de aqui discutir esta questão. Ficaram algumas perguntas por responder, dirigidas directamente ao PSD e ao CDS, que não foram respondidas, para as quais era importante obter uma resposta, mas essas respostas Vs. Exas. não têm. Quando é para resolver o problema das pessoas, essa resposta não têm.

Vs. Exas. penalizam as pessoas.

Entretanto, apresentam Projectos de Resolução que, para além daquela neutralidade na análise do problema, têm um certo exercício de hipocrisia, aliás, hipocrisia a que o PSD nos tem habituado e que costuma cultivar nesta câmara. Esperamos do PSD mais qualquer coisa do que estes meros exercícios de hipocrisia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Popular Monárquico acompanha a posição que foi aqui expressa pelas restantes bancadas em relação a uma crescente degradação, que ainda não grave mas que tende a agravar-se: o aumento da criminalidade e da sensação de insegurança junto das populações.

Concordo, e basta analisar os dados estatísticos que possuímos, que não é uma situação grave, mas é precisamente quando as situações ainda são controláveis que é necessário agir com determinação no sentido de permitir que a acção policial se realize numa situação ainda controlada, numa situação em que o crescimento da criminalidade não seja exponencial, porque quando a situação está descontrolada, ou relativamente descontrolada, é necessário adoptar medidas urgentes.

Dou-vos um exemplo (não é preciso ir muito longe): vejam a situação que está a viver o Algarve actualmente, prejudicando gravemente a economia nacional nesse âmbito.

É evidente que temos a responsabilidade e a inteligência política de ter que agir, enquanto é tempo, numa situação que progressivamente se vem degradando.

Também é previsível que esta situação se degrade ainda mais, porque a situação económica por que o País e a Região vão passar é muito difícil. Vai exigir enormes sacrifícios do ponto de vista financeiro. Há muitas famílias com enormes dificuldades e evidentemente este tipo de fenómenos tem que ser combatido, prioritariamente na vertente social, com uma intervenção social concreta,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas também não podemos descurar a vertente prática, que é, de facto, melhorar as condições de policiamento e dar uma resposta mais objectiva a esta situação.

Nesse sentido, o Partido Popular Monárquico apoia a iniciativa do Partido Social Democrata. Consideramos que tem a coragem política também de propor

ao Governo da República, que neste momento o Partido Social Democrata e o CDS integram, uma solução concreta a este tipo de situações.

Tendo em conta a conjuntura política nacional, eu considero que é uma postura equilibrada. Portanto, não é de alguém que fica a assobiar para o lado porque agora já tem responsabilidades a nível do Governo da República. Toma uma posição que considero adequada e uma posição corajosa, tendo em conta a nova conjuntura política que vivemos.

Em relação à situação económica que se vive no País, tudo isto é uma questão de prioridades. É evidente que o País tem falta de dinheiro.

Quando vivemos numa situação económica como esta em que vivemos temos que ter prioridades. É uma questão de prioridades e a segurança é uma prioridade. Evidentemente que vamos ter que gastar menos em outras áreas.

Durante a campanha eleitoral propusemos que, por exemplo, não se gastem 3 biliões na defesa.

Já foi aqui referenciado o problema grego. É um dos 6 países que gasta mais em aquisição de material militar no mundo. Evidentemente que vive uma situação geopolítica, em relação à Turquia, difícil, mas há uma opção grega no sentido de gastar muito na defesa.

Eu considero que neste momento temos áreas em que gastamos demais, como por exemplo na defesa, em que estamos a gastar metade do que se gasta na educação.

Tendo em conta a situação e as prioridades do país, considero que é possível redistribuir o dinheiro...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a fazer campanha eleitoral. Ninguém o ouve!

O Orador: ... no sentido do projecto na área social e também na área da segurança.

Sr. Presidente, vejo que está a olhar para mim, vou já terminar.

Termino referenciando aquela que é uma proposta eleitoral do Partido Popular Monárquico em relação à segurança.

É importante que se fale, mesmo em momentos de crise económica, que muitas vezes fazem com que o discurso autonomista seja menos forte e menos afirmativo, e fazem ao mesmo tempo com que se perca também algum impulso na nossa Autonomia, na defesa da Autonomia.

Por isso, neste sentido e no âmbito desta proposta, quero referir que a solução concreta, em termos de auto-governo para os Açores, é que venha a existir no futuro (e o Partido Popular Monárquico irá apresentar um projecto de resolução nesse sentido) uma polícia regional, como já existe em muitas outras regiões autonómicas da Europa. A última, como sabem, há cerca de 2 anos, foi nas Canárias, que criaram uma polícia autonómica.

Eu considero que isso é fundamental para que neste Parlamento e também no Governo se possa dar uma resposta objectiva às populações. Tantas vezes as populações se dirigem aos Deputados e aos Membros do Governo e o que acontece é que não temos responsabilidades directas nessa área. É importante que a Autonomia, na área da segurança, que é uma área importantíssima para as pessoas também, possa ter meios práticos, meios efectivos para poder acautelar o interesse das populações e responder de uma forma efectiva.

Torno, nesta situação, a reafirmar a nossa preferência, a nossa opção política, a nossa opção autonómica, pela criação de uma polícia regional nos Açores.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Social Democrata nunca partidariza nem faz política com os debates sobre segurança, porque entendemos que esta matéria é demasiado importante para se prestar a exercícios de politiquice, como assistimos...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não resiste!

O Orador: ... por parte de alguns que tentam transformar as questões de segurança em mais uma área de combate partidário e de simples partidarização.

Deputados Rui Ramos e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Recusamos essa postura porque os direitos fundamentais das pessoas (direitos, liberdades e garantias) e a sua segurança, não podem ser um palco, nem um terreno fértil para aqueles que da política têm a ideia da demagogia.

O Sr. Deputado José San-Bento apelidou esta proposta de modesta. Eu queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que modesto foi o comportamento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao longo dos últimos seis anos da governação de José Sócrates, ao reivindicar para os Açores questões de segurança e o reforço dos meios de segurança. Essa é que foi uma postura modesta.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Projecto de Resolução, pelo contrário, é um projecto verdadeiro em defesa dos interesses dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é um Projecto de Resolução ao sabor da estação política. É um Projecto de Resolução verdadeiro, rigoroso, equilibrado e que pede ao Governo da República aquilo que todos nós, deputados, dirigentes políticos nos Açores, açorianos empenhados no desenvolvimento dos Açores, devemos pedir: que o Estado olhe mais para os Açores e que possa, na medida das suas possibilidades, reforçar os meios de segurança, humanos e operacionais, colocados ao serviço das forças de segurança nos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é a nossa postura de hoje, esta será a nossa postura de amanhã. As nossas convicções e a defesa dos Açores não mudam consoante as cores dos governos em Lisboa.

Deputado Berto Messias (PS): Também nós!

O Orador: Mantêm-se firmes e constantes, porque o interesse dos Açores dita a nossa postura em todos os azimutes e em todos os momentos.

Deputados Rui Ramos e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É por isso, Sr. Deputado, que esta bancada não pode aceitar as suas insinuações de que o Partido Social Democrata está aqui a fazer uma jogada político-partidária com esta matéria.

Recusamo-lo frontalmente, porque não corresponde à verdade, nem corresponde a uma prática constante do Partido Social Democrata neste Parlamento, ou fora, dele em matéria de segurança.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E porque nós aqui, Deputados do PSD e seguramente Deputados de outros partidos com assento parlamentar, representamos o povo açoriano e não somos os procuradores de nenhum governo ou de nenhuma coligação, apresentamos hoje este Projecto de Resolução que aqui debatemos, com o sentido de defesa do interesse dos Açores, em nome dos Açores e em nome dos açorianos.

Sabemos que as condições são difíceis, que as dificuldades económicas têm que ser partilhadas por todos e que os sacrifícios que vamos ter nos próximos tempos vão ser duramente partilhados por todos nós...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em todo o país e em ambas as regiões autónomas.

Estamos preparados para partilhar esses sacrifícios, como portugueses que somos...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque acreditamos que Portugal ainda tem salvação. Estamos dispostos a contribuir para isso.

O que pedimos ao Estado é que, dentro do clima de dificuldades, dentro da escassez de recursos que tem e que vivemos, não esqueça os Açores e possa actuar de modo diferente daquele que foi a prática do Governo da República, ao longo dos últimos seis anos, em matéria de segurança no que diz respeito à Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Queremos aqui assinalar com toda a clareza, olhos nos olhos, para que não fiquem dúvidas, que o primeiro sinal de diferença foi dado já pelo Governo da República, em matéria de segurança interna, quando o Sr. Ministro da Administração Interna anunciou, na comemoração do 144º Aniversário da PSP, que o Governo vai fazer uma abertura regular dos cursos para novos

agentes, o que permite ao longo de um ano ter formação contínua dos agentes, para que as forças de segurança possam ir substituindo aqueles que se vão reformando, aposentando ou que vão, de algum modo, saindo das fileiras das forças de segurança, ao contrário da prática seguida até agora pelo Governo da República.

Este é um primeiro sinal de mudança, de postura e de atitude, dentro do quadro da política de segurança traçado para o país.

Não há uma política de segurança para os Açores. Os Açores vivem e partilham a política de segurança que é definida pelo Estado, porque esta não é uma competência regional, mas todas as questões que dizem respeito aos Açores têm que merecer um olhar atento deste Parlamento e dos órgãos de Governo próprio.

Deputados Rui Ramos e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: As matérias de segurança não escapam a esse entendimento. Quem não compreende isso não compreende a vida política dos Açores e não está preparado para defender os açorianos.

Deputados Cláudio Almeida e Aida Santos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou começar por apresentar aqui alguns casos pessoais, como fez o Sr. Deputado Rui Ramos, porque não me parece ser o mais adequado para este tipo de situações, como contar a história de que viu uma velhinha a ser roubada. Não foi o que o senhor disse, mas tentou caracterizar dessa forma.

Sr. Deputado Pedro Gomes, há uma coisa a que de facto o senhor não resiste.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não resisto em dizer-lhe a verdade, tem razão Sr. Deputado!

O Orador: Tem o direito de não resistir a certas tiradas e a certas comparações.

O senhor faz uma referência ao Grupo Parlamentar do PS que posso esclarecer.

O contributo do Grupo Parlamentar em matéria de segurança nos últimos anos (10 ou 12 anos) foi relevante. Portanto, é algo que nos deixa perfeitamente à vontade.

Houve algumas matérias em que foi possível um entendimento, e até na altura o PP, o PSD e nós próprios estivemos de acordo. Noutras não foi possível. Por exemplo, o vosso célebre pacote de segurança, na legislatura passada, do nosso ponto de vista e nos debates que foram feitos aqui na Assembleia, foi despedaçado, porque não tinha consistência nem tinha mérito.

Na altura referimos esses aspectos. Não vou aqui recuperar toda essa argumentação, mas queria manifestar, com toda a franqueza, uma certa surpresa por esse grande orgulho que o senhor tem no passado do seu grupo parlamentar nesta matéria e também registar a minha perplexidade por essa sua fixação na comparação. A comparação não lhe traria nada de especial. Acredite que é verdade, Sr. Deputado.

Gostava também de deixar aqui um outro aspecto que vamos percebendo. O Sr. Deputado Pedro Gomes (aliás, é público o apreço e o reconhecimento que eu tenho pela sua fina sensibilidade política) é um deputado que diz coisas que temos de ouvir.

Quando o Sr. Deputado Pedro Gomes diz que o seu Grupo Parlamentar não é um procurador do Governo da República, atenção, meus amigos, que isto já não está a correr muito bem para o vosso lado e já sinalizámos o seu aviso.

O senhor não quer ser procurador, mas penso que já estará um pouco nesse papel.

Deputado João Costa (PSD): Quando é que o senhor começa a falar do projecto?

O Orador: Registamos, Sr. Deputado, a data de hoje como deste seu aviso.

Sras. e Srs. Deputados, até parece que não retiveram que eu tive o prazer e a honra de anunciar a posição do Grupo Parlamentar do PS como sendo favorável a esta proposta.

Deputado João Costa (PSD): Passou despercebido, Sr. Deputado!

O Orador: O que eu quis dizer, Srs. Deputados, e acho que ainda não chegámos ao ponto, enquanto se diz que uma proposta é modesta... Eu até disse que era uma proposta simples que não simplória, tive o cuidado de dizer isso.

Deputado Rui Ramos (PSD): Vão votar a favor ou contra?

O Orador: Vamos votar a favor. Já disse que aprovávamos, que era positiva. Pensei que isso tivesse ficado claro.

Os senhores estão mais preocupados com a questão do procurador do que propriamente em ouvir aquilo que o PS diz.

Srs. Deputados, vamos ver se nos entendemos. Não é bem o meu hábito, mas eu não resisto.

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que não resiste a essa bandeirinha, porque vai votar a favor!

O Orador: O Projecto de Resolução tem dois pontos. O segundo ponto diz, e vou citar, que “desta posição se dê conhecimento à Assembleia da República e ao Governo da República”.

Aquilo que o PSD recomenda é que:

“1. O Estado deve reforçar de imediato os meios operacionais e humanos afectos às forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, permitindo o cumprimento das suas funções quanto à ordem e seguranças públicas, protecção das pessoas e bens e protecção da criminalidade”.

Com certeza. Agora isto é o que podemos considerar uma proposta modesta. Isto, em bom rigor, é uma proclamação facilmente consensualizável aqui, conforme se vê.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então por que vão votar a favor? Vote contra!

O Orador: Portanto, foi apenas isso que quis referir.

Não vou entrar aqui em comparações, porque se entrasse em comparações veríamos que o Projecto de Resolução que o PS apresentou aqui sobre segurança permite uma transferência em 10 anos de mais de 6 milhões de euros para as forças de segurança dos Açores. Há alguma diferença.

Quem acompanhou essas questões percebe que há efectivamente uma diferença.

Deputado João Costa (PSD): Já fizeram alguma transferência?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Modesta ou não, a proposta é positiva, merece a nossa concordância e vamos votar a favor.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra os Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José San-Bento:

Eu não falei em casos pessoais, coisa nenhuma. Apenas dei um exemplo em que se chega a uma esquadra da polícia e em vez de termos os agentes de segurança para dar resposta às solicitações dos cidadãos, o que se encontra é uma folha de papel a dizer que não há agentes porque estão numa diligência.

A minha pergunta, Sr. Deputado, é, nestas circunstâncias o Estado está ou não a cumprir as funções que cabem às forças de segurança?

É uma resposta simples, Sr. Deputado: sim ou não!

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado por me conceder a palavra, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero eternizar esta questão.

Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que, como é óbvio, as forças de segurança, como em muitos outros domínios de organização do Estado, devem prever redundâncias, ou seja, reservas...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não há! Aí é que está o problema!

O Orador: ... que permitam, quando há urgência, acudir, como por exemplo no caso de transporte de doentes. Em certas corporações, como sei que o senhor sabe, não há só uma ambulância. Há aqui alguns meios.

Obviamente que esse caso que o senhor refere significa que os agentes que não estavam nessa esquadra estavam eles próprios a cumprir as suas funções e isso também tem que ser relevado.

O que quis aqui dizer, Sr. Deputado, e o senhor sentiu-se atingido por isso, é que não gosto muito de contar esses casos pessoais, porque senão, eu podia testemunhar um caso que vivi há duas semanas em Lisboa e que atesta, por exemplo, que a cidade de Ponta Delgada é uma cidade muito segura, onde as pessoas podem circular à vontade.

Deputados Luís Garcia e Mark Marques (PSD): Por causa da polícia municipal!

O Orador: Acho que aqui devemos atender aos relatórios técnicos que nos permitem ter uma sustentação técnica do assunto, e depois cada um fazer a leitura política que entender.

Aliás foi uma das coisas em que, não sendo explícito, acabei por fazer referência à proposta do PSD, que tem a ver com esse tipo de relatórios, esse tipo de instrumentos que permitem aferir uma determinada realidade. Não convém olhar só para um, porque isso acaba por ser uma fotografia.

Convém ver uma tendência ao longo de 4, 5, 6 ou 10 anos, se existirem essas estatísticas.

Foi apenas isso que quis referir.

Tenho dito.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que estamos em condições de passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Petição n.º 4/2011 – “Exigir às entidades competentes (e destinatárias desta petição) que de forma célere seja restituído o aspecto anterior (e normal) à Cantaria do Convento de São Boaventura”**, tendo como primeiro subscritor César João Costa Sousa.

De acordo com o nosso Regimento, dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais para apresentar do respectivo relatório.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer sobre a Petição “Em defesa da cantaria do Convento de São Boaventura (em santa Cruz das Flores)”

Santa Cruz das Flores, 22 de Junho de 2011

CAPÍTULO I

Introdução

No passado dia 10 de Fevereiro de 2011, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição intitulada “em defesa da cantaria do Convento de São Boaventura (em Santa Cruz das Flores)”.

A referida petição reúne um total de 470 assinaturas e é enviada à Assembleia pelos Senhores César João Costa Sousa e Nelson Fraga Silveira Mateus, que se assumem como primeiros subscritores.

Os peticionários assumem a protecção e a preservação do património

Assim, dirigem a petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a solicitar que, “de forma célere, seja restituído o aspecto anterior (e normal) à cantaria do Convento São Boaventura, sem qualquer prejuízo dos esforços de protecção desta cantaria quanto à erosão salina”.

A referida petição foi submetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 14 de Fevereiro de 2011, para apreciação, elaboração de relatório e emissão de parecer até 14 de Abril de 2011.

Foi solicitada a prorrogação do prazo para emissão de parecer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a fim de dar cumprimento à deliberação da Comissão quanto às diligências a desenvolver no âmbito da apreciação da

Petição. A prorrogação foi concedida e estabelecido novo prazo para emissão de parecer até 28 de Abril de 2011, posteriormente alargado até 30 de Junho de 2011.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

A petição em apreciação enquadra-se no exercício do direito de cidadania constitucionalmente consagrado. Com efeito, a Constituição da República, no seu artigo 52.º com epígrafe “Direito de petição e direito de acção popular” estabelece, que: “todos os cidadãos têm o direito de apresentar, individual ou colectivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respectiva apreciação.”

As condições para o exercício deste direito de petição encontram-se fixadas na Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho, e Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto.

A este propósito importa referir o artigo 14.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, que dispõe: “sem prejuízo do disposto em especial para a Assembleia da República, os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e das autarquias locais [...] organizarão esquemas adequados de recepção, tratamento e decisão das petições recebidas.”

Por sua vez o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu artigo 73.º, n.º 4, que “as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são apreciadas pelas comissões ou por comissão especialmente constituída para o efeito, que pode ouvir as demais comissões competentes em razão da matéria, bem como solicitar o depoimento de quaisquer cidadãos”.

Os termos pelos quais o direito de petição é exercido perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores bem como as condições de admissão e o processo de apreciação encontram-se definidos nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro.

CAPÍTULO III

Apreciação

1. Análise preliminar

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos definidos no artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou, por unanimidade, admiti-la procedendo à identificação do primeiro subscritor assim como do respectivo domicílio.

No exercício da competência de apreciação da petição pela Comissão prevista no Artigo 191.º do referido Regimento, a Comissão de Assuntos Sociais determinou quais as diligências a desenvolver. Na sua reunião de 11 de Fevereiro de 2011 a Comissão deliberou, igualmente por unanimidade, proceder a uma visita ao Convento de São Boaventura, ouvir em audição os primeiros subscritores, o membro do Governo Regional com competência em matéria de cultura, a Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores, na Qualidade de proprietário do imóvel, e o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, assim como solicitar o parecer escrito do Instituto Açoriano de Cultura e da Ordem dos Arquitectos.

Reunida a 11 de Março de 2011, em Ponta Delgada, a Comissão procedeu à audição do membro do Governo Regional com competência em matéria de cultura.

Na sua reunião de 21 e 22 de Junho de 2011, na Ilha das Flores, a Comissão visitou o imóvel em causa, efectuou a audição dos primeiros peticionários, da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores e da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores.

Na mesma reunião a Comissão procedeu também à apreciação da Petição à consequente emissão de parecer e à aprovação do respectivo relatório.

2. Audições:

2.1 Audição dos primeiros subscritores:

A Comissão procedeu à audição do Sr. César João Costa Sousa, na qualidade de primeiro subscritor da petição, que procedeu a uma breve explanação dos factores que levaram ao seu surgimento.

O Peticionário manifestou o seu desacordo com a solução adoptada pelo Governo regional para preservar a cantaria do Convento de São Boaventura assim como alguma “revolta” pelo facto de não ter tido conhecimento da sessão pública promovida pela Direcção Regional da Cultura a 28 de Outubro de 2010, na qual foi “aprovada” a pintura da cantaria do convento.

Afirmou que referida sessão foi pouco divulgada o que terá resultado numa participação muito reduzida.

Referiu também que o descontentamento popular com a pintura da cantaria do Convento foi levado, pelo Vereador José Carlos, à reunião ordinária da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, realizada a 7 de Outubro de 2010, tendo ficado registado em acta a posição unânime da Câmara contra a pintura, assim como a deliberação de apresentar essa posição ao Conselho do Governo realizado aquando da visita estatutária às Flores realizada em meados do mesmo mês.

Considerou que devia ter sido tomada outra opção e fundamentou essa convicção no trabalho de mestrado desenvolvido pelo Dr. António Ernesto de Deus Martins, que também subscreve a petição.

A par com o desagrado com a cor do material utilizado na cantaria do Convento, manifestou dúvidas sobre a sua qualidade e eficácia afirmando que no passado mês de Março de 2011, a salmoura já tinha provocado estragos na pintura, que entretanto já foi reposta.

Seguiu-se um período para esclarecimentos, no qual intervieram os Deputados Rui Ramos, Zuraída Soares, Nélia Amaral, Francisco Álvares, Catarina Furtado e Alexandre Pascoal.

O Deputado Rui Ramos questionou o peticionário sobre os factores que terão levado aos estragos na tinta, designadamente se se terão devido à má qualidade do produto aplicado.

Numa segunda intervenção e referindo-se à percentagem de cantaria degradada e substituída por massa de cimento, referiu que há investigadores que defendem que se deve expor o património tal como ele se encontra, deixando à vista o que é original e o que não é, até como forma de evidenciar a diferença.

A Deputada Zuraída Soares referiu compreender que, do ponto de vista dos peticionários, a cor utilizada na protecção da cantaria é chocante e quis saber qual é a sua pretensão, agora que a pintura da cantaria está concluída.

No que se reporta à sessão pública perguntou como foi divulgada.

Em resposta às questões colocadas o Sr. César Sousa afirmou que os peticionários pretendem manifestar a sua indignação com todo o processo, assim como a sua revolta pelo facto de já se verificar que a tinta está a cair. Concordou com a possibilidade levantada pelo Deputado Rui Ramos, de que o produto aplicado seria de má qualidade e defendeu que se procedesse a uma revisão da decisão tomada. Reafirmou não ter tido conhecimento da sessão pública promovida pela Direcção Regional da Cultura e não fazer ideia da forma como a mesma foi divulgada.

A Deputada Nélia Amaral quis saber qual a extensão da cantaria que já foi substituída por massa de cimento e solicitou que o peticionário clarificasse se a sua oposição se reporta à opção pela utilização de um produto com cor, ou à cor específica escolhida para aplicação na cantaria do Convento.

O peticionário referiu que 50% a 60% do edifício mantinha a cantaria, clarificou que defende a utilização de um produto incolor e acrescentou discorda do produto utilizado pela cor mas também pela falta de qualidade.

O Deputado Francisco Álvares quis saber se existem outros produtos para preservação de cantaria disponíveis no mercado, quais os factores que terão estado na base da decisão do Governo Regional e se foi feito algum estudo sobre a adequabilidade do produto à pedra em causa. Considerou inviável proceder-se à remoção da tinta já aplicada uma vez que provocaria ainda mais danos à cantaria, e sugeriu que seria mais adequado corrigir a cor.

A Deputada Catarina Furtado lembrou que, apesar de se tratar de um imóvel classificado, o edifício é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores.

O Deputado Alexandre Pascoal referiu que o que parece estar em causa, mais do que qualquer outro factor, é a cor, a cor da discórdia que foi debatida na sessão pública realizada em Outubro passado. Retomou as afirmações do peticionário quanto à falta de divulgação da referida sessão, que considerou parecem indiciar alguma suspeição, e quis saber em que dados o peticionário fundamenta essa desconfiança.

O Peticionário afirmou não querer fazer pensar que tivesse havido má fé por parte do Governo Regional. Quis apenas dizer e reafirmou que, em seu entender, a sessão merecia ter tido maior divulgação.

2.2 Audição do membro do Governo Regional competente em matéria de cultura:

O Secretário Regional da Presidência fez-se acompanhar pelo Director Regional da Cultura, a quem incumbiu a análise da petição em apreciação.

O Director Regional da Cultura iniciou a sua análise afirmando que a intervenção em curso no Convento de São Boaventura visa essencialmente a preservação do património regional.

Manifestou desacordo com a argumentação aduzida pelos peticionários no que se reporta à imagem tradicional do património assim como à defesa da

utilização de produto incolor para preservação da cantaria. Neste sentido, informou que não é a primeira vez que se opta por cobrir a cantaria do referido imóvel, lembrando que em meados do Século XX todo o edifício foi caiado de branco, numa tentativa de preservar a pedra do salitre. Posteriormente, nos anos 60, a cantaria foi novamente descoberta, sendo que a sua exposição aos elementos naturais acelerou a sua degradação.

Reafirmou a necessidade de se voltar a cobrir a cantaria para assim a proteger da erosão e acrescentou que se optou pela utilização de um produto recentemente disponibilizado no mercado, com características semelhantes à cal e já testado na Região, designadamente no Recolhimento de Santa Bárbara, em Ponta Delgada.

Informou que grande parte da cantaria degradada foi substituída por argamassa de cimento razão pela qual o Governo Regional não acolhe a opção de uma solução incolor para a preservação da cantaria. Reafirmou que a solução adoptada é a técnica hoje conhecida e utilizada em Portugal, que garante melhores resultados nos esforços para travar a degradação da cantaria.

A finalizar lembrou que a solução adoptada foi apresentada aos Florentinos, em sessão pública realizada em Santa Cruz, que mereceu a concordância dos presentes e reafirmou que o Governo está a agir no interesse da preservação e salvaguarda do património regional.

2.3 Audição da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores, proprietária do imóvel:

A Provedora da Santa Casa da Misericórdia, Sr.^a D.^a Dora Valadão, procedeu a um sucinto enquadramento dos trabalhos de conservação do Convento de São Boaventura levados a cabo pelo Governo Regional dos Açores. Neste contexto, informou a Comissão da existência de um auto de cedência referente ao imóvel em causa através do qual é cedida a sua utilização ao Governo Regional que assumiu a manutenção do referido imóvel assim como a construção do Lar de idosos de Santa Cruz das Flores.

A intervenção a que se reporta a iniciativa em análise decorre do cumprimento do compromisso assumido pelo Governo Regional e visa a protecção e conservação da cantaria do convento.

Referiu que a cantaria do imóvel é feita de uma pedra muito mole o que, conjugado com a elevada exposição aos elementos naturais, em particular ao salitre, terá provocado elevado grau de degradação.

Informou a Comissão de que, nos anos 50, se terá recorrido à aplicação de cal sobre a cantaria, como forma de a proteger dos elementos naturais. Posteriormente procedeu-se à remoção da cal, deixando a pedra exposta, o que terá contribuído para acelerar a degradação. Actualmente cerca de 60% da cantaria já foi substituída por massa de cimento.

Facultou à Comissão um conjunto de fotografias que documentam o caimento da cantaria assim como as superfícies actualmente em cimento.

No que se reporta ao trabalho de protecção da cantaria recentemente levado a cabo pelo Governo regional afirmou que “todos preferiam uma solução incolor”. No entanto, após realização de uma sessão pública promovida pela Direcção Regional da Cultura e orientada pelo Engenheiro Paulo Raimundo, ficou demonstrado que os materiais incolores não eram os mais adequados para o tipo de pedra em causa. Informou que a referida sessão contou com a participação de um grupo restrito de pessoas e que todos concordaram com a cor que veio a ser aplicada.

Acrescentou considerar aceitável que se utilize novos produtos e que, de entre as cores disponíveis, manifestou preferência pelo ocre por ser uma cor utilizada noutros imóveis da Santa Casa, nas porcelanas da instituição e até nos seus símbolos.

Seguiu-se um período dedicado a esclarecimentos no qual participaram os Deputados Alexandre Pascoal, Zuraida Soares, Nélia Amaral, Paulo Rosa e Catarina Furtado.

O Deputado Alexandre pascoal retomou o tema da sessão pública para clarificar quantas pessoas terão participado, se esse nível de participação é razoável

quando comparado com outras iniciativas locais e se houve alguma anomalia na divulgação da referida sessão.

Em resposta às questões colocadas a Provedora informou que a sessão pública foi divulgada através de editais e que terão participado na reunião cerca de 10 pessoas. Afirmou não ter conhecimento de nenhuma anomalia e acrescentou que em circunstâncias normais é normal ter quatro ou cinco irmãos a assistir a uma Assembleia Geral da Santa Casa, pelo que não estranhou a participação na referida sessão pública.

A Deputada Zuraída Soares colocou um conjunto de questões, designadamente se a Provedora tinha visto o edital a divulgar a sessão pública; se o Presidente da Câmara de Santa Cruz das Flores esteve presente na referida reunião, e em caso afirmativo se também concordou com a solução adoptada; se foi ponderada a utilização de cal; se pode confirmar que a tinta caiu numa parte do topo norte do edifício tendo ocorrido uma segunda aplicação; e finalmente se se tinha apercebido do nível de contestação à pintura da cantaria que se veio a revelar através da petição submetida à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A Provedora afirmou não ter conhecimento da necessidade de repetir a aplicação da tinta em nenhuma parte da cantaria mas referiu que não ficaria surpreendida se efectivamente tivesse acontecido. Confirmou ter visto o edital que lhe foi enviado para afixação. Confirmou também a presença do Presidente da autarquia acrescentando que este, tal como ela, no início da reunião defendia uma solução incolor sendo que, após as explicações que lhes foram facultadas, aceitou a aplicação da tinta ocre por ser o produto que melhor servia a preservação da cantaria. Informou que a utilização de cal não foi colocada por nenhum dos participantes nem pelo técnico que orientou a sessão. A finalizar, afirmou não ter dado conta de grande contestação à pintura do convento e acrescentou que um grande número de pessoas que assinou a petição não é das Flores, não vive na ilha ou não lá há muito tempo e não sabia, ou não se lembrava, que a cantaria já tinha sido caiada. Concluiu afirmando: “sempre que

há mudança há burburinho” pelo que considerou normal a surgimento da petição.

A Deputada Nélia Amaral solicitou clarificação do conteúdo do auto de cedência celebrado entre a Santa Casa e o Governo Regional e confirmação de que as obras de conservação do imóvel decorrem do referido acordo.

A Provedora confirmou que a pintura da fachada, incluindo a cantaria, e a intervenção na cobertura decorrem do referido auto de cedência e manifestou de que o Governo regional possa vir a intervir também no interior do edifício.

O Deputado Paulo Rosa quis saber se a Provedora tinha conhecimento do teor do edital a divulgar a sessão pública, assim como dos locais onde foi afixado. No que se reporta especificamente à solução adoptada pelo Governo regional afirmou possuir pareceres que referem a existência de substâncias incolores com características idênticas à tinta. Assim quis saber se tinham sido referidas as características do verniz e da tinta utilizada e se a Santa Casa, na qualidade de proprietária do imóvel tinha solicitado algum parecer sobre a matéria.

Em resposta às questões colocadas a Provedora disse não saber onde o edital tinha sido afixado nem poder precisar qual o seu teor. No entanto afirmou ter ideia de que tinha a ver com a pintura até porque foi para a reunião pensado defender a aplicação de verniz na cantaria do imóvel. Confirmou que foram abordadas as características do verniz e da tinta e que foram informados que a tinta era o produto mais adequado para protecção da pedra em causa porque a protege da acção do salitre enquanto, em simultâneo, a deixa respirar e é de fácil remoção. Informou que a Santa Casa não solicitou nenhum parecer não só porque não dispõe de verba para o efeito mas também porque uma vez que o convento foi cedido ao Governo Regional e que é este que está a fazer as obras de conservação, considera que deve ser também o Governo a solicitar os estudos e os pareceres necessários.

O Deputado Paulo Rosa quis ainda saber se, na sessão pública realizada a 28 de Outubro de 2010, foi equacionada a possibilidade de se utilizar a mesma tinta mas de outra cor, designadamente branca.

A Provedora afirmou que essa possibilidade não tinha sido colocada por nenhum dos participantes e mostrou-se certa de que se a cantaria tivesse sido pintada de branco também haveria quem não gostasse.

A Deputada Catarina Furtado fez referência ao levantamento do património imóvel da Região, da responsabilidade do Instituto Açoriano de Cultura salientando que trabalho referente ao património da Ilha das Flores já está concluído e pode constituir-se como recurso disponível à Comissão.

No que se reporta às intervenções a que o convento terá sido sujeito ao longo dos anos perguntou se havia memória do convento ter tido outra cor para além do branco com a cantaria exposta, ou o branco integral.

A Provedora afirmou ter ideia de que a igreja já foi amarelo claro com a pedra caiada de branco. A este propósito salientou as fotografias que trouxe à Comissão que, apesar de serem a preto e branco, permitem vislumbrar que parte da parede tem uma tonalidade diferente.

2.4 Audição da Câmara Municipal de Santa Cruz:

O Presidente da Câmara procedeu a um breve enquadramento das obras de conservação do Convento de São Boaventura que suscitaram a iniciativa em apreciação. Referiu que a obra de conservação promovida pela Direcção Regional da Cultura resulta de necessidade de intervenção ao nível da cobertura do imóvel, das caixilharias sendo que a intervenção ao nível das caixilharias e da cantaria não foi pacífica.

A Câmara Municipal teve conhecimento de um ensaio de pintura da cantaria em amarelo ocre e das caixilharias em vermelho “sangue de boi” que suscitou a reprovação de alguns Florentinos. Em reunião de Câmara realizada a 7 de Outubro entendeu-se solicitar à Direcção Regional da Cultura que procedesse à reapreciação do processo no sentido de manter a cantaria na sua cor natural e proceder à pintura das caixilharias numa cor alternativa e mais compatível com o casario florentino. Posteriormente, no final de Outubro, a Direcção regional da Cultura promoveu uma reunião pública orientada pelo Director de Serviços,

Engenheiro Paulo Raimundo na qual foi explicitado o objectivo da intervenção assim como os materiais utilizados. A intervenção visava preservar a cantaria remanescente tendo-se optado pela utilização de um material semelhante à tinta que apresentava a vantagem de deixar a pedra respirar e ser de fácil remoção.

Concluiu referindo que, perante a ausência de alternativas incolores de idêntica eficácia na preservação da cantaria, e perante as cores disponíveis (ocre, azul e vermelho sangue de boi) optou-se por pintar a cantaria de ocre e as caixilharias de verde, a bem da conservação do património.

Seguiu-se um período destinado a esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Paulo Rosa, Francisco Álvares, Rui Ramos, Zuraida Soares, Nélia Amaral e Alexandre Pascoal.

O Deputado Paulo Rosa retomou a reunião ordinária da Câmara de Santa Cruz, realizada a 7 de Outubro de 2010 para ler à Comissão a parte da respectiva acta que se reporta à consensualização do desacordo com a cor utilizada na cantaria do Convento de São Boaventura, assim como à deliberação unânime da Câmara no sentido de manifestar esse descontentamento ao Governo Regional aquando da sua visita estatutária à

Ilha das Flores. Solicitou que o Presidente da autarquia confirmasse se foi cumprida a deliberação da Câmara.

Quis também saber qual o teor do edital que fez a divulgação da sessão pública, assim como quais os locais onde foi afixado.

A finalizar referiu parecer haver alguma confusão sobre as características do material utilizado na pintura da cantaria e como este se compara com os materiais incolores disponíveis no mercado. Assim solicitou confirmação da informação prestada aos participantes na sessão pública promovida pela Direcção Regional da Cultura, designadamente quanto à durabilidade do produto assim como à facilidade com que pode ser removido.

Em resposta às questões colocadas o Presidente da Câmara informou que foi alertado para um ensaio realizado numa das janelas da fachada posterior do imóvel. Aquando da visita estatutária do Governo Regional à Ilha das Flores, em meados de Outubro, a deliberação da Câmara foi levada ao conhecimento

do Presidente do Governo e ficou acordada a realização da sessão pública que veio a decorrer no final desse mesmo mês e da qual a Comissão já tem conhecimento.

No que se reporta ao edital clarificou que o mesmo não foi promovido pela Câmara. Acrescentou não ter presente qual o seu conteúdo nem ter conhecimento dos locais onde foi afixado. No entanto garantiu que informou todas as pessoas que se tinham dirigido à Câmara para contestar a pintura da cantaria da calendarização da referida sessão pública, sendo que nenhuma delas compareceu.

Afirmou que dispõe de informação que confirma que o material utilizado é mais adequado para protecção de cantaria do que o verniz uma vez que “deixa a pedra respirar”, e que é facilmente removível (com jacto de água) sem danificar a cantaria. Acrescentou que, após a sessão pública, ele próprio desenvolveu alguns contactos, a nível particular, que confirmaram a informação que lhe tinha sido transmitida.

O Deputado Francisco Álvares interveio no sentido de registar a preocupação do Presidente da Câmara com a preservação do material assim como com a composição do material que foi aplicado sobre a cantaria. Disse compreender a posição daqueles que defendem que a cantaria permaneça exposta mas considerou que importa ter em conta que os vernizes não permitem que a pedra respire e que uma vez colocado a sua remoção implica uma grande degradação do bem que se quer preservar. Em seu entender “o que está feito, está feito, e dificilmente vai sair de lá nos próximos tempos”. Assim quis confirmar se o material utilizado é de fácil remoção, se já foi necessário retocar parte da pintura e se a Câmara dispõe de pareceres relativamente a soluções alternativas.

O Presidente da Câmara lembrou que a solução adoptada foi apresentada publicamente, e que ele próprio tinha informado as pessoas que se tinham manifestado contra a pintura da cantaria de que iria decorrer a referida sessão. Acrescentou que nenhuma das pessoas que se tinha manifestado ou que subscreveu a iniciativa em causa compareceu. A este propósito acrescentou que muitas das pessoas que contestam a pintura da cantaria não são de Santa Cruz,

nem das Flores, ou estão ausentes da ilha há muitos anos. Referiu que importa preservar o património mas não a qualquer custo sendo que importa evitar fundamentalismos. Referiu como exemplo que há quem tendo optado por viver fora das Flores defenda que nas Flores se mantenham as casas tradicionais, com o chão de pedra e sem casa de banho.

Afirmou que ele próprio preferia manter a cor natural da pedra. No entanto, confrontado com a informação sobre os materiais disponíveis que foi facultada pelo engenheiro Paulo Raimundo e posteriormente confirmada pelos contactos que desenvolveu a título pessoal, concluiu que a preservação do património seria mais eficaz utilizando o material que veio a ser utilizado. Trata-se de um produto que é facilmente removível com água e que já foi aplicado noutros edifícios da Região como sejam o Recolhimento de Santa Bárbara, em São Miguel, e a Igreja da Misericórdia, no Pátio da Alfândega em Angra do Heroísmo.

O Deputado Rui Ramos quis saber qual a origem do edital que divulgou a sessão pública e se nessa sessão foi solicitada mais informação ou outros pareceres sobre a técnica a adoptar. Referiu que a afirmação de que o produto aplicado na cantaria é facilmente removido lhe suscita dúvidas quanto à sua capacidade de proteger a pedra dos elementos naturais.

Em resposta às questões colocadas, o Presidente da Câmara informou que o edital foi promovido pelo Museu das Flores, a mando da Direcção Regional da Cultura. No que se reporta ao pedido de pareceres adicionais afirmou que “há pareceres para tudo, com a relevância que têm”. Lembrou o contacto pessoal já referido e acrescentou que ninguém partiu do princípio que o técnico da Direcção Regional da Cultura os pretendia enganar, mas antes partilhavam de um objectivo comum: encontrar a melhor solução para proteger o património regional. Em seu entender optou-se pela solução que oferecia melhores condições para proteger o património, e escolheu-se a cor que melhor se enquadrava no património edificado do concelho.

A finalizar afirmou não ter conhecimento de quaisquer retoques da pintura, até porque só viu andaimes montados uma vez.

A Deputada Zuraida Soares referiu que a iniciativa em apreciação lhe levanta duas questões: se há alternativas ao ocre e se o processo foi claro, transparente e dado a conhecer à população.

Assim quis clarificar se o Presidente da Autarquia considera que o processo foi democrático, transparente e devidamente explicado à população. Se está convencido de que não existem alternativas. Se foi por isso que mudou de opinião quanto à cor dada à cantaria. E se aquilo que era uma vantagem do produto utilizado (um custo mais reduzido) não se poderá ter transformado numa desvantagem (a necessidade de reaplicação do produto num tão curto espaço de tempo, que faz com que, na prática se torne mais caro).

Concluir refutando as declarações do Presidente da Câmara quanto ao facto de um elevado número de pessoas que se manifestaram contra a pintura da cantaria não ser das Flores nem residir na Ilha. Em seu entender esse não é um requisito para que qualquer cidadão se possa manifestar sobre aquilo que considera ser um atentado ao património.

O presidente da Câmara clarificou que pretendeu apenas clarificar que a contestação que chegou à Assembleia não consubstanciou um movimento popular que tivesse indignado e mobilizado os Florentinos.

Clarificou que em momento algum mudou de posição. Preferia ver a pedra na sua cor natural. No entanto perante o seu estado de degradação considera que o objectivo principal tem de ser a preservação do património e, perante as soluções técnicas disponíveis, aceitou aquela que lhe permite preservar a cantaria.

No que se reporta a uma eventual segunda aplicação do produto, afirmou não poder confirmar se houve ou não e, caso tenha efectivamente ocorrido, desconhecer as causas. Acrescentou que o custo do produto nunca foi abordado na sessão pública mas que a informação de que dispõe é de que se trata de um produto muito caro.

Concluiu afirmando que considera que o processo foi claro, transparente e democrático garantindo que todos aqueles que se quiseram manifestar tivessem oportunidade de o fazer.

A Deputada Nélia Amaral interveio no sentido de recentrar a análise no objecto da iniciativa em causa: utilização de um material incolor. Neste sentido, o reconhecimento da necessidade de utilização de um material com cor implica coloca a análise fora do âmbito da iniciativa.

Assim solicitou que o Presidente da Câmara precisasse quantas pessoas se dirigiram à autarquia para contestar a intervenção no Convento de São Boaventura.

No que se reporta a uma eventual reposição da tinta considerou plausível que a eficácia do produto e a periodicidade da aplicação dependa não só das características do produto mas também do estado em que se encontra a superfície sobre a qual é aplicada e lembrou o elevado estado de degradação em que se encontrava a cantaria do Convento de São Boaventura.

O Presidente da Câmara concordou com a análise efectuada. Informou que apenas 3 pessoas se dirigiram à Câmara para manifestar desagrado com a pintura da cantaria. Confirmou que cerca de 50% da cantaria já tem reparações em cimento e que as alternativas disponíveis ou tinham cor ou contribuíam de alguma forma para a degradação da pedra. Assim reafirmou a sua preferência pela utilização do único produto que lhe permite “ter convento para mostrar aos netos”.

O Deputado Alexandre Pascoal abordou a forma como a informação é transmitida, formal ou informalmente, nos meios pequenos. Manifestou reservas quanto à alegada falta de informação, designadamente se a notícia de uma reunião pública não teria corrido o concelho ou mesmo a ilha se o assunto fosse de facto tão polémico.

O Presidente da Câmara partilhou da perspectiva apresentada e reafirmou que apenas 3 pessoas manifestaram desagrado junto da autarquia, e apenas quando se verificou o ensaio utilizando o vermelho sangue de boi nas caixilharias.

3. Outros Pareceres:

Dando cumprimento à deliberação da Comissão, foi solicitado parecer escrito ao Instituto Açoriano de Cultura e à Ordem dos Arquitectos. Os referidos

pareceres foram disponibilizados a todos os Deputados que integram a Comissão e encontram-se apensos ao presente relatório, do qual fazem parte integrante.

CAPÍTULO IV

Parecer

Concluída a apreciação da petição e o processo de audições, tendo em conta as pretensões dos peticionários e considerando o conteúdo das audições efectuadas, assim como a documentação recebida pela Comissão pode concluir-se o seguinte:

1. O Convento de São Boaventura em Santa Cruz das Flores é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores;
2. O referido imóvel foi classificado como imóvel de interesse público, pela resolução n.º 98/80, de 16 de Setembro;
3. Através de um auto de cedência celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia (proprietária do imóvel) e o Governo Regional dos Açores, funciona no referido Convento o Museu das Flores, sendo responsabilidade do Governo proceder aos trabalhos de manutenção no referido edifício;
4. Ao abrigo do referido auto de cedência, o Governo Regional tem procedido a intervenções na cobertura, no interior e no exterior do referido imóvel;
5. No âmbito de uma intervenção recente verificou-se o elevado grau de degradação da cantaria, com cerca de 50% da respectiva superfície substituída por argamassa de cimento;
6. O Governo Regional deliberou proceder à recuperação da cantaria e das caixilharias do imóvel utilizando um produto semelhante à cal, de cor ocre, na cantaria, e tinta de cor vermelha sangue de boi, nas caixilharias;
7. Foram efectuados testes de cor dos quais resultaram algumas manifestações de desagrado com as cores aplicadas tendo posteriormente, surgido a presente iniciativa;

8. O referido desagrado foi levado ao conhecimento do Governo Regional que, em consequência promoveu uma sessão pública para ouvir a população e esclarece-la sobre as opções tomadas;

9. Da referida sessão pública, na qual participou a entidade proprietária do imóvel, resultou um consenso sobre a aplicação de um produto semelhante à cal (já tinha sido aplicada cal na cantaria do Convento em meados do século passado), de cor ocre, na cantaria, e tinta verde nas caixilharias;

10. O produto em causa já foi aplicado noutros edifícios classificados da Região, com resultados positivos;

11. Encontra-se em apreciação na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Projecto de Resolução com o mesmo objecto, tendo sido consensualizado, em sede de Comissão Permanente de Assuntos Sociais que seria inviável proceder-se à remoção imediata do produto aplicado sobre a cantaria e que a forma mais razoável de proceder à sua preservação sem ferir a susceptibilidade dos peticionários consistiria na aplicação do produto em causa, mas de cor que respeite a memória histórica do património religioso da ilha, designadamente a branca, aquando de uma próxima intervenção.

As referidas conclusões foram aprovadas por unanimidade, com excepção da conclusão número 10 que não obteve aprovação do CDS/PP.

Atendendo a que a petição reúne um total de 470 assinaturas e à relevância social da matéria em causa, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à apreciação da petição em reunião plenária da Assembleia, nos termos do disposto no artigo 192.º do Regimento.

A Comissão deliberou igualmente por unanimidade que, do presente relatório seja dado conhecimento ao primeiro subscritor da Petição, ao Secretário Regional da Presidência, à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores e à Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores.

Santa Cruz das Flores, 22 de Junho de 2011

A Relatora: Nélia Amaral

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: Catarina Furtado

Presidente: Obrigado, Sra. Relatora.

Estamos em condições de iniciar o debate. Aceito inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado José Francisco Fernandes. Tem a palavra.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Convento de São Boaventura em Santa Cruz das Flores, é um imóvel classificado como imóvel de Interesse Público, do qual os florentinos se orgulham, particularmente os residentes no concelho de Santa Cruz.

A polémica surgida à volta da pintura das cantarias exteriores, recomenda aos responsáveis pela tomada de decisão e procura de maiores consensos e o envolvimento de todas as partes interessadas, designadamente a população da localidade.

Quando isso acontece, a exemplo do trabalho da Subcomissão os consensos são possíveis e o resultado final é mais vantajoso.

Assim, o PSD saúda esta iniciativa e os respectivos signatários pelo seu exemplo de cidadania e defesa da nossa história e do nosso património.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer, desde já e em primeiro lugar, louvar a iniciativa dos cidadãos que subscreveram esta petição e a trouxeram para a nossa apreciação.

Quero também registar o excelente trabalho desenvolvido pela Comissão de Assuntos Sociais e deixar aqui este registo à Sra. Presidente da Comissão e à Sra. Relatora.

De facto, do excelente trabalho que foi feito em sede de comissão resultou não só o relatório que agora acabámos de ouvir, mas sobretudo desse trabalho que foi desenvolvido em conjunto com o Projecto de Resolução que vamos apreciar

em seguida, resultou certamente uma posição que merecerá eventualmente o apoio desta câmara por ser a solução mais adequada, pelo menos no entendimento da Representação Parlamentar do PCP. Isso efectivamente resulta, por um lado, deste trabalho que a Comissão dos Assuntos Sociais fez à volta deste tema e, por outro, do entendimento e da interpretação que depois o CDS/PP obteve desse trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconhecer o direito de petição e enaltecer o exercício desse mesmo direito pelos cidadãos não implica necessariamente conceder quanto às pretensões e aos fundamentos constantes dessas mesmas iniciativas.

Sabemos, da sabedoria popular, que “cada cabeça, cada sentença”, tal como também sabemos que “gostos não se discutem”.

Portanto, não acompanhamos os peticionários nesta pretensão, na pretensão exarada na petição, porque, em nosso entender, no entender do Partido Socialista (e vou citar os fundamentos, aquilo a que fomos chamados a pronunciarmo-nos), “exigir que de forma célere seja restituído o aspecto anterior à cantaria do Convento de São Boaventura sem qualquer prejuízo dos esforços de protecção dessa cantaria quanto à erosão salina...” é, digamos assim, pretender alcançar a quadratura do círculo.

De facto, a cantaria foi pintada com o objectivo de a proteger da erosão.

Ficou provado, com o brilhante trabalho feito pela Comissão de Assuntos Sociais, como aliás é seu timbre e seu hábito, que durante muitos anos, a partir de meados do século anterior, devido à erosão, a cantaria esteve pintada de cal, provavelmente porque seria, nas circunstâncias actuais em que era preciso mesmo a instituição pagar (na altura não havia subsídios, nem a intervenção do Governo), a solução então encontrada adequada para preservar a cantaria, dada a natureza da rocha que a compõe e da erosão.

No final dos anos 60, devido a circunstâncias que se passaram nas Flores, nomeadamente a construção do Hospital – que nessa altura reduziu drasticamente a dimensão do Convento, porque parte dele foi demolido para acertar com a construção do hospital – como tendências da altura, que entendiam que as cantarias deviam ser postas à vista, o que levou efectivamente à utilização de técnicas como jacto de areia para limpar as cantarias, conduziu a um processo de degradação acelerado que levou a que hoje, como consta do relatório, mais de metade da cantaria já não seja efectivamente cantaria, já não seja rocha, seja argamassa, seja cimento.

Podia-se também, e é um outro aspecto que aqui é versado, falar da falta de diálogo, da falta de auscultação de quem de direito.

O que fica demonstrado no ponto 9 é que mediante a contestação suscitada pelas cores – e parece-me que estamos a falar de cores – utilizadas, a Santa Casa, proprietária do imóvel, foi ouvida, a Câmara Municipal, o órgão responsável administrativamente pelo local onde se implanta o imóvel, foi ouvida e os cidadãos que quiseram pronunciar-se também tiveram essa oportunidade e foram ouvidos.

Opiniões, cada um pode ter as que quiser. Aos decisores exige-se a tomada de decisão.

Os decisores, em devido tempo, tomaram a decisão que nos pareceu a mais adequada. Essa decisão, e foi demonstrado aquando dos trabalhos da Comissão, foi, e há pareceres que também o confirmam, a mais acertada.

Quanto a soluções definitivas, nunca, nesta matéria, pode haver soluções definitivas e o próprio Governo, em resposta a um requerimento do PP, penso que em Março passado, já admitia que numa futura intervenção, porque as técnicas evoluem, porque os materiais evoluem, poderá obviamente ser encontrada outra solução, quiçá, menos “chocante” para os espíritos que não gostam do amarelo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda felicita os peticionários e as peticionárias por mais esta iniciativa cidadã dirigida a este Parlamento e que pretende que, de forma célere, seja restituído o aspecto anterior e normal à cantaria do Convento de São Boaventura. Sem qualquer prejuízo dos esforços de pretensão desta cantaria quanto à erosão salina, mas exactamente por respeito por esta iniciativa, pelo seu conteúdo, pela sua persistência e porque queremos tecer outro tipo de considerações a propósito ou suscitadas pelo Projecto de Resolução da autoria do CDS, que imediatamente a seguir discutiremos e que versa exactamente sobre esta matéria, guardaremos para esse momento outro tipo de considerações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira palavra obviamente vai para os cidadãos que, através desta petição, livremente expressaram a sua indignação colectiva, num movimento que foi de geração espontânea.

Registar também o excelente trabalho que a Comissão de Assuntos Sociais fez em relação à forma como tratou este assunto.

Os peticionários o que pretendiam e pretendem é que as cantarias pintadas de amarelo-ocre fossem reconsideradas pelo Governo Regional, porque essa decisão foi tomada – e friso bem aqui *tomada* – à revelia da população. Obviamente referir uma reunião de carácter público da qual ninguém teve conhecimento é manifestamente abusivo.

O amarelo-ocre não faz parte da estética arquitectónica dos edifícios de carácter religioso na Ilha das Flores. É um autêntico óvni em termos de edifícios de carácter religioso na Ilha das Flores.

É isto que está em questão. A idiossincrasia dos florentinos e aquela que é a sua identidade e a sua matriz cultural. Foi este facto que levantou esta onda de indignação.

É desleal dizer-se que a decisão foi partilhada e tomada numa reunião pública anunciada. A prova disso é que tanto a Sra. Provedora da Santa Casa da Misericórdia como o Sr. Presidente da Câmara, não sabem, nem se lembram de nenhum edital, de nenhum aviso, nem do seu teor, nem onde foram afixados. Compareceram na tal reunião porque, para o efeito, foram convocados ou convidados. É importante que isto fique aqui claro, porque obviamente houve uma tentativa do Sr. Director Regional da Cultura de onerar os florentinos por se terem demitido de participar nesta decisão. O facto é que a publicitação não foi bem feita.

Outra consideração que gostava de deixar aqui bastante clara é que, para nós, o que é prioritário e essencial, de facto, é que a preservação das cantarias do Convento de São Boaventura se faça, devido ao seu estado de degradação.

Cerca de 50% é, como já foi aqui dito, argamassa de cimento neste momento e o esforço de conservação está a ser feito. Desse ponto de vista, obviamente, achamos que o Governo Regional agiu bem.

A preocupação sobre a forma de preservar as cantarias deve incidir em dois factores, um técnico e o outro de sensibilidade identitária: o melhor produto, em termos de eficácia, do ponto de vista técnico, e a estética que melhor salvaguarda a identidade histórica do edifício e da comunidade em que ele se insere. Tudo o resto são *faits divers*.

Obviamente, tenho várias considerações a fazer à forma como este processo decorreu, nomeadamente às declarações que o Sr. Director Regional da Cultura fez e que são manifestamente infelizes, no nosso ponto de vista.

O Sr. Director Regional da Cultura invocou, para justificar o sucesso desta solução técnica, o Recolhimento de Santa Bárbara em Ponta Delgada, um argumento perfeitamente risível, do nosso ponto de vista.

A única semelhança que o Convento de São Boaventura e o Recolhimento de Santa Bárbara têm, em termos de solução, é a cor escolhida. De resto, a cantaria é diferente. O Recolhimento de Santa Bárbara não é traquito como o Convento de São Boaventura.

Segundo, os índices de pluviosidade são completamente diferentes de uma ilha para a outra.

O mais importante de tudo é que o Sr. Director Regional da Cultura aferiu o sucesso desta solução técnica alicerçado numa pintura que foi efectuada em Maio e tomou-se a decisão, em relação ao Convento de São Boaventura, em Outubro, ou seja, passados apenas 5 meses, sem que tivesse decorrido um inverno, sem que houvesse razões que permitissem sustentar com fiabilidade que esta era a melhor solução do ponto de vista técnico.

Outro *fait divers* é alegar que uma substância incolor ou de cor neutra iria deixar evidente que cerca de 50% da cantaria é argamassa de cimento. Obviamente que iria, da mesma forma que a solução encontrada deixa evidente. Qualquer pessoa olha para o edifício e vê o que é argamassa de cimento e o que é cantaria. Seja qual for a solução, essa parte não nos parece que seja resolúvel por essa via. Portanto, é mais um argumento que é um não argumento.

Outro argumento, que é um não argumento do nosso ponto de vista, é justificar que o recurso ao amarelo-ocre deriva do facto da cantaria ter estado caiada, ou seja, obviamente, branco. Justificar uma coisa com uma coisa diferente, não faz qualquer tipo de sentido.

A única razão que nos levou a inflectir a nossa posição (e pensamos que responsabilmente, no que fomos acompanhados, e o grande mérito do trabalho da comissão reflecte exactamente essa preocupação que todos acompanharam) tem a ver com o facto de que preconizávamos, e os peticionários preconizam nesta petição, o recurso a uma substância de cor neutra, que seriam obviamente produtos hidrofugantes, não é consensual entre os técnicos. Há técnicos especialistas que assumem que esta seria a melhor solução do ponto de vista técnico e há outros que dizem que não é.

Ora bem, entre os que dizem que não e os que dizem que é, são eles os especialistas. Se eles não se entendem nós temos o dever de decidir. Havendo este elemento de risco temos o dever de expurgar o risco e decidir da forma mais segura.

Devo recordar aqui uma coisa que a Sra. Provedora da Santa Casa da Misericórdia disse em Comissão que, no fundo, justifica aquela que pensamos que é a evolução que a Comissão teve e que esta Casa acabará por ter em relação a este assunto. Disse a Sra. Provedora da Santa Casa da Misericórdia que alguns idosos, quando visitam o seu gabinete no lar e vêem as fotografias do Convento de São Boaventura com a cantaria caiada, dizem: “eh, pá! Já não me lembrava que aquilo tinha sido assim!”. Um problema de memória.

É esta, Sras. e Srs. Deputados, a diferença entre memória histórica e História. A memória histórica é a cantaria exposta. Ela tem que ser preservada e do nosso ponto de vista deve ser preservada com recurso à História. Só conheceu duas fases na sua vida, pelo menos na sua vida conhecida: cantaria exposta e cantaria caiada, ou seja, ou foi cor de pedra ou foi branca. Não podendo ser cor de pedra, havendo o risco de utilização de substâncias neutras, achamos, e iremos propor na alteração que fizemos ao Projecto de Resolução que vamos discutir a seguir, que se opte pelo branco.

Muito obrigado.

Presidente: Não tenho mais inscrições. Assim sendo damos por encerrado este ponto da ordem de trabalho.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Muito bem, Sr. Deputado. Regressaremos às 16 horas e 50 minutos.

Eram 16 horas e 35 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Vamos continuar com a nossa Agenda seguindo-se o ponto 3: **Projecto de Resolução n.º 3/2011 – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que opte por uma solução técnica incolor para a preservação das cantarias do Convento de São Boaventura em Santa Cruz das Flores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Chamo a atenção da câmara, e hoje já foi distribuído, para que o proponente, como não podia deixar de ser ou como não poderia ser outro, apresentou uma proposta de substituição integral desta resolução, que será aquela sobre a qual penso ter interesse incidir a discussão e a respectiva votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP fez entrar nesta casa uma resolução que visava o mesmo objectivo da petição que acabámos de discutir há pouco, ou seja, que fosse abandonada a técnica que está a ser utilizada na preservação das cantarias do Convento de São Boaventura, em Santa Cruz das Flores, e fosse implementada uma solução que permitisse cumprir o propósito da preservação, mas mantendo a cor da cantaria tão próxima quanto possível da sua cor natural.

Dos trabalhos em Comissão resultaram várias conclusões, das quais uma foi preponderante para a alteração a que procedemos, que aqui colocamos à discussão e votação, e já a referi na discussão anterior: os hidrofugantes não reúnem consenso entre os especialistas. Como tal, há um elemento de dúvida e de risco que deve ser considerado e que está na base desta alteração que aqui propomos.

Não sendo desejável correr esse risco, atemo-nos à história do edifício que conheceu apenas duas fases: a cantaria exposta, que é a tal memória histórica de que falei há pouco, e a caiação, que é uma fase da história.

Assim, com esta alteração vimos propor que, na próxima intervenção a efectuar para a preservação das cantarias do Convento de São Boaventura, seja ponderada a questão identitária alicerçada na história, que passará obviamente

pela caiação das suas cantarias ou por outra opção que contemple a cor branca a aplicar nessas cantarias.

Embora esta questão não esteja explícita no corpo da alteração que aqui apresentamos, ela está implícita no segundo ponto da parte resolutive. É este o espírito da proposta de alteração que apresentámos, aliás, de acordo com a 11ª conclusão do relatório que acabámos de discutir relativamente à petição e que salvaguarda claramente esta questão de que o branco deve ser o objectivo, porque é essa a cor que corresponde a uma fase da história e deveria ter sido ponderada, quanto a nós, já nesta iniciativa de preservação das cantarias que decorreu agora e na qual se recorreu ao amarelo-ocre.

Nós teríamos preferido que a referência específica ao branco constasse no texto da iniciativa. Saímos da reunião da Subcomissão com a firme convicção de que essa referência específica não seria um obstáculo. Porém, tivemos que ir buscar consensos alargados que permitissem a aprovação da iniciativa porque para nós, obviamente, os interesses dos açorianos, e neste caso concreto dos florentinos que manifestaram a sua indignação, às centenas, em relação a esta situação, por várias vias esse interesse deve ser preservado, independentemente dos méritos ou deméritos político-partidários que se possam retirar desta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar a minha intervenção por reiterar, em nome da bancada do Bloco de Esquerda, os elogios feitos há poucos minutos, aquando da apreciação da petição sobre a cantaria do Convento de São Boaventura, ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Assuntos Sociais, embora sendo suspeita, porque também sou parte integrante dela. Também reafirmar que os comentários que vou tecer não pretendem de forma alguma pôr em causa nem o trabalho da sua Presidente, Deputada Catarina Furtado, cujas actividades de liderança, noutras comissões como nesta, tenho publicamente e aqui do meu

lugar elogiado e registado pela isenção e eficácia, e menos ainda o trabalho da Relatora, a Deputada Nélia Amaral, a quem já fiz pessoalmente elogios no sentido de dizer que os relatos feitos pela Sra. Deputada nunca por mim foram postos em causa e às vezes, confesso, prescindo-me de os ler, tal é a confiança na sua honestidade intelectual.

Deputada Nélia Amaral (PS): Agradeço!

A Oradora: A Sra. Deputada sabe isto e com certeza não me vai desmentir. Já o disse publicamente e já o disse a si.

Esta observação prévia é importante para aquilo que agora tenho para dizer.

Este Projecto de Resolução do CDS decorre de uma petição que acabámos de analisar e, no fundo, pretende muito justamente dar-lhe um enquadramento legal, para que as pretensões dos peticionários tenham resposta da parte do Governo Regional, particularmente da parte da Direcção Regional da Cultura.

Se lermos o ponto 11 das conclusões – aprovadas por unanimidade, à excepção do 10º ao qual se opôs o Sr. Deputado Paulo Rosa, membro da CAS, sobre esta matéria – ele é, quanto a mim, o ponto de ligação da petição para o Projecto de Resolução do CDS.

O que é que diz este ponto nº 11? Permito-me relê-lo e chamar a atenção dos Srs. Deputados para ele. Diz que:

Foi consensualizado que seria “inviável proceder-se à remoção imediata do produto aplicado sobre a cantaria e que a forma mais razoável de proceder à sua preservação sem ferir a susceptibilidade dos peticionários consistiria na aplicação do produto em causa, mas de cor que respeite a memória histórica do património religioso da ilha, designadamente a branca, aquando de uma próxima intervenção.”

Quando vamos agora para o relatório e parecer da Comissão de Assuntos Sociais, já relativamente ao Projecto de Resolução do CDS, na página 23, Capítulo V, Apreciação na Especialidade, diz (não vou ler o primeiro ponto, mas vou contar resumidamente):

Todos nós nos apercebemos em sede de Comissão que a pretensão de optar por uma cobertura incolor não colheria um consenso alargado, nem sequer era

garantia de preservação e, portanto, de eficácia, na pretensão desta intervenção de manutenção no Convento de São Boaventura.

Todos nos apercebemos disso, tal como nos apercebemos – e ainda há pouco o Sr. Deputado Paulo Rosa fez referência a isso – de que a memória histórica e a história do próprio Convento referem a cor branca, no caso a cal, mas dada a modernidade e o progresso de todos os produtos, hoje em dia pode ser outro produto qualquer que não a cal, mas de cor branca.

Eu sugeri e perguntei ao proponente em sede de comissão se estaria disponível para alterar o teor do seu Projecto de Resolução, no sentido de lá colocar que, primeiro, a intervenção ou a remoção do amarelo-ocre não seria imediata, porque também todos percebemos que de imediato nada seria removido, então passasse para a primeira necessidade de uma intervenção mais profunda sobre o imóvel; segundo, que fosse claramente dito que nessa altura se optasse por um produto que, dentro de uma animação cromática (expressão usada pelo Sr. Director Regional da Cultura quando ouvido em sede de Comissão), perdesse um pouco da sua animação e se resumisse ao branco.

A esta sugestão feita por mim, o Sr. Deputado Paulo Rosa disse que, dentro do princípio que o que interessava era respeitar a memória histórica, o gosto e a sensibilidade da população e garantir a preservação do imóvel, não se opunha a esta alteração do seu Projecto de Resolução.

Mais à frente a Sra. Presidente da Comissão retomou a disponibilidade manifestada pelo proponente para proceder à alteração da iniciativa e propôs que a alteração ao segundo ponto da resolução recomende que a opção pelo branco seja aplicada numa próxima conservação da cantaria em substituição do “imediato” agora proposto.

O Deputado Paulo Rosa colocou algumas dúvidas, é verdade, mas concluiu pela razoabilidade da proposta.

A conclusão desta apreciação na especialidade é:

“Assim, o Deputado Paulo Rosa manifestou disponibilidade para proceder à alteração da iniciativa no sentido de propor que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que numa

próxima intervenção de conservação da cantaria esta seja tratada com um produto de cor branca”.

Pelo que eu, talvez ingenuamente, saí da reunião da Comissão de Assuntos Sociais convencida de duas coisas:

1º - Que o proponente iria alterar o seu Projecto de Resolução;

2º - Que o que tinha sido consensual por uma larga maioria, senão por unanimidade, era que a intervenção não era imediata, era numa próxima oportunidade e a cor a ser utilizada, com qualquer produto que o progresso e a evolução nos tragam, seria de cor branca.

Antes de vir para este Parlamento fui confrontada por uma proposta de relatório, no caso da petição, da qual constava exactamente o ponto nº 1 da proposta de substituição agora trazida a este plenário pelo CDS.

Nessa oportunidade, dei a opinião que me era pedida sobre a apreciação solicitada, no caso pela Sra. Deputada Nélia Amaral como relatora, no que se refere àquela última conclusão, que é este ponto nº 1. Não concordei com ela. Disse, por escrito, que esta conclusão me parecia abusiva, porque não foi isso que teria saído do trabalho da Comissão, tanto quanto eu tinha entendido, pese embora a possibilidade de eu estar enganada. Estou convencida que não estou. Aliás, os documentos provam que não estou, mas poderia pôr essa hipótese.

Tanto mais que, como eu expliquei à Sra. Relatora, não fazia sentido apreciar a petição dizendo aos peticionários uma coisa, para cinco minutos depois apreciar um projecto de resolução que propunha exactamente uma coisa diferente daquilo que os peticionários pretendiam, ao que a Sra. Deputada Nélia Amaral, como Relatora, foi sensível e propôs que aquele último ponto fosse retirado das conclusões.

Óbvio, claro, transparente, perfeito!

Agora, Sras. e Srs. Deputados, deixem-me dizer uma coisa: acho que todos os Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares têm toda a legitimidade de fazer as concessões que muito bem entenderem no sentido de garantir a aprovação, no caso pela maioria, porque é isso que verdadeiramente está em questão, das suas iniciativas legislativas. Não me cabe a mim (longe de mim!)

pôr em causa essa legitimidade, mas essa legitimidade é exactamente igual à legitimidade dos outros grupos parlamentares de não aceitarem, nem compreenderem, esse tipo de cedências.

É por isso, Sr. Deputado Paulo Rosa, que pergunto duas coisas ao CDS:

1º - O que é que levou o proponente a alterar de tal forma o conteúdo do seu Projecto de Resolução que (deixe-me empregar este termo porque é assim que eu o sinto, Sr. Deputado) desrespeitou aquilo que foi consensual, de uma forma clara e claramente expressa e explícita pela Presidente da Comissão em sede de relatório? Por que o desvirtuou de tal maneira? É esta a primeira pergunta. Em nome de quê?

2º - Quem é que o obrigou a fazer isso?

Sr. Deputado, eu não acredito que depois da disponibilidade, da honestidade e da seriedade com que todos estivemos naquela comissão, onde todos tentámos encontrar uma resposta credível e que fosse minimamente ao encontro da legitimidade dos peticionários se indignarem contra o amarelo-ocre, o senhor tenha feito coro no sentido de ter concordado com tudo o que foi dito e, de repente, o Projecto de Resolução que aparece é exactamente uma coisa completamente diferente, pelo que “não bate a bota com a perdigota”.

Tenho muita pena, Sr. Deputado, de não poder votar favoravelmente este Projecto de Resolução, porque saí da Comissão de Assuntos Sociais convencida que todos iríamos votá-lo favoravelmente.

Devo dizer-lhe também, em abono da verdade, que aquilo que me apetecia era votar contra. Não o faço, não por conta do CDS, mas por respeito pelos peticionários e por respeito pela resposta que o CDS pretendeu dar, mas afinal não dá coisíssima nenhuma.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma curta intervenção para dizer que o PSD vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução, embora também reconheça que houve alguma alteração

naquilo que teria sido acordado e seria o resultado final e a redacção final deste Projecto.

De qualquer modo, não posso deixar de, nesta oportunidade, saudar o CDS/PP pela apresentação deste Projecto de Resolução, pelo mérito que o mesmo teve, ou tem, de procurar, digamos assim, responder a uma preocupação legítima da população ou de uma parte da população de Santa Cruz e da Ilha das Flores.

Aquilo que me parece essencial em toda esta história, digamos assim, é efectivamente algo que repetidas vezes tem sido posto em evidência e em relevo em muitas das tomadas de decisão e que é efectivamente a falta de participação e de envolvimento daqueles a quem estes processos dizem respeito. É óbvio que, em todo este processo, quer no momento das audições, quer nos contactos que fizemos (e eu próprio fiz com a população), se é verdade que há quem concorde com a solução encontrada, não é menos verdade que também há um conjunto significativo de pessoas que é e foi crítico da solução que foi encontrada para a pintura do Convento de São Boaventura.

Já vimos aqui, repetidas vezes, alguém afirmar que os pareceres iam efectivamente ao encontro desta solução. Isso, como os Srs. Deputados sabem, particularmente os que participaram na Comissão, não é rigorosamente verdade, porque o próprio parecer da Ordem dos Arquitectos dizia que havia outras soluções alternativas.

Nestas matérias, acho, e sou sempre de opinião, que, tanto quanto possível, devemos respeitar a herança histórica de um bem cultural como é este, que é particularmente apreciado pelos florentinos.

De qualquer modo, chegados a este momento, penso que a questão essencial que agora se coloca é justamente aquela que eu aqui sublinhei: esta petição teria sido evitada se houvessem mais envolvimento e se se deixasse que as entidades interessadas em todo este processo, designadamente a própria população, se envolvesse.

Como aqui o Sr. Deputado Paulo Rosa evocou, foi uma decisão tomada à revelia da população. Eu não diria que foi de toda a população, porque também reconheço que houve alguma comunicação relativamente a isto, mas não sei se

houve empenhamento e vontade suficientes para garantir o envolvimento dos interessados. O que é facto é que, e isso ficou claro, houve aqui uma espécie de super-défice de participação pública, não tenho qualquer dúvida acerca disso.

De qualquer modo, também não gostaria de terminar sem aqui registar o trabalho empenhado que a própria comissão fez, designadamente com a supervisão da Sra. Presidente, e registar a evolução e o próprio reconhecimento do Partido Socialista por esta solução, o que prova, neste caso – e acho que isso é particularmente relevante –, que o próprio Partido Socialista, quando o próprio Governo ou alguma entidade ligada ao Governo, e neste caso assim aconteceu, optou por aquela que não foi a melhor solução, foi capaz de “dar a mão à palmatória” e escolher ou acordar a solução que penso que foi a mais adequada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma nota prévia, que é um esclarecimento, à Sra. Deputada Zuraida Soares. Sem prejuízo de todos os outros considerandos, V. Exa. começa por um equívoco, é que este Projecto de Resolução não dá resposta à petição.

Deputada Zuraida Soares (BE): Dá a possível!

O Orador: Não dá por uma razão cronológica. É que este Projecto de Resolução deu entrada nesta casa antes de ser apresentada a petição. Como a petição, ao que parece, é espontânea...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... parece-me difícil que em Janeiro se conhecesse uma espontaneidade que só aconteceu em Fevereiro. Há qualquer coisa aqui que não bate certo na contagem dos dias, mas V. Exa. irá certamente esclarecer-nos, convictamente, em próxima intervenção.

Vamos à questão que aqui nos traz.

A análise desta iniciativa leva-nos a retirar grossomodo duas conclusões:

A primeira é de que neste processo o proponente (e isto quanto a nós é um erro) evoluiu da tese para a hipótese e à medida que as hipóteses não foram confirmando a tese teve que ir evoluindo ou “involuindo” nas suas posições, conforme se queira.

Isto é fácil de explicar.

No requerimento de 24 de Janeiro, subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Rosa, não havia dúvidas. Estávamos perante um atentado ao património, uma “ignomínia inaceitável e terrorismo cromático” – citei.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Existe essa palavra?

O Orador: Ignomínia inaceitável, é uma questão de consultar os documentos.

Já no Projecto de Resolução, apresentado alguns dias depois, a adjectivação acalma e acaba por reduzir a questão essencial a que “se opte por uma solução técnica incolor”. Mas continua a evolução. Depois das audições, depois de todo o trabalho efectuado pela comissão, o que temos é um conjunto ainda maior de contradições, porque, por um lado, afirma-se que o “recurso a substâncias hidrofugantes iria ao encontro daquela que é a estética dominante na Ilha das Flores, permitindo simultaneamente a almejada preservação das cantarias do imóvel em questão”.

Mas logo a seguir, diz-se:

“Porém, após várias consultas a técnicos da área, não foi possível aferir com segurança se o recurso a hidrofugantes é a melhor solução do ponto de vista técnico”.

Em que é que ficamos? É ou não é?

Depois acaba por afirmar, e bem: “a sua preservação é prioritária e deve ser equacionada em parceria com o proprietário do imóvel e com base nos diversos registos existentes e memória dos locais.”

Mas o proprietário do imóvel, que para o caso e para esclarecimento é a Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores, foi ouvido e manifestou concordância, depois de esclarecido, com a solução. Até achou que o amarelo-ocre vinha ao encontro, digamos, da “pratária” da Santa Casa.

O que é que temos mais a dizer relativamente a esta matéria?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga qualquer coisa, porque ainda não disse nada!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: O Sr. Deputado a seu tempo há-de lá chegar, também.

Temos que concluir daqui que, porque partiu da tese para a hipótese, porque ao longo dos tempos se foi vendo que ao fim e ao cabo a solução encontrada era uma solução tecnicamente fundamentada e – e aí o PP evolui nesse sentido – absolutamente necessária, aquilo que para o PP era absolutamente inatacável e inquestionável, que era que a solução dos hidrofugantes era a solução mágica que tudo resolvia, o PP acabou por chegar a este ponto a que chega com o Projecto de Resolução.

A segunda conclusão que somos levados a tirar é que neste momento temos nos Açores uma direita nova. Temos aquilo que se pode apelidar de uma direita surfista, em contraponto com uma certa esquerda que eu agora não vou apelidar.

O que interessa agora para a direita é, independentemente da razoabilidade das coisas, logo à partida e o mais rapidamente possível, cavalgar a onda de uma qualquer contestação.

Obviamente que depois corre-se o risco de chegar à conclusão que a precipitação, seja nas pinturas ou seja nos pepinos, às vezes é má conselheira e leva-nos a situações deste tipo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a falta de solidariedade também é má conselheira!

O Orador: Em quaisquer circunstâncias há uma coisa que registamos: a evolução e a aproximação à realidade por parte do CDS/PP.

Obviamente que não podemos deixar de registar essa evolução e aproximação à realidade e, ao contrário do que acontece com o Bloco de Esquerda, para o Partido Socialista, nos termos em que o Projecto de Resolução é apresentado, com a alteração, ele vai merecer o nosso voto favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da longa intervenção do Sr. Deputado Herberto Rosa eu chego à conclusão que afinal o surfista é o Sr. Deputado.

O Sr. Deputado não concorda com nada do que lhe é apresentado e vota a favor.

Deputados Lizuarte Machado e Herberto Rosa (PS): E o Sr. Deputado não percebeu nada!

O Orador: Não, não!

Isso historicamente corresponde a um comportamento surfista.

O Sr. Deputado teve aqui, e desculpe esta expressão popularucha, uma cena de ciúmes, porque o Projecto de Resolução do CDS vai ao encontro daquela que era a interpretação da população. De facto, vai acabar por resolver o problema. Por isso é que o Sr. Deputado diz que vai votar a favor. Acaba por resolver o problema.

Nesse sentido, depois de terem arredado o assunto, ter andado aí à volta e em círculos, o Sr. Deputado não chegou a sítio nenhum.

De facto, o que eu considero e a apreciação que eu tenho é que o CDS correspondeu àquela que é a expectativa da população.

Também tive oportunidade de recolher o testemunho das pessoas. As pessoas não concordavam com uma intervenção deste tipo.

Temos aqui uma solução que irá permitir, a médio prazo, resolver o problema assim que seja realizada uma nova intervenção. É tão simples como isto.

Tudo o resto foi subterfúgios, foi tentar esconder a incapacidade do Sr. Deputado em dar uma resposta ao seu eleitorado logo na altura, que deve ter ficado indignado e deve ter tido oportunidade de lhe dizer que não concordava. O Sr. Deputado não conseguiu inverter essa situação e agora está com ciúmes do Sr. Deputado Paulo Rosa que faz uma intervenção que leva o seu partido a votar a favor. É tão simples como isto.

O Partido Popular Monárquico votará a favor deste Projecto de Resolução, porque consideramos que é uma opção sensata e que acabará, a médio prazo, por resolver um problema de uma intervenção desastrosa que o Governo realizou nas Flores e que vai ser corrigida a médio prazo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Como não poderia deixar de ser, começo por si.

Apelidou esta direita de direita surfista, que funciona em contraponto com uma certa esquerda desonesta, representada aqui pelo Sr. Deputado, que é já claramente um *outsider* nesse Grupo Parlamentar, porque faltou ao respeito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que fez um excelente trabalho em relação a este Projecto de Resolução.

Deputado Berto Messias (PS): Mas que conversa é essa?

O Orador: Obviamente que o seu comportamento é profundamente lamentável. É tudo o que lhe posso dizer.

Em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares, eu queria apenas colocar duas questões.

Obviamente que o histórico anda muito próximo daquilo que aqui elencou.

Deputada Zuraida Soares (BE): Menti?

O Orador: Não mentiu, mas, Sra. Deputada, às suas perguntas eu posso responder com outras.

O que é que a Sra. Deputada depreende deste ponto 2 da parte resolutiva do Projecto de Resolução, nomeadamente a parte que fala da hipótese de se alterar a cor das cantarias no sentido de ir ao encontro da história do edifício? Qual é a história do edifício, Sra. Deputada? De que cor era o cavalo branco de Napoleão?

Deputada Zuraida Soares (BE): Era branco!

O Orador: A segunda questão que tenho para lhe colocar era se nunca alterou substancialmente nenhuma iniciativa no sentido de obter a sua aprovação pela maioria?

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não respondeu às minhas perguntas!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares. Tem dois minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou correr, mesmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Registo que o Sr. Deputado Paulo Rosa não respondeu a nenhuma das perguntas que lhe fiz.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Nunca respondo!

A Oradora: O Sr. Deputado Herberto Rosa fez-me uma pergunta que não me era dirigida seguramente. Passou aqui, mas era para ser feita directamente ao CDS, mas vou dar-lhe uma ajuda na resposta.

Na primeira versão do Projecto de Resolução do CDS, o ponto 1 dizia:

“Abandone de imediato a técnica que está a ser utilizada para a preservação das cantarias do Convento de São Boaventura, em consideração pelas muitas centenas de cidadãos residentes ou com algum tipo de ligação afectiva à Ilha das Flores, ...”

Deputado Herberto Rosa (PS): Qual é a data?

A Oradora: Sr. Deputado, eu não sou da PJ, não sou da Polícia Judiciária. Só lhe estou a dizer é que a interpretação que fiz, Sr. Deputado, está fundamentada aqui, por aquilo que eu acabei de ler e que não é desmentível.

A seguir há um equívoco gravíssimo, é que esta última versão do CDS, com todas as desculpas pela minha incapacidade de compreensão, não vai ao encontro, de maneira nenhuma, da pretensão dos peticionários. Vai ao encontro da pretensão do Governo Regional e do Partido Socialista.

Aquilo a que vai ao encontro é, numa próxima intervenção, volte-se novamente a pôr a paleta de animação cromática, vamos outra vez perguntar ao dono do imóvel, à autarquia, ao Presidente da Câmara, ao Presidente da Junta, que cor é

que afinal tem, quando nós, em sede de Comissão, fruto do trabalho de reflexão, de debate e de argumentação que tivemos, tínhamos chegado à conclusão de que a cor só podia ser branca. E o Sr. Deputado não me desmentiu na história que aqui contei.

Esta segunda versão do CDS, Sr. Deputado, na nossa opinião, não vai ao encontro dos peticionários, ao contrário da primeira versão que ia, sim senhor.

Vai ao encontro da pretensão do Governo Regional e do Partido Socialista. Talvez não seja por acaso que a maioria o vai votar favoravelmente, quando tudo indicava que, na versão primeira, isso não aconteceria.

Não temos nada contra isso. Só estamos a justificar, por que é que nos abtemos neste último Projecto de Resolução, quando a nossa intenção era votá-lo favoravelmente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Rosa:

Muito frontalmente, eu não lhe reconheço autoridade para me apelidar de esquerda desonesta. Eu tenho certamente muitos defeitos, não terei certamente nenhuma virtude. Desonestidade é coisa que eu não admito que me atribua, porque certamente é um defeito que eu não tenho. E vou dizer-lhe porquê. Porque aquilo que eu afirmei, a cronologia que fiz, o relato do processo que eu enunciei não foi, nem numa vírgula, questionado por V. Exa.

V. Exa. para me acusar de desonestidade tem a obrigação moral de apontar quais foram as desonestidades que eu cometi. V. Exa. nem por um segundo se deteve nessa matéria.

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu não lhe fiz nenhuma pergunta. Eu fiz uma afirmação, prestei-lhe um esclarecimento. Foi isso que eu fiz.

O esclarecimento que quis prestar previamente, na sequência da sua intervenção, foi de que V. Exa. estava a laborar num equívoco, porque não era possível afirmar, se se tivesse em conta o registo de entrada nesta casa. O que

V. Exa. devia concluir era outra coisa, era que a tal iniciativa de geração espontânea de Fevereiro, já era total e previamente conhecida em Janeiro. Isto é outra coisa e leva-nos à espontaneidade, às tais manifestações espontâneas devidamente organizadas, de que já ouvimos falar.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, e para terminar, V. Exa. tem uma característica que me comove, é que V. Exa. não consegue entender coisa nenhuma daquilo que eu digo e isto comove-me, entenece-me e preocupa-me.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas o problema é de quem?

O Orador: O defeito é todo meu...

Deputado Mark Marques (PSD): Ah!

O Orador: ... e eu não sei que mais hei-de fazer para o esclarecer.

Deputado Mark Marques (PSD): Se falar menos e disser mais!

O Orador: De qualquer modo, digo-lhe que o que eu fiz foi o seguinte:

Comecei no percurso deste processo para dizer que se não concordávamos com os pressupostos de partida, estávamos de acordo com as condições à chegada, por isso é que íamos votar favoravelmente. Entendeu agora ou é preciso fazer um desenho, Sr. Deputado?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, apesar do interesse do tema e das eventuais paixões que ele manifestamente possa suscitar, eu faria um apelo a alguma moderação de linguagem por parte de todos os debatentes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Indo exactamente na esteira do apelo de V. Exa. queria dizer o seguinte:

Nós nunca nos inibimos, enquanto grupo parlamentar, de entendimentos, quer com o PS, quer com os outros partidos aqui presentes (já fizemos vários), quando esse objectivo é servir os Açores e os açorianos.

Às vezes prescindimos de algumas diligências que fazemos, justamente quando é possível atingir um consenso.

Foi isso que este grupo parlamentar fez hoje, na pessoa do Sr. Deputado Paulo Rosa e na pessoa da Sra. Deputada Catarina Furtado, por parte do Partido Socialista.

Quando há entendimentos entre duas forças políticas, em que da nossa parte o objectivo era conseguir que pelo menos aquela situação fosse corrigida, obviamente tendo em atenção que pôr um jacto de areia sobre aquela tinta era impossível hoje, fica pelo menos salvaguardado que no futuro a memória histórica e a História serão corrigidas.

Não aceitamos que se venham fazer comentários e se usem argumentos que, outrora usados, no presente já não servem, para disfarçar frustrações ou incapacidades que às vezes têm com o seu próprio eleitorado.

O que reafirmamos aqui é a seriedade de um entendimento, é a seriedade de uma cedência em favor do interesse dos Açores e dos açorianos.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Quem vai fora desse caminho e vem fazer a politiquice e a birrinha política, como foi aqui feita, vai no caminho contrário ao entendimento que tantas vezes é pedido pelo Governo, pelo Partido Socialista e por todos nesta casa.

Quem vem fazer a birrinha política faz mal, vai contra o entendimento. É um péssimo exemplo para a democracia, é um péssimo exemplo para a convivência democrática nesta casa. Sobre isso estamos conversados e sobre isso, Sr. Presidente, não temos rigorosamente mais nada a dizer. Estes actos classificam quem os toma, estas atitudes adjectivam quem as toma...

Deputado Berto Messias (PS): Concretize!

O Orador: ... e quem aqui veio acusar que no passado o CDS cedeu.

Cedeu, sim senhor. Cedeu com um objectivo, o interesse público, embora o interesse público não seja imediato, mas é de futuro e é preciso ter visão para isso.

Por isso lamentamos profundamente as atitudes do Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Quando dizemos, dizemos com toda a propriedade e autoridade, Sr. Deputado, como a que o senhor usa com o cargo que está investido. É exactamente a mesma.

Aqui trata-se de considerações políticas e nunca pessoais, como o Sr. Deputado entende e que nunca seriam feitas pessoalmente a seu respeito.

É uma atitude política que nós criticamos e reiteramos.

Em nome do Grupo Parlamentar do PS, para nós, o assunto está encerrado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, indignou-se V. Ex.^a porque o CDS também fez aqui um entendimento com o PS para aprovar...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não! Seja verdadeiro!

O Orador: Foi o que a senhora disse aí, que o CDS, se fosse...

Deputada Zuraida Soares (BE): Primeiro saíram umas soluções e depois outras!

O Orador: Sra. Deputada, vou mostrar-lhe um Projecto de Decreto Legislativo seu...

Deputada Zuraida Soares (BE): Preferia que lesse a proposta que fiz em sede de comissão!

O Orador: ... e sobre esse projecto vou mostrar-lhe o que a senhora cedeu para ele ser aprovado.

Exposição de motivos: um, dois, três, quatro, cinco parágrafos foram à vida.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso o que é?

O Orador: É um Projecto de Decreto Legislativo Regional que V. Exa. fez aqui, que dizia respeito ao Projecto de Decreto Legislativo Regional “Bolsa regional aos estudantes do ensino superior”, em que V. Exa. alterou totalmente o seu Projecto de Resolução para chegar a um entendimento...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não!

O Orador: ... que fosse favorável aos estudantes. Até o objecto do diploma foi alterado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não!

O Orador: Está aqui, Sra. Deputada (aqui, aqui e aqui).

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é demagogia da pior!

O Orador: Até o objecto foi alterado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Para desilusão já chega uma! Agora outra?

O Orador: Sra. Deputada, a senhora fica muito zangada quando há um entendimento, mas a senhora alterou totalmente o seu Projecto de Decreto Legislativo Regional, e bem. Nós concordamos com isso...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não, não!

O Orador: ... porque o objectivo era melhorar o sistema de incentivo e de bolsas.

A senhora prescinde de considerandos que tinha aqui.

Deputada Zuraída Soares (BE): E o senhor prescinde da verdade!

O Orador: A senhora prescinde da verdade no seu diploma.

Deputada Zuraída Soares (BE): O Sr. Deputado não está a falar a verdade!

O Orador: Vou ler-lhe um considerando que tinha aqui: “Os níveis de desemprego continuam altíssimos na região, tendo mesmo atingido o seu recorde.”

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos voltar ao objecto do nosso debate.

O Orador: Eu estou no objecto das iniciativas...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não está, não!

O Orador: ... legislativas e eu explico, Sr. Presidente, se me der licença.

A Sra. Deputada acusou-nos de termos prescindido de alguns considerandos ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não foi isso que disse!

O Orador: ... no nosso Projecto de Resolução.

Eu estou exactamente a provar que a Sra. Deputada fez o mesmo, por isso tenho que recorrer-me da substância, onde ela abdicou de verdades universais (quando reafirma e reitera aqui todos os dias e todas as horas), nomeadamente a nível do desemprego. A Sra. Deputada prescindiu que ficasse no preâmbulo do Projecto de Decreto Legislativo Regional. Sobre essa matéria, Sra. Deputada, também estamos conversados.

Deputada Zuraída Soares (BE): Já fez o comício? Está satisfeito?

O Orador: Vou dizer-lhe mais uma coisa: o seu líder nacional...

Deputada Zuraída Soares (BE): Oh! Faltava o meu líder nacional!

O Orador: ... já perdeu um bocadinho o topete da moral e fez os arrependimentos.

Fique a saber que sempre que for para a defesa dos açorianos e para o interesse público, entendemo-nos com quem quer que seja, até com o Bloco de Esquerda, como já chegámos a fazer.

Deputada Zuraída Soares (BE): E nós consigo, Sr. Deputado!

O Orador: Claro!

Muito obrigado.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos, Sra. Deputada.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Vou defender a honra, se o Sr. Presidente me permite.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): É mais a do Louçã...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a primeira vez que o faz!

A Oradora: É verdade, mas de vez enquanto um bom pretexto... Escuso-me de ficar à espera do meu líder nacional, porque provavelmente não entrará, a nenhum momento, por nenhuma destas portas.

Gostaria de esclarecer o Sr. Deputado Artur Lima que está bastante confundido.

Primeiro, eu não acusei ninguém dentro deste plenário. Eu li conclusões de um relatório que não foi feito nem assinado por mim e que o Sr. Deputado Paulo Rosa não desmentiu.

Portanto, o senhor não vem fazer demagogia com aquilo que eu aqui afirmei – primeiro ponto.

Segundo ponto: eu disse que todos os partidos têm legitimidade de fazer os acordos que muito bem entenderem, como é tão legítimo os partidos (outros) concordarem ou não com esses acordos.

Diz o Sr. Deputado que tudo o que seja a favor das pretensões dos açorianos terá todos os consensos.

Eu disse e repito, esta última versão do Projecto de Resolução do CDS garante a aprovação pela maioria, mas não garante nenhum tipo de pretensão dos tais

peticionários que fazem parte do povo açoriano, para quem o Sr. Deputado está sempre disposto a negociar.

Dão resposta ao PS e ao Governo Regional. Não dão resposta aos peticionários. Quanto a esse “coelho da cartola” que o senhor tirou do Decreto Legislativo Regional, digo-lhe que há uma diferença muito grande e digo qual é.

Uma coisa é um partido ter uma proposta com um objectivo, outro partido ter uma proposta com o mesmo objectivo e tentarem conciliar e complementar uma e outra em favor das pessoas. Repito, Sr. Deputado: em favor das pessoas!

Outra coisa é alterar um Projecto de Resolução, não em favor das pessoas, porque elas não tiveram resposta às suas pretensões, nem à cor, nem ao *timing*, mas a favor da mera votação favorável.

Isso, além de demagógico, Sr. Deputado, não é assim tão aconselhável como o senhor quis fazer crer.

Espero que o seu líder nacional possa entrar a qualquer momento pela porta, para não perder este momento entre o Bloco de Esquerda e o CDS.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Registo, se não me falha a memória, que pela primeira vez a Sra. Deputada Zuraida Soares recorre aqui à figura da defesa da honra, embora eu não tenha percebido onde é que eu ofendi a honra da Sra. Deputada, porque efectivamente não o fiz.

Apenas me limitei a citar um exemplo, a apontar e a provar um exemplo de entendimento...

Deputada Zuraida Soares (BE): Demagógico!

O Orador: ... entre o Bloco de Esquerda, sempre tão avesso a esses entendimentos, com a maioria. Apenas especifiquei, fundamentei.

Sra. Deputada, sinceramente, com todo o direito de se sentir ofendida (é legítimo que se sinta ofendida), eu não percebo onde é que a ofendi e por que é que a ofendi.

Sra. Deputada, quanto a demagogia...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não sou eu que levo a palma!

O Orador: ... a senhora não leva a palma...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não levo não!

O Orador: ... leva o troféu, em ombros. Leva o altar!

Acho que em demagogia, o Bloco de Esquerda, quer nacional, quer regional, é o campeão. Portanto, não vale a pena responder-lhe sequer a mais a alguma coisa.

O que fica provado é o seu incómodo...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não!

O Orador: ... em ter sido, e permita-me usar a expressão, “apanhada na canadinha” ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Oh!

O Orador: ... da sua demagogia que, por vezes, não calha e é apanhada. Portanto, aconteceu!

Temos pena, Sra. Deputada!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não tenha!

O Orador: Mas às vezes acontece.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

O senhor ficou zangado de eu lhe ter chamado a atenção das suas contradições. Depois disse que eu não percebia.

Acho que tenho demonstrado, ao longo da minha vida e de acordo com o meu currículo, que percebo, quando me explicam. Se eu não percebi foi porque houve pessoas que me explicaram mal. Isso é normalíssimo. Há pessoas que explicam mal as coisas.

Agora acho, Sr. Deputado, que em termos de currículo, já demonstrei que percebo bem as coisas.

Deputado Herberto Rosa (PS): Eu expliquei e assumi isso!

O Orador: O Sr. Deputado não demonstrou tanto como eu demonstrei. Portanto, quem lhe faz o desenho sou eu, Sr. Deputado, e eu fiz-lhe este desenho.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Presunção e água benta, cada um toma a que quer!

O Orador: Olhe, aqui está o amarelo e aqui está o branco. O que acontece é o seguinte:

Amarelo é como o Governo deixou o monumento.

Presidente: Sr. Deputado, de animação cromática já temos que chegar.

O Orador: A branco é como vai ficar depois do Projecto de Resolução do CDS. Veja bem!

Espero que o Sr. Deputado tenha percebido o desenho que eu lhe fiz. Dei-lhe uma ajuda e foi de boa vontade, acredite, Sr. Deputado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu sei que o assunto é deveras importante, mas creio que, como já provámos em coisas também importantes, somos capazes de discutir com elevação, com vivacidade, mas sem ultrapassarmos aquela moderação, aquele meio-termo, que acho que convém e que se exige.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gasto 30 segundos, porque não podia deixar de pedir a palavra neste debate depois das afirmações do Sr. Deputado Artur Lima sobre a postura desta bancada e de deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Nesse âmbito, não posso deixar de dizer, a si e a esta câmara, que tem sido apanágio deste Grupo Parlamentar, naturalmente, estar disponível para falar com todos os grupos parlamentares sobre as mais variadas matérias e para, se assim for possível, conseguir consensos nos mais variados assuntos.

Sempre assim foi, assim é e assim continuará a ser!

Portanto, não podia deixar de participar neste debate para referir isto, depois das suas afirmações.

Para terminar, devo dizer também (e o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa saberá com certeza defender-se muito bem dos ataques que lhe são feitos e eu não tenho naturalmente de defendê-lo, porque ele saberá fazê-lo) que a intervenção do Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa foi correcta, foi leal, foi uma análise política e efectiva de todos os acontecimentos relacionados com esta questão.

Portanto, a reacção desenquadrada veio da sua bancada quando se referiu a este Grupo Parlamentar como esquerda desonesta.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Isso, naturalmente, eu não posso admitir.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): E faz muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

De uma forma muito rápida, só para deixar esta nota ao Sr. Deputado Artur Lima.

Penso que não é preciso repeti-lo, porque V. Exa. entendeu perfeitamente, mas de qualquer modo vou repeti-lo mais uma vez:

O que eu fiz, e faria sempre em idênticas circunstâncias, foi obviamente analisar a iniciativa, elencar o percurso da mesma e fazer os julgamentos, relativamente a esse percurso, que entendi por bem, do ponto de vista político.

Volto a reiterar que a iniciativa do CDS/PP foi precipitada e está provado que o foi. Aliás, o próprio PP reconhece que foi precipitada quando diz na proposta de alteração que “após várias consultas a técnicos da área não foi possível aferir com segurança se o recurso a hidrofugantes é a melhor solução do ponto de vista técnico...”.

Tanto é verdade que o PP se precipitou na apresentação do Projecto de Resolução...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... que acordou, perante os factos e depois de analisado o processo exaustivamente, em alterar os seus pressupostos e os seus objectivos, aliás, coisa que já aconteceu muita vez nesta casa. Não é isso que está em causa.

O que está em causa foi o processo que nos trouxe até aqui.

No meu entender, se tivesse havido, à partida, mais ponderação, mais algum cuidado em saber dos quês e dos porquês, provavelmente já na versão original o Projecto de Resolução estaria de forma a ser aprovado por esta bancada, sem necessidade de ser alterado.

Daí a acusar-me de esquerda desonesta e de ter faltado ao respeito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, minha colega de bancada, vai uma distância que obviamente não posso de forma alguma aceitar. Foi isto que se passou e é isto que quero deixar bem claro.

Penso que não há mais nada a dizer sobre o assunto.

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP tinha deixado claro, na discussão da petição, que iria dar apoio a este Projecto de Resolução do CDS/PP, designadamente nesta versão negociada, por entender que esta versão é a melhor solução para o problema que entretanto se colocou.

Se não tivesse sido substituída o PCP abster-se-ia, na versão inicial, porque, ao contrário do que se fez crer em determinada altura, a opinião dos florentinos está profundamente dividida relativamente a esta questão. Não sei se é maioritária, se não é, mas está profundamente dividida relativamente a esta questão.

Julgo que a primeira versão que o CDS nos trouxe aqui era uma versão que de alguma maneira procurava satisfazer um determinado movimento de opinião nas Flores, embora de uma forma acrítica.

Não fazia intenção de intervir na discussão deste ponto, uma vez que tinha deixado clara a posição do PCP, mas há aqui uma questão que fez com que eu viesse a terreiro. É que a atitude do CDS/PP não é admissível na forma como esgrimiu aqui alguns argumentos à volta desta questão.

De facto, é profundamente demagógica a forma como o Deputado Artur Lima veio trazer a questão relativamente à Deputada Zuraida Soares e ao Bloco de Esquerda.

Socorrendo-me da sua doutrina, Sra. Deputada, uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): É o que eu costumo dizer!

O Orador: É verdade, Sr. Secretário. Também acho que sim.

Sr. Deputado Artur Lima, o problema dos entendimentos parlamentares não está colocado em causa.

O PCP já apoiou os projectos da direita radical...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Da extrema!

O Orador: Da extrema-direita radical!

... assim como aprovou da direita liberal, da social democracia...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Quem é a social democracia?

O Orador: É esta bancada.

... assim como tem aprovado e feito entendimentos com o Bloco de Esquerda.

Isso, Sr. Deputado, faz parte da liturgia parlamentar.

Vir o senhor para o plenário com essa treta...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Treta não faz parte da liturgia parlamentar!

O Orador: ... pelo amor de Deus, Sr. Deputado! Isso é demagogia e não é aceitável. Não é a primeira vez que o senhor tem essa atitude e isso não é aceitável, Sr. Deputado. Não é aceitável que o senhor argumente dessa maneira. Quando lhe falham os argumentos substantivos, o senhor dedica-se a exercícios de demagogia que só lhe ficam mal, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado, na liturgia parlamentar os fiéis não costumam usar a palavra treta, para seu esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por agradecer todos os elogios que me foram dirigidos enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Acho que tentamos todos fazer o nosso melhor e um bom trabalho dentro da comissão.

Pedi a palavra para esclarecer, dentro do que me compete enquanto Presidente, que no trabalho que a Comissão fez, e em Subcomissão, nas Flores, tentou-se ouvir, e ouviu-se, o proprietário e o Sr. Presidente da Câmara. Fez-se, como a Sra. Relatora muito bem explanou aqui aquando da petição, uma série de diligências no sentido de termos o máximo de informação possível para esta matéria.

A verdade é que ao fazermos isso chegou-se à conclusão, nos trabalhos, que o PP tinha percebido que o que pedia no seu Projecto de Resolução inicial não era viável, e isto foi bem explanado aqui pelo Sr. Deputado Herberto Rosa.

Tenho desde já a dizer que não me ofendi nem me senti desrespeitada pelas intervenções do Sr. Deputado Manuel Herberto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é ainda pior do que eu pensava!

A Oradora: Não. Deixe-me explicar.

Partindo da informação recolhida, vimos que a solução inicial que os senhores desejavam não era a possível.

Vimos que o que era pedido na petição, era restituir o aspecto anterior, sem qualquer prejuízo dos esforços de protecção desta cantaria, quanto à erosão salina, que também exigiam que a cantaria fosse coberta.

Chegou-se, Sra. Deputada Zuraida Soares, a uma situação que me parece bastante consentânea com o que foi discutido na Comissão.

Num primeiro ponto, o PP diz que “numa futura intervenção seja previamente ponderado mediante consulta formal ao proprietário, aos órgãos de

administração local, freguesia e município de Santa Cruz, o tratamento cromático a executar”. Repito: o tratamento cromático.

Em nenhum momento diz que não pode ser o branco.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é verdade!

A Oradora: Não fica de fora o branco.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não foram essas as conclusões!

A Oradora: Na larga discussão que quisemos que acontecesse, não fica de fora, para além de que, depois, o branco não fica fora da hipótese no normal, ou no cair, ou no aspecto que vem exactamente no segundo ponto, que é a questão de ir ao encontro e que seja ponderada...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas não foi essa a conclusão, não foi esse o seu discurso. É fora da comissão, não na comissão!

A Oradora: Isto é o evoluir do que foi, mas é um projecto de substituição.

Queria clarificar que quando o Sr. Deputado Artur Lima fala no entendimento existente entre mim e o Sr. Deputado Paulo Rosa, ele existiu, ele aconteceu, não enquanto Presidente da Comissão, mas enquanto Deputada do PS nesta casa.

Este entendimento que aconteceu, esta procura de um consenso que foi exactamente ao encontro de todo o trabalho diligenciado em Comissão, foi feito não enquanto Presidente da Comissão, porque aí acho que tenho primado pela isenção, como me elogiou a Sra. Deputada Zuraída Soares, mas enquanto Deputada do Partido Socialista nesta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tenciono perpetuar esta discussão indefinidamente. Queria apenas fazer algumas referências, na esteira do apelo que o Sr. Presidente fez, ao que aqui foi dito por alguns deputados. Por outros vou obviamente abster-me de o fazer, porque estamos conversados.

Sra. Deputada Catarina Furtado, considero que a sua intervenção foi clarificadora e extremamente construtiva. Teve esse mérito.

Queria apenas fazer uma correcção. A Sra. Deputada afirmou que o CDS/PP concluiu que o que pretendia anteriormente não era viável.

A questão não é essa. O CDS/PP não chegou à conclusão de que não era viável. O CDS/PP chegou à conclusão de que havia um factor de risco que a prudência aconselha a que não se corra. Foi tão simples como isso.

O Sr. Deputado Aníbal Pires falou da satisfação de um movimento de opinião, ou seja, faz-me lembrar um pouco o argumento do surfista.

Srs. Deputados, sejamos claros: nós, Deputados desta Casa (não sei se todos pensarão assim, mas no CDS/PP é assim) temos por princípio que representamos os cidadãos.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Um princípio válido!

O Orador: Obviamente que não somos indiferentes ao movimento de cidadãos e tentamos ter iniciativas que dêem resposta às preocupações dos cidadãos.

Quando à Sra. Deputada Zuraida Soares, com todo respeito que me merece e para que também fique registado, tenho algumas coisas a dizer:

O Deputado Paulo Rosa não negou nem nega as afirmações que a Sra. Deputada aqui fez.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não é como Pedro! Três vezes!

O Orador: É a primeira nota para que fique claro.

Também é factual que na minha primeira intervenção, em que apresentei esta alteração ao Projecto de Resolução, expliquei o porquê da palavra branco não constar do texto e em alternativa termos esta frase: “ir de encontro à história do edifício” (aliás devia ser ao encontro, tem aqui uma gafe) que obviamente só conheceu uma cor, além da cor da pedra.

Portanto, não está explícito. Está implícito. Não vejo em que parte é que isso desvirtua o Projecto de Resolução.

Perde contundência, é certo, mas no essencial está lá.

A última referência, Sra. Deputada: nós não buscámos, com esta alteração ao Projecto de Resolução, a mera votação favorável, para usar as suas palavras.

Se calhar era mais favorável a este Grupo Parlamentar manter a versão inicial, fazer disto um cavalo de batalha. Era mais capitalizável politicamente.

Nós agimos na convicção de que estamos a prestar um serviço aos cidadãos e obviamente negociámos e chegámos a esta versão, da qual a Sra. Deputada tem toda a legitimidade para discordar, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Porque o senhor apresentou uma proposta totalmente diferente!

O Orador: ... porque de facto perdeu contundência, mas no essencial está lá. Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Proposta de Resolução n.º 2/2011 – “Primeiro Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, apresentada pela Mesa da Assembleia;

Está aberto o debate.

Não havendo intervenções vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para pedir um intervalo de 30 minutos, por favor.

Presidente: Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 40 minutos.

Até já.

Eram 18 horas e 12 minutos

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 58 minutos.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projecto de Resolução n.º 35/2011 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Financeira a Portugal”,** apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Rege a grelha de tempos globais habitual.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com grande seriedade que mais uma vez propomos a esta Assembleia que se pronuncie, por sua própria iniciativa, perante os órgãos da República.

Vemos esse gesto como uma afirmação da maioria política deste Parlamento, entendido pela Constituição como parceiro legislativo de pleno direito e instituição basilar do Estado de Direito.

É com consciência das responsabilidades que isso implica, que propomos que nos pronunciemos agora sobre uma questão que, sendo nacional, tem fortíssimas implicações directas na nossa Região.

Tomarmos posição, defendermos as nossas prerrogativas autonómicas e a qualidade de vida dos açorianos que nos elegeram constitui-se, por isso, como um dever irrenunciável. Aqui estamos, a cumpri-lo, com esta proposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fazemos esta proposta num momento extremamente complexo da vida nacional, a nível social, económico e político.

O novo governo continua a afirmar o seu compromisso com um acordo com instituições internacionais, que afecta os Açores de forma directa, ao que acresce o facto grave do Governo Regional ter dado o seu aval sem ter ouvido, como devia, aquele que é, na arquitectura da Autonomia Açoriana, o órgão legitimamente representativo do Povo Açoriano: a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Repomos repor desta forma e, conseqüentemente, neste momento com esta iniciativa, o direito da Região Autónoma dos Açores de decidir sobre o seu futuro, respeitando o espírito constitucional que confere às Autonomias o direito de optarem por modelos e rumos diferenciados de aperfeiçoamento e aprofundamento das respectivas autonomias regionais, bem assim como os modelos de desenvolvimento que considerem mais adequados para garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos povos insulares, em suma, reconhecendo o que a história e a geografia aconselham.

Importa, assim que os novos órgãos de soberania contem com a opinião açoriana para que a posição açoriana conte e para que as nossas decisões possam ter um alcance útil na afirmação e defesa da autonomia constitucional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à substância da proposta, quero salientar alguns aspectos:

A autonomia financeira da Região é, em muitos aspectos, o cerne real das competências autonómicas. É ela que nos permite, efectivamente, implementar políticas, priorizar investimentos, traçar os rumos do desenvolvimento dos Açores, indo muito para além de uma Autonomia meramente formal e simbólica.

É por isso completamente inaceitável que se pretendam introduzir alterações nesse núcleo central de competências, ao arrepio dos procedimentos constitucionais e, sobretudo, à margem da vontade soberana do Povo Açoriano! Ficar calado, não agir nem manifestarmo-nos a nossa posição perante esta circunstância colocar-nos-ia numa efectiva cumplicidade política, numa vergonhosa capitulação que mancharia indelevelmente o mandato de que somos portadores.

As razões que justificam a existência de um sistema fiscal diferenciado de nenhuma maneira se alteraram. Não há, portanto, nenhuma razão que não nos seja exógena, para a sua alteração.

Por outro lado, falamos de receitas fiscais que pertencem por direito à Região. Receitas que, legitimamente, livremente, democraticamente, podemos utilizar da forma que julgarmos mais adequada, seja por via do orçamento regional ou pela sua outorga às famílias açorianas. A alteração que se anuncia agora, da forma como é feita é um ataque directo à liberdade da escolha dos açorianos que aqui representamos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outro aspecto central para os Açores do memorando de entendimento que foi publicamente divulgado concerne ao Poder Local Democrático.

Todos conhecemos e justamente valorizamos o papel passado e presente das autarquias açorianas no desenvolvimento dos seus concelhos e, conseqüentemente, de toda a Região, bem como na representação democrática das vontades locais. O contexto insular e as características específicas das nossas ilhas, conferem às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia dos Açores uma importância acrescida na solução dos problemas das populações.

Esse papel central das autarquias e a importância da sua acção desaconselham profundamente que se procedam a alterações nas suas estrutura e disposição de forma menos ponderada e torna absolutamente errado e gravoso que sejam aqueles que, devido à distância, não possuem o conhecimento profundo das realidades locais a impor o alcance, critérios ou mesmo o momento para essa reforma.

Sobretudo recusamos que se procedam a alterações tão profundas na estrutura do Estado Democrático não guiadas pela intenção de melhorar a eficiência ou a proximidade aos cidadãos, mas apenas motivadas pelo utilitarismo contabilístico das preocupações orçamentais!

Não. São valores inconfundíveis e que não podem nunca ser colocados no mesmo plano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é o momento de nos sabermos unir em torno da defesa do nosso projecto autonómico.

Este é, para cada um de nós, o momento de escolher de que lado estamos.

Para o PCP a escolha é antiga e clara:

Estamos do lado da Democracia.

Estamos do lado da Autonomia.

Estamos do lado dos açorianos.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Secretários:

Quanto ao Projecto de Resolução que o Partido Comunista traz a esta Assembleia, versando o Memorando de Entendimento da Troika, subscrito e apoiado pelo Partido Socialista, pelo PSD e pelo CDS/PP, devo dizer que não o apoiaremos.

Já tivemos oportunidade de aqui discutir exaustivamente todas as questões relacionadas com o processo que levou a este Memorando de Entendimento, num quadro muito difícil, numa intervenção externa do nosso País através do FMI, da Comissão Europeia e do BCE.

Nessa perspectiva são conhecidas também (já tivemos aqui oportunidade de discuti-las) algumas questões referentes aos Açores e às Regiões que foram, na nossa perspectiva, bem acauteladas, sendo certo, porém, que estamos a falar de uma matéria presente, num quadro muito difícil no âmbito de uma intervenção externa.

Dentro deste quadro é difícil falar de questões positivas, mas sim de questões relacionadas com um mal menor.

Nesta perspectiva e tendo em conta aquilo que está aqui em apreciação, julgo que é pertinente referir duas questões:

Em primeiro lugar, as questões referentes ao Memorando de Entendimento da Troika começam a ficar ultrapassadas. Aquele que é hoje o documento orientador das políticas públicas no País é o Programa do Governo...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e deixa de ser o Memorando de Entendimento da Troika.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PS não tem nada a ver com isso!

O Orador: Além disso também, julgo que é preciso voltar a referir uma questão de princípio que me parece importante:

O Partido Socialista, naturalmente, não recusa as suas responsabilidades e subscreveu, como é sabido, este Memorando de Entendimento. Assume aqui também, em nome da coerência, aquilo que já fez e que teve que subscrever em nome da defesa do nosso País e da sustentabilidade das contas públicas.

Parece-me que é preciso referir aquilo que já disse esta manhã: havia, e era inerente a este Memorando de Entendimento, um princípio para nós fundamental, ou seja, o Memorando da Troika era para o Partido Socialista (e foi com esse espírito que estivemos nestas negociações) o limite máximo dos sacrifícios a pedir aos portugueses.

Agora temos outra visão e outros princípios a nortear a acção do actual Governo Português, porque para eles, e a avaliar aquilo que se diz neste Programa do Governo, afinal o Memorando de Entendimento da Troika era o limite mínimo dos prejuízos a pedir aos portugueses. Julgo que são duas matérias importantes de relevar nesta discussão.

Nós, em nome da coerência conhecida do Partido Socialista, dizemos exactamente a mesma coisa antes das eleições, durante as eleições e depois das eleições.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não saltar mais esqueletos do armário!

O Orador: Portanto, assumindo aquelas que são as nossas responsabilidades e com a humildade democrática que nos é reconhecida, o Partido Socialista votará desfavoravelmente este Projecto de Resolução.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção já de resposta à intervenção do Deputado Berto Messias, recordando-lhe aqui algumas questões, mas antes disso dizer-lhe que o novo contexto e as novas orientações políticos são conformados pelo Programa do Governo da responsabilidade do PSD e do CDS/PP.

No entanto, lembrar a V. Exa., caso seja necessário, que no essencial este Programa de Governo de que estamos a falar e que foi aprovado a semana passada na Assembleia da República é o Memorando de Entendimento subscrito com a Troika e acrescido de mais austeridade. Fiquemo-nos para já por aqui.

Se me permite, gostaria, sendo possível, que me explicasse esta coerência que V. Exa. referiu por parte do Partido Socialista, quando dizia há uns meses atrás, num contexto que não era o do Memorando de Entendimento, mas era um contexto em que se discutia o chamado PEC IV.

V. Exas. apresentaram, em alternativa até a um Projecto de Resolução do PCP sobre a mesma matéria, um Projecto de Resolução que dizia nos seus considerandos – não vou ler tudo, mas gostaria apenas de fazer referência a duas ou três questões:

“Essa Lei das Finanças Regionais é um instrumento fundamental para a coesão nacional e para a sua sustentabilidade.

Por outro lado, dadas as condições territoriais específicas dos Açores e da Madeira, as autarquias locais têm dificuldades acrescidas nessas regiões.

Por todas essas razões não releva para a correcção dos desequilíbrios orçamentais estruturais do Estado Português uma alteração do enquadramento legal das transferências destinadas quer aos órgãos regionais, quer aos órgãos locais nos dois arquipélagos”.

Na sua parte resolutiva dizia este Projecto de Resolução, que foi aprovado, note-se bem, por unanimidade nesta câmara:

“1. A rejeição de qualquer redução ou suspensão das transferências para as Regiões Autónomas, previstas na Lei Orgânica nº 1/2007, de 19 de Fevereiro

(Lei das Finanças das Regiões Autónomas com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas)”.

Deputado Berto Messias (PS): O PS é que propôs isso!

O Orador: Exactamente.

Deputado Berto Messias (PS): Não estou a perceber!

O Orador: Não está a perceber? Mas eu explico-lhe, Sr. Deputado:

O objecto fundamental do Projecto de Resolução apresentado pelo PCP tem exactamente a ver com isto, tem a ver com as alterações, com a diminuição das transferências para a Região Autónoma que decorrem da assinatura e do acordo da Troika, obediente (isto é, Partido Socialista, CDS/PP e PSD) à Troika mandante.

Portanto, o objecto, Sr. Deputado, se me permite, é exactamente o mesmo e é isso que neste momento e em nome da coerência do Partido Socialista eu não percebo. Não percebo onde é que pára a coerência do Partido Socialista.

No dia 21 de Março, aliás até nessa altura o Governo era do Partido Socialista, V. Exas. entendiam que as transferências para as Regiões Autónomas e para as autarquias locais da Região não relevavam para a correcção dos desequilíbrios orçamentais.

Hoje, V. Exa. está aqui a dizer que, pelos vistos, já relevam, quando vai reprovar um Projecto de Resolução cujo objecto é exactamente o mesmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir neste debate num contexto mais vasto do que esta matéria, mas enquadrador da matéria que aqui hoje nos traz e está em análise.

Tendo em conta uma notícia que saiu há pouco mais de uma hora, (não sei se é do conhecimento desta casa),...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é, Sr. Vice-Presidente!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tenho-a aqui!

O Orador: ... a Agência Moody's baixou o *rating* do país em 4 degraus.

Neste momento, depois de um novo Governo tomar posse, depois de um novo governo apresentar o seu programa de Governo e depois de uma estabilidade política conseguida, uma Agência de notação faz a maior baixa ao *rating* em relação ao país.

Quero dizer-vos que, ao contrário do que aconteceu no passado, em que uma baixa de notação de um nível da região, em função da baixa consequente da República originou uma conferência de imprensa do PSD, consideramos injusta e desadequada esta alteração tão precipitada e rápida do nível de notação do país.

O novo Governo da República não merecia esta classificação. Aliás, já a veio criticar de imediato.

Estamos perante um ataque, penso que especulativo, à própria consistência do Euro e da Europa, que neste momento não tinha justificação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Vice-Presidente, o senhor merece que lhe batam palmas!

O Orador: Para nós seria mais fácil, neste momento, se assim o entendêssemos, fazer, como alguns fizeram no passado, política, política nesse sentido, de interesse partidário, mas estamos aqui perante uma matéria, reafirmo, de alguma gravidade, porque da mesma irá decorrer automaticamente um ajustamento da mesma intensidade, com certeza, de todas as empresas do país, de todas as instituições financeiras e de todas as entidades, incluindo as próprias regiões.

Esta baixa que foi agora conhecida, penso que não tem justificação no contexto nacional quando temos um novo Governo, uma nova maioria e um programa de execução.

É desadequada, é injusta para o Governo da República.

Gostaria de deixar ficar aqui este registo e esta preocupação com esta atitude especulativa dos mercados internacionais que não faz sentido neste momento, muito mais numa intensidade que nunca foi registada na história recente, nem passada, do nosso País.

Por isso mesmo, penso que devemos reflectir nesse mecanismo enquadrador que existe neste momento. Seria mais fácil, se calhar, estarmos aqui a falar de credibilidade e de outras coisas, mas acho que é um momento onde nos devemos unir todos perante esta atitude especulativa, com responsabilidade, com seriedade e com muita vontade de que esta situação possa ser, em união, combatida.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Atendendo à hora, não vamos voltar por 10 minutos.

Terminamos assim os nossos trabalhos por hoje. Reiniciamos amanhã às 10 da manhã com o PTAP.

Boa tarde. Bom jantar.

Até amanhã.

Eram 19 horas e 19 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

António Augusto Batista Soares Marinho

Cláudio Borges Almeida

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jorge Manuel de Almada Macedo

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

José de Sousa Rego

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

1 – Projecto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [1.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2002/A, de 28 de Novembro e ao Decreto Legislativo Regional n.º 10/2006/A, de 20 de Março, referentes às Insígnias Honoríficas Açorianas – \(n.º 12/2011\)](#)

Autor: PSD

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 16;

Assunto: [Estabelece a obrigatoriedade de prescrição por denominação comum internacional \(DCI\) e a possibilidade de o utente optar livremente por um medicamento genérico ou de marca - \(n.º 13/2011\)](#)

Autor: BE

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 02.

2 – Projectos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a criação da valência de educação pré-escolar na Escola Básica integrada Mouzinho da Silveira – \(n.º 40\)](#)

Autor: PPM

Comissão: Assuntos Sociais

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 20;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que adquira objectos de valor cultural e patrimonial que possam testemunhar o percurso histórico, a identidade etnográfica e as práticas culturais específicas da população corvina](#) (n.º 41)

Autor: PPM

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 27

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 02;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a criação de um contrato de cooperação entre a administração regional e a Câmara Municipal do Corvo no sentido de proceder à urgente recuperação e valorização dos Moinhos de Vento da Ilha do Corvo – \(n.º 42/2011\)](#)

Autor: PPM

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 27;

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 02;

Assunto: ["Isenção de taxas moderadoras para os utentes do Serviço Regional de Saúde sem médico de família"](#) – (n.º 43/2011)

Autor: PSD

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 30;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a ampliação, modernização e diversificação das valências do Porto da Casa, na ilha do Corvo – \(n.º 44/2011\)](#)

Autor: PPM

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 30;

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 16;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de Privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, na Região Autónoma dos Açores](#) – (n.º 45/2011)

Autor: BE

Data de entrada: 2011 – JULHO – 01;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que assegure a participação, com um âmbito estatisticamente relevante, do sistema educativo açoriano no Relatório PISA 2012](#) – (n.º 46/2011)

Autor: PPM

Data de entrada: 2011 – JULHO – 04;

Assunto: [Suspensão da aplicação das Taxas Moderadoras no Serviço Regional de Saúde](#) (n.º 47/2011)

Autor: CDS/PP

Data de entrada: 2011 – JULHO – 04.

3 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano económico de 2010](#) – (n.º 3/2011)

Autor: Governo

Data entrada: 2011– JUNHO – 26

Comissão: Economia

Aguarda parecer do Tribunal de Contas.

4 - Petições:

Assunto: Protesto contra a tourada organizada pela ALRAA, aquando do Dia da Região - (n.º 9/2011)

Autor: Susana Soares

Entrada: 2011 – JUNHO - 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 20;

Assunto: Segurança nos Transportes Escolares – (n.º10/2011)

Autor: Valdemiro Roriz

Entrada: 2011 – JUNHO - 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 02.

5 – Anteproposta de Lei:

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei que “Estabelece um regime de excepção para a taxa de incidência sobre o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), sobre a electricidade e gás, na Região Autónoma dos Açores, garantindo a aplicação da taxa reduzida, dadas as especificidades da Região – (2/2011)

Autor: BE

Data de entrada: 2011 – JULHO – 01.

6 - Requerimentos:

Assunto: [COFACO](#)

Autores: Duarte Freitas e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2011.06.09

Referência: 54.03.06 – N.º 470/IX;

Assunto: [Gabinete de Apoio à Comunicação Social da Região Autónoma dos Açores](#)

Autores: Zuraída e José Cascalho (BE)

Data de Entrada: 2011.06.09

Referência: 54.06.00 – N.º 471/IX;

Assunto: [São Jorge de fora no Roteiro da Revista de Bordo da Sata](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.06.15

Referência: 54.01.05 – N.º 472/IX;

Assunto: [Crise alimentar nos pepinos](#)

Autor: António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2011.06.15

Referência: 54.03.00 – N.º 473/IX;

Assunto: [Troço de Estrada Regional n.º 3 - 2.ª Urzelina - Santo António - \(TRANSVERSAL\) - Os buracos parecem crateras vulcânicas!!! Até Quando?](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.06.21

Referência: 54.03.05 – N.º 474/IX;

Assunto: [Ligações directas da SATA Internacional a Montreal](#)

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Data de Entrada: 2011.06.22

Referência: 54.03.00 – N.º 475/IX;

Assunto: [Material de apoio à leccionação de Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico](#)

Autor: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.06.27

Referência: 54.01.00 – N.º 476/IX;

Assunto: [Consulta de estomatologia no Centro de Saúde da Horta](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Pedro Gomes (PSD)

Data de Entrada: 2011.06.28

Referência: 54.03.07 – N.º 477/IX;

Assunto: [Futuro do Aeroporto das Lajes](#)

Autores: Clélio de Meneses, Carla Bretão, António Ventura, Aida Santos, João Bruto da Costa e Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.07.01

Referência: 54.03.07 – N.º 478/IX;

Assunto: [Possível encerramento de escolas do primeiro ciclo do ensino básico no próximo ano lectivo](#)

Autor: Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.07.01

Referência: 54.01.00 – N.º 479/IX.

7 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Produção local agro-alimentar](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.30

Referência: 54.03.00 – N.º 451/IX;

Assunto: [Termas do Varadouro continuam esquecidas!](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.30

Referência: 54.03.07 – N.º 459/IX;

Assunto: [Centro de processamento de resíduos das Flores e lixeira a céu aberto](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.30

Referência: 54.01.08 – N.º 465/IX;

Assunto: [Silvicultura](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.01

Referência: 54.03.00 – N.º 461/IX;

Assunto: [Serviços de Meteorologia na Ilha das Flores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.01

Referência: 54.01.08 – N.º 466/IX;

Assunto: [Carências do Porto de Pescas do Nordeste](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.01

Referência: 54.03.02 – N.º 467/IX;

Assunto: [Produção de carne IGP na ilha das Flores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.04

Referência: 54.01.08 – N.º 343/IX;

Assunto: [Opção de investimento público no sistema de ensino regional](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.04

Referência: 54.06.00 – N.º 387/IX;

Assunto: [Governo pretende ou não a fusão das administrações portuárias dos Açores?](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.04

Referência: 54.03.00 – N.º 391/IX;

Assunto: [Estudo sobre os transportes marítimos na Região Autónoma dos Açores e ante-projecto de navio destinado ao transporte de passageiros e viaturas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.04

Referência: 54.06.00 – N.º 395/IX;

Assunto: [Vessel Traffic Service](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.04

Referência: 54.04.00 – N.º 432/IX;

Assunto: [Instituto de Meteorologia nos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.04

Referência: 54.03.00 – N.º 448/IX;

Assunto: [Fajãzinha – Seis meses depois reinam a incerteza e a indefinição...](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.04

Referência: 54.01.08 – N.º 469/IX;

Assunto: [COFACO](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.07.04

Referência: 54.03.06 – N.º 470/IX.

8 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a enviar a Decisão n.º 4/2011-SRTCA, de 10 de Maio, que recusou o visto ao contrato de gestão relativo à concepção, construção, financiamento, conservação e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores

Proveniência: Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.06.15;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do DLR n.º 19/2011 - Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial da Região

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.06.17;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do DLR n.º 20/2011 - Quadro Legal da Aquicultura Açoriana

Proveniência: Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.06.17;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Protesto "Criação de duas plataformas logísticas do transporte marítimo em Ponta Delgada e na Praia da Vitória

Autor: Assembleia Municipal da Horta

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 28;

Assunto: Ofício a enviar a Resolução n.º 12/2011 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Autor: Provedor de Justiça

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 28;

Assunto: Ofício a enviar o Acórdão n.º 304/2011 relativo ao pedido de apreciação e declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas contidas nas alíneas c) e d) do artigo 13.º da Lei n.º 90/2009, de 31 de Agosto que "Aprova o regime especial de protecção na invalidez"

Autor: Tribunal Constitucional

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 29;

Assunto: Ofício a enviar os anexos à Proposta de Resolução n.º 3/2011 - Conta da Região Autónoma dos Açores ,referente ao ano económico de 2010

Proveniência: Governo

Entrada: 2011 – 06 – 20;

Assunto: Ofício a solicitar a declaração da urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional a criação da valência de educação pré-escolar na Escola Básica integrada Mouzinho da Silveira” – (n.º 40)

Autor: PPM

Data de entrada: 2011 – JUNHO – 20;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Isenção de taxas moderadoras para os utentes do Serviço Regional de Saúde sem médico de família – (43/2011)

Proveniência: PSD

Entrada: 2011 – 06 – 30;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão Do Projecto de Resolução - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de

Privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, na Região Autónoma dos Açores
– (n.º 45/2011)

Autor: BE

Data de entrada: 2011 – JULHO – 01;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei que “Estabelece um regime de excepção para a taxa de incidência sobre o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), sobre a electricidade e gás, na Região Autónoma dos Açores, garantindo a aplicação da taxa reduzida, dadas as especificidades da Região – (2/2011)

Autor: BE

Data de entrada: 2011 – JULHO – 01;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que assegure a participação, com um âmbito estatisticamente relevante, do sistema educativo açoriano no Relatório PISA 2012” – (n.º 46/2011)

Autor: PPM

Data de entrada: 2011 – JULHO – 04;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Suspensão da aplicação das Taxas Moderadoras no Serviço Regional de Saúde” - (n.º 47/2011)

Autor: CDS/PP

Data de entrada: 2011 – JULHO – 04.

9 - Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 04;

Assunto: [Proposta de DLR n.º 17/2011 - Reestrutura o sector empresarial regional na área da gestão do ambiente](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Projecto de DLR n.º 8/2011 - Alteração ao DLR n.º 54/2006/A, de 22 de Dezembro - Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, alterado pelo DLR n.º 3/2009/A, de 6 de Março](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 2/2011 - 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2011](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Elaborado ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 201.º do regimento da Assembleia Legislativa](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 12/2011 - Medidas extraordinárias de apoio aos órgãos de comunicação social privados dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2011- Regime Jurídico dos percursos pedestres na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 25/2011 \(PS\) – “Medidas para optimização do tempo de resposta dos serviços públicos aos jovens em situação de desemprego nos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 04;

Assunto: [Pedido de autorização para o deputado Cláudio José Gomes Lopes prestar depoimento, na qualidade de exponente, no âmbito do processo de inquérito n.º DRS-DAJ/2011/355 que corre termos junto da Direcção Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 04;

Assunto: [Pedido de autorização para o deputado António Lima Cardoso Ventura prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo comum \(Tribunal Colectivo\) 1016/08.4PBAGH que corre termos no 2.º juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2011 – 07 – 04;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 06 – 27;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 30/2011 – “Reforço dos meios de Segurança Pública nos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 06 – 30;

Assunto: [Audição do Secretário Regional da Presidência, a requerimento do GP do PSD, com fim de serem esclarecidas as questões relativas à instalação de uma força militar estrangeira na Base das Lajes e sobre as matérias relativas ao Acordo Laboral.](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 06 – 30;

Assunto: [Audição solicitada pelo GP do PSD, acerca da queda de um dos pilares no eixo sul da SCUT, na Ribeira das três voltas, Vila Franca do Campo](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 06 – 30;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 14/2011 - Criação de um Domínio de Primeiro Nível para a Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 12/2011 - Medidas extraordinárias de apoio aos órgãos de comunicação social privados dos Açores](#)

Proveniência: Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Petição n.º 4/2011 - Exigir às entidades competentes \(e destinatárias desta Petição\) que de forma célere seja restituído o aspecto anterior \(e normal\) à cantaria do Convento de São Boaventura.](#)

Proveniência: Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 35/2011 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - sobre o Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Financeira a Portugal.](#)

Proveniência: Economia

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Projecto de Decreto Legislativo Regional — Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de Maio de 2002](#)

Proveniência: Economia

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Proposta de DLR n.º 16/2011 - Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2007/A, de 23 de Julho, que aprova o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores \(SIDER\)](#)

Proveniência: Economia

Entrada: 2011 – 07 – 01;

Assunto: [Proposta de DLR n.º 18/2011- Sistema Portuário dos Açores](#)

Proveniência: Economia

Entrada: 2011 – 07 – 01.

6 - Diários:

Consideram-se aprovados na Sessão Plenária os Diários n.º s 96, 97 e 98.

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco